

Cidade e Patrimônio

Padrões de tombamento das cidades brasileiras pelo IPHAN (1937 - 1985)

Beatriz de Jesus Gonçalves Francisco
Orientadora: Profª Drª Maria Lucia Bressan Pinheiro





Cidade e Patrimônio

Padrões de tombamento das cidades brasileiras pelo IPHAN (1937 - 1985)

Beatriz de Jesus Gonçalves Francisco
Orientadora: Profª Drª Maria Lucia Bressan Pinheiro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Francisco, Beatriz de Jesus Gonçalves
Cidade e Patrimônio: Padrões de tombamento das cidades
brasileiras pelo IPHAN (1937 - 1985) / Beatriz de Jesus
Gonçalves Francisco; orientadora Maria Lucia Bressan
Pinheiro. - São Paulo, 2022.
201 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura
e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

1. Patrimônio Cultural. 2. Cidades Históricas. 3.
Tombamento. 4. Iphan. I. Pinheiro, Maria Lucia Bressan,
orient. II. Título.

*À minha vó Aurora e seu amor que
transborda todas as dimensões.
Muitas saudades.*

Agradecimentos

Agradeço à Prof.^a Maria Lúcia Bressan pela paciência e por todas as orientações e conversas ao longo deste ano. Foi uma honra poder finalizar essa etapa podendo aprender mais ainda com seus ensinamentos, que fizeram me encantar pelo campo do patrimônio. Obrigada também à banca, Prof.^a Dr.^a Flávia Brito do Nascimento e ao Anderson Félix de Sá, por aceitarem fazer desse momento final da graduação.

A meus pais. Sem vocês nada disso seria possível. Obrigada por terem me proporcionado educação, conforto e amor durante toda minha vida; espero um dia poder retribuir o tanto que sou feliz por ter vocês ao meu lado, me apoiando todos os dias. Em particular, gostaria de agradecer a minha mãe por todo o auxílio nesse cansativo processo de escrita da pesquisa, sempre me perguntando se os “arquitetos entenderiam tais termos”; agora eu também me encaixo nesse grupo.

Agradeço aos meus avós, que mesmo sendo única, sempre fizeram me sentir como a neta favorita. Às minhas tias, pela torcida calorosa principalmente nos momentos mais angustiantes. A toda minha família que, mesmo distante, sei que estão sempre torcendo por mim.

Ao Alessandro, eu não poderia pedir melhor companhia se não a que tenho ao seu lado. Você deixa não só esse trabalho como minha vida mais bonita. Obrigada por todo seu amor e seu apoio de sempre.

Agradeço a todos os amigos da nossa querida família inconfundível da FAU. Sozinho não se faz arquitetura, e que bom que tive vocês por esses (quase) sete anos. Sou grata por ter vocês ao meu

lado e por acompanhar todas as trajetórias tão lindas que estamos traçando. Já somos 4, faltam 7!

Agradeço por ter em minha vida pessoas queridas de outros ciclos, e que esse ano continuam comigo no encerramento de mais um. À Anita, Luciana e todo meu querido grupão por toda a paciência e cuidado comigo; aos meus amigos do mundinho amarelo, obrigada pelo companheirismo e todos os bons momentos. Sou muito grata a todos vocês. Obrigada por não desistirem de mim.

Aos meus colegas-amigos do Instituto Cordial. Me espelho em vocês como profissional, como acadêmica e como pessoa. Obrigada por todo incentivo ao longo desse ano, e feliz em iniciar essa próxima etapa com vocês.

Carrego gratidão também pelos colegas da FAU que tive o prazer de dividir o dia a dia e que tenho um carinho enorme. Levarei na lembrança cada um de vocês.

Agradeço a todos os funcionários e professores da FAU por toda a dedicação a essa faculdade. Vocês a fazem acontecer.

A Deus, com todo meu coração, que me dá forças todos os dias e, principalmente, em momentos que nem eu imaginei que teria.

A todas as pessoas que torceram e torcem por mim: meu muito obrigada!

Sumário

Agradecimentos	6
Resumo	10
Abstract	11
Introdução	12
Lugar, Memória e Patrimônio	18
Lugar, memória e patrimônio	21
O lugar da cidade histórica e as primeiras discussões sobre patrimônio urbano	21
Memória, identidade e cultura	28
Os valores atribuídos ao patrimônio	31
O patrimônio cultural no Brasil	36
O tombamento de cidades nas décadas de 30 a 60: os antecedentes e a “fase heroica”	37
O anteprojeto de Mário de Andrade e o primeiro esboço de criação do SPHAN	43
O decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937	46
A escolha do símbolo nacional	48
A autoridade discursiva e civilizatória do SPHAN	53
Novas visões e práticas sociais do patrimônio urbano: as décadas de 60 a 80	57
O envio de Michel Parent e a gestão de Renato Soeiro (1967 - 1979)	62
A prática do discurso e os padrões de tombamento das cidades brasileiras (1937 - 1985)	70
Os padrões de tombamento	72

Padrão estético de seleção dos conjuntos urbanos	72
Entendimento da cidade como patrimônio	88
Turismo	105
Conflito de interesses entre Estado, órgão e sociedade civil nos discursos e na prática do tombamento	117
O patrimônio regional e o conflito de valores na Chapada Diamantina: os casos de Lençóis e Mucugê	131
Contexto histórico	132
Lençóis	135
Mucugê	142
A homogeneidade e o hotel moderno: Ouro Preto e Penedo	153
Ouro Preto	155
Penedo	162
 Conclusão	176
 Referências	180
Processos de tombamento	190
Notícias	190
 Lista de Siglas	192
 Lista de Tabelas	192
 Lista de Mapas	192
 Lista de Figuras	193
 Anexos	200

Resumo

O presente Trabalho Final de Graduação tem como objetivo analisar a trajetória dos discursos e da prática das políticas nacionais de preservação das cidades históricas, a fim de entender quais são os critérios de seleção e os padrões que se estabeleceram nas cidades tombadas no período entre 1937, ano de criação do IPHAN, até a década de 80. Nesse sentido, a pesquisa voltou-se inicialmente para compreender a trajetória do patrimônio cultural no Brasil, desde a influência do cenário internacional e das cartas patrimoniais até análises do contexto brasileiro, da criação e da evolução do órgão de patrimônio nacional durante os primeiros 50 anos de funcionamento. Após a primeira etapa, foram reconhecidos alguns padrões que surgiram dentro do recorte, sendo eles categorizados em quatro grandes áreas: o padrão estético; o conflito de interesses e valores sobre o espaço urbano entre Estado, membros do IPHAN e a sociedade civil; a atividade turística; e a compreensão da cidade como patrimônio cultural. O aprofundamento de cada cenário identificado na trajetória brasileira foi feito pela pesquisa de dois estudos de caso de cidades tombadas encontrados durante a pesquisa da trajetória do patrimônio nacional: a comparação entre as cidades de Ouro Preto e Penedo, e Lençóis e Mucugê.

Palavras-chave: *patrimônio cultural, cidades históricas, espaço urbano, tombamento, IPHAN*

Abstract

The present paper aims to analyze the trajectory of discourses and the practice of national policies for the preservation of historic cities, in order to understand what are the selection criteria and standards that were established in the listed cities in the period between 1937, year of creation of IPHAN, until the 1980s. In this sense, the research initially focused on understanding the trajectory of cultural heritage in Brazil, from the influence of the international scenario and heritage letters to analysis of the Brazilian context and the creation and evolution of IPHAN during its first 50 years of operation. After the first stage, some patterns that emerged within the clipping were recognized and subsequently categorized into four major areas: the architectural pattern; the conflict of interests and values on the urban space between the State, IPHAN members and civil society; the tourist activity; and the understanding of the city as a cultural heritage. The exploration of each scenario identified in the Brazilian trajectory was also deepened with two case studies of listed cities found during the research of the trajectory of the national heritage.

Key words: cultural heritage, historical cities, urban areas, brazilian heritage, IPHAN

Introdução

A proposta para este trabalho surgiu do interesse pessoal da autora em aprofundar-se na aproximação da área do patrimônio com o tema de cidades no Brasil. Ao longo da trajetória acadêmica, algumas inquietações a respeito não só da preservação do patrimônio como também da intervenção do mesmo começaram a aparecer, principalmente, quando o bem patrimonial era o espaço urbano, que muitas vezes é pouco explorada na grade curricular de arquitetura e urbanismo.

Por conta disso, foi importante começar o estudo entendendo os conceitos básicos que a preservação do espaço urbano tombado engloba. A cidade, um organismo tão complexo, deve ser estudada para além da escala do monumento, buscando entender quais os valores envolvidos, como a cultura local se forma e o que significa o espaço urbano ser tombado. Desse primeiro estudo, já foi possível ver que, mesmo após o desenvolvimento dos conceitos, algumas posturas em relação ao que é o patrimônio e o que é a cultura permanecem no imaginário da população – como por exemplo, o entendimento de que a semana de arte moderna teria “inaugurado” a cultura no Brasil¹.

1. A reportagem do Estado de São Paulo, divulgada em 11 de fevereiro de 2022, com o título “Há 100 anos, evento, que foi criticado pelos ricos, inaugurava a cultura no Brasil”, mostra como ainda há um estereótipo de que a cultura é um objeto que é “criado”. Para ver mais: <https://bit.ly/3yrQ7kV>

Além do estudo mais aprofundado dos conceitos que envolvem o patrimônio urbano, o corpo da pesquisa da trajetória brasileira teve duas frentes: na primeira, foi feito o estudo da história e evolução das políticas de patrimônio no Brasil para compreender, em uma escala mais ampla, como a preservação das cidades foi elaborada ao longo dos quase primeiros 50 anos de funcionamento do IPHAN até a década de 80. Na segunda, foram feitas análises sobre algumas das cidades tombadas, com o objetivo de aproximar-se da escala local dos processos de tombamento.

A escolha das cidades estudadas levou em consideração o período em que elas foram tombadas, a fim de que diferentes momentos

da trajetória do órgão pudessem ser avaliados, como também a sua localização, para que diferentes contextos regionais pudessem ser observados, fator que o estudo da trajetória nacional não consegue alcançar tão de perto devido a sua grande escala. Essa aproximação com as cidades também foi necessária para conseguir entender, na prática, as ações relatadas nos diversos textos de referência lidos durante o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que, por conta da escala nacional, algumas situações eram descritas de maneira mais teórica.

Essa metodologia ajudou também a definir o recorte da pesquisa. Foram identificados dois momentos diferentes na trajetória do IPHAN: o primeiro, antigamente conhecido como “fase heróica” (termo usado por muito tempo na bibliografia do IPHAN, mas que atualmente não é mais utilizado), mostra o início da trajetória da preservação no país, com uma visão do patrimônio ainda restrito ao conceito de “monumento” e obras excepcionais. O segundo momento tem sua transição no início da década de 50 e 60, onde vemos a ampliação do conceito de patrimônio e a mudança do contexto nacional, das políticas de preservação e da visão das cidades como potencial econômico e atrativo. A abordagem desses dois períodos é relevante em relação à pesquisa, uma vez que é possível acompanhar algumas mudanças e permanências da prática do tombamento de cidades pelo órgão de patrimônio. Um terceiro momento, que não será abordado nesta pesquisa, diz respeito à transição das políticas de preservação do órgão na década de 80. Este período é marcado pela gestão de Aloísio Magalhães e pela Fundação Pró-Memória, que trouxeram importantes reflexões internas não apenas sobre o patrimônio, mas também sobre a atuação do órgão. Além disso, diz respeito ao período da redemocratização do país, onde movimentos relacionados ao direito à cidade, cidadania e acesso à cultura tomam conta das efervescentes discussões. Por sua complexidade e importância, que exige um aprofundamento maior do que o trabalho permite, optou-se por não incluir sua análise na pesquisa.

O recorte temporal, portanto, diz mais a respeito das cidades escolhidas, que da análise do contexto brasileiro em si. A década de 80, apesar de ser marcada por novas mudanças nos conceitos, ain-

da representa um período de transição, tendo muita influência do pensamento dos anos anteriores na prática do tombamento das cidades.

Assim a aproximação e o impacto das políticas de patrimônio no ambiente urbano foi o principal objeto de estudo deste trabalho. Pela complexidade do espaço urbano, a análise foi dividida em quatro diferentes áreas, a fim de que fosse possível compreender a evolução das políticas de patrimônio em paralelo com o funcionamento das cidades históricas pelas suas escalas: o lote, o ambiente urbano, os moradores e visitantes e a atividade econômica.





Parte 1

Lugar, Memória e Patrimônio

Parte 1

Lugar, Memória e Patrimônio

“Patrimônio” é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do patrimônio é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores.” (Carta de Cracóvia, 2000)

O conceito de patrimônio é, sobretudo, uma construção de significados em torno de um objeto, de uma tradição ou de um costume e pode ser moldado por relações individuais ou coletivas. Ele representa as diferentes trajetórias de uma sociedade e seus “modos de viver, sentir e agir” (ARAGÃO, CARVALHO, 2013, p. 697).

As primeiras percepções sobre o patrimônio baseavam-se em um conceito menos abrangente do que hoje é entendido. Desde o século XVI até o final da era moderna, o patrimônio era, sob a percepção da Europa Ocidental, um monumento construído para marcar ou homenagear um momento relevante na história daquela nação, ou seja, ele já era construído para cumprir essa função de memória – o chamado “valor cognitivo” por Françoise Choay. O patrimônio era principalmente associado à materialidade, expressando-se através de edifícios grandiosos que causassem impacto no ambiente onde foi construído.

O conceito foi retomado no século XIX frente às ameaças de destruição causadas pelo avanço das novas ideias de modernização do período pós revolução industrial. Os pensadores da época, incentivados pela onda nacionalista, passaram a relacionar o mo-

numento pelos seus valores históricos ou artísticos considerados importantes para o desenvolvimento da sociedade e também das novas nações que surgiam. Assim, além do intuito de preservá-los da destruição, o patrimônio também tornou-se parte de uma estratégia nacionalista de transformar monumentos em símbolos que exaltassem o passado e fortalecessem a população pelo sentimento de fazer parte de uma mesma sociedade. O patrimônio passa a ser reconhecido em bens que não necessariamente foram construídos com o intuito de ter esse papel, mas é válido ressaltar que esses valores atribuídos, muitas vezes, eram reconhecidos pela percepção da história culta e da arte. Apesar de terem o intuito de gerar um mesmo sentimento de exaltação universal para toda a nação, não eram monumentos que refletiam a cultura da maior parte da população.

Até a década de 1960, o critério de seleção do patrimônio com base em valores históricos e artísticos se manteve, e foi em 1964, com a Carta de Veneza, que, pela primeira vez, o conceito de monumentalidade e universalidade dos bens patrimoniais foi ressignificado pelo acréscimo do conceito de “obras modestas de significação cultural” (Carta de Veneza, 1964). O patrimônio passa a ser compreendido não apenas por bens materiais considerados de grande significado artístico e histórico, ou de interesse nacional ou universal, e passa a incluir bens relacionados à expressões populares e regionais para além do bem edificado, incluindo também o contexto urbano, o território, a paisagem e as tradições.

Apesar de, por muito tempo, o patrimônio ser entendido “apenas” por sua expressão material – e posteriormente pela imaterial – seu conceito é uma relação mais profunda que transita constantemente entre estas duas dimensões. Em relação à esfera material do patrimônio, José Reginaldo Gonçalves (2005) diz que “a condição de materialidade faz parte da natureza do próprio bem patrimonial, sendo inverossímil pensar em patrimônio sem fazer referência a sua dimensão material”. O mesmo ocorre com a imaterialidade, pois edifícios e outros elementos também são portadores de significados atribuídos pela relação sentimental que as pessoas que

ali frequentam estabelecem com ele. Ou seja, a materialidade só tem valor devido a condição imaterial presente nele, enquanto a imaterialidade também se expressa por vias materiais e, por isso, são duas dimensões quase indiferenciáveis. No ambiente urbano essa relação também é bastante notável pois a materialidade tem relação direta com a percepção de moradores e frequentadores do espaço, assim como a cidade se forma através da tradição e da cultura de seu povo.

Para manutenção dessa identidade, portanto, é importante que os processos evolutivos da sociedade sejam estudados e compreendidos em conjunto para que esse patrimônio seja preservado sem interferir nesse processo evolutivo. O patrimônio ambiental urbano, que será o foco dessa dissertação, é entendido aqui como fruto de três fatores que devem ser considerados na hora de conservá-lo: **o lugar**, ou seja, a condição ambiental no qual o patrimônio se insere; **a memória**, junto com a tradição e identidade, na qual o povo se identifica e se molda ao longo do tempo; e por fim, **o patrimônio** e o entendimento sobre quais são os diversos valores atribuídos a ele. A definição desses conceitos unidos é o que ajudará a formar e a entender o que é o patrimônio cultural.

Capítulo 1

Lugar, memória e patrimônio

O lugar da cidade histórica e as primeiras discussões sobre patrimônio urbano

“Ao surgir o “urbanismo” como disciplina surge também, por contraste e diferença, um novo olhar sobre a arquitetura da cidade pré-industrial. Hoje acrescentamos à cidade-patrimônio, a paisagem, os territórios humanizados e o patrimônio intangível (dos saberes).” (CHOAY, 2014).

Definir a cidade é, sobretudo, entender que ela é um lugar composto pela moradia e a convivência de determinado povo e transformado pelas relações sociais ali compostas, como “um artefato (ou um composto de mil e um artefatos juntos) do povo que vibra, que pulsa e que permanentemente se transforma” (LEMOS, 1985, p. 47). Santos (1996 *apud* CELSO, 2015) também reforça a relação indissociável dentro do espaço urbano entre objetos imóveis e as ações sociais, onde um interfere diretamente na construção e identificação do outro. Por conta disso, cada cidade possui um processo único e constante de formação cultural, consequência do equilíbrio entre determinada condição ambiental e determinado povo. Assim, para preservar as características de qualquer grupo social, é necessário preservar as condições mínimas para a continuidade das características particulares de ambiente e produção de saber. “[...] ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatos altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar” (YÁZIGI, 2004, p. 45 *apud* ARAGÃO, CARVALHO, 2013).

São diversas as teorias elaboradas para compreender melhor a percepção do espaço urbano. Kevin Lynch (1960), por exemplo, lista cinco elementos que caracterizam a imagem da cidade: as vias, os limites, os bairros, os “nós” ou cruzamentos, e os marcos. Identificá-los também significa encontrar ali as relações de identidade expressas no ambiente urbano. Essas relações entre edifícios e espaços livres, ao longo do tempo, podem ser modificadas ou até mesmo eliminadas, sendo que as atuais são fruto das diversas relações que se desenvolveram até o tempo presente. Por isso, ao pensar e repensar a cidade, segundo Lynch, as relações do passado são importantes, mas não podem ser pensadas sem considerar a memória presente. O patrimônio também está relacionado com a lembrança da ação humana em diferentes espaços e tempos e compete aos grupos sociais, neles presentes, a escolha de marcos simbólicos que mantenham vivo o sentimento de pertencimento e identificação. “Todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 2011, p.11).

Vemos, então, que a complexidade do espaço urbano é definida como o local onde diversas relações culturais e sociais acontecem constantemente de maneira conjunta, nunca isoladamente, dentro de um contexto de identificação de outros valores como o de memória e o histórico. A conservação de suas condições mínimas é mais abrangente do que considerar apenas bens materiais individuais ou as atividades imateriais conjuntas. O ambiente da cidade também faz parte da construção narrativa de identificação de valores e reconhecimento do território e, por isso, não podem ser analisados de maneira individual, mas sempre dentro de um contexto de relações. É essencial, portanto, que sejam identificados os tipos de relações mantidas pelo traçado urbano, a visualização do espaço e a passagem do tempo no ambiente para preservar o patrimônio cultural em sua essência.

• • •

Apesar do caráter excepcional que o termo “histórica” carrega, as cidades históricas também devem ser entendidas pelo mesmo funcionamento e mesma relação de outras cidades. O patrimônio e as novas construções devem ser integrados igualmente, sem prejudicar sua preservação, e sem interferir diretamente na relação que a população estabelece com o passado no presente. Para Choay (2014), a cidade histórica tem sua preservação definida em três etapas:

“Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, de um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, pela manutenção do caráter social da população. [...] Em seguida, o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, seu ambiente, resulta desta dialética da “arquitetura maior” e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou “destacar” um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial. [...] Finalmente, preenchidas essas primeiras condições, os conjuntos urbanos requerem procedimentos de preservação e restauração análogos aos que foram definidos por Boito para os monumentos. Transpostos para as dimensões do fragmento ou do núcleo urbano, eles têm por objetivo essencial respeitar sua escala e morfologia, preservar as relações originais que neles ligaram unidades parcelares e vias de trânsito.” (CHOAY, 2006, p. 200)

A visão da cidade como um patrimônio surgiu no século XIX na França e na Inglaterra, causada pelo novo debate e consequente surgimento de novos princípios modernos para o espaço urbano após a Revolução Industrial, como medidas higienistas de alargamento de ruas, fluxo e também dos novos padrões estéticos. Antes disso, a cidade não era entendida como um conjunto de patrimônio, apenas seus edifícios individualmente – vê-se que a preservação ainda tinha esse viés individual, por exemplo, pelo posicionamento da Comissão de Monumentos Históricos, criado na França após a Revolução de 1789, que concordava com a mudança de arruamen-

tos para proteger alguns monumentos, mas não pensava em como a malha urbana refletia na preservação do ambiente. Vários bairros não conseguiram ser salvos e foram completamente destruídos para dar corpo às novas ideias, como nas chamadas “Reformas Urbanas”, propostas por Haussmann em Paris. Essa nova urbanização dominante demoliu diversos traçados urbanos pré-estabelecidos para dar início a um novo estilo de vida “moderno”. Por isso, a definição do conceito de patrimônio urbano foi necessário para salvar a antiga espacialização dos centros urbanos, antes que essa nova reinterpretação de cidades pudesse extingui-la.

O novo sistema de pensar a organização das cidades era novidade e, por isso, é compreensível que esse conceito não tenha sido facilmente debatido antes das grandes reformas, uma vez que pouco da cidade era cadastrado, conhecido ou desenhado, dificultando a análise dos ambientes urbanos principalmente devido à sua grande escala comparada a do edifício. Esse debate tornou-se urgente não somente no plano do patrimônio, mas também como um instrumento de atenuar novos problemas que surgiam devido ao rápido crescimento da população e desenvolvimento das cidades.

Assim, novas abordagens surgiram como reflexo dessas grandes transformações, como as que veremos feitas por John Ruskin, Camillo Sitte e Gustavo Giovannoni, muitas delas causadas pelo choque entre a tradição do pré-industrial e a modernidade do pós-industrial. O traçado e a morfologia urbana começaram a fazer parte dos discursos de preservação com o objetivo de manter a essência da cidade e o estilo de vida da arquitetura doméstica. Em relação a sua manutenção, diversas visões tentam interpretar esse espaço a fim de salvá-lo, de diferentes maneiras, contra um possível avanço exacerbado e destruidor da modernização.

John Ruskin (1819 - 1900) foi um grande teórico que abraçou, em seus estudos, o contraste de épocas do pré, valorizando e defendendo a tradição do período, e do pós revolução industrial. Era grande defensor da ideia do “primeiro construtor”, ou seja, acreditava que as edificações deveriam manter sua integridade formal e

técnico-construtiva de modo que, ao passar dos séculos, criassem uma memória para as futuras gerações. Esse transpassar de épocas de um edifício é o que é defendido por Ruskin como um patrimônio de valor histórico. Se outra época se apropriasse do edifício, através de obras de restauração ou outros tipos de intervenção, o prédio tomaria a forma do espírito dessa outra época e não daquela na qual foi concebido. Por isso, era contra reformas, mas a favor de pequenos projetos de prevenção para estender a vida máxima de um edifício durante as gerações, até chegar ao seu limite, a chamada “morte do monumento”.

Ruskin também acreditava que a cidade preservada era um monumento único, porque faz parte da construção e da manutenção da identidade e da memória de seus habitantes. Defendia que, além dos conjuntos urbanos, arquiteturas anônimas também fossem consideradas de interesse histórico para conservação – vê-se que, com tal apelo à arquitetura tradicional, a recusa de Ruskin pelo avanço exacerbado da evolução tecnológica torna-se clara. Ruínas também deveriam ser preservadas e apreciadas como forma de resgate do passado e, por isso, devem ser admiradas e protegidas. Rogério Oliveira resume bem as intenções de Ruskin como “manter vivo o testemunho cultural do passado no cotidiano da cidade possibilita com que os indivíduos identifiquem nos espaços urbanos e nos monumentos históricos marcos referenciais de identidade e memória.” (OLIVEIRA, 2008). Esse pensamento a favor da sobrevivência do espaço pré-industrial ajudou a alimentar, em parte, o ideal das cidades jardim, um século depois.

Camillo Sitte (1843 - 1903) discorreu sobre o conceito de “cidade histórica” a partir da perspectiva da beleza urbana. Diferente de Ruskin, Sitte não se debruçou profundamente sobre o tema do patrimônio, mas do urbanismo. Sua reflexão não abordou tanto o tema da conservação das cidades históricas em si, mas a preservação do ambiente urbano através da concepção de princípios e regras que pudessem sustentar esse conceito. Assim, defendeu a permanência de elementos que trouxessem efeitos semelhantes ao da beleza original do espaço urbano – beleza esta que Sitte consi-

derou que se perdia no decorrer do processo de modernização das cidades industriais com suas novas tecnologias.

Em seu livro “A Construção da Cidade segundo seus Princípios Artísticos”, Sitte discorre sobre o chamado “urbanismo artístico”, analisando principalmente praças e largos históricos nos quais o entorno das construções se mostrava mais presente – novamente a ideia de que o entorno não deve ser excluído mas incorporado ao estudo do patrimônio. A coerência formal entre as qualidades materiais e técnicas construtivas eram importantes para garantir não só uma boa preservação do edifício, mas também para refutar o artificialismo da revolução industrial e suas novas tecnologias. Para Sitte, o principal era garantir a conservação da ambiência, que acaba sendo um conceito importante na preservação do valor cotidiano das cidades, porque é ele que ajuda a moldar as relações sociais existentes.

As intervenções e diretrizes para centros urbanos antigos, analisadas e elaboradas por Gustavo Giovannoni (1873 – 1947), foram um grande marco para a compreensão da cidade como espaço cultural, histórico e integrado. Misturando teorias sobre a restauração de monumentos e edifícios históricos com as discussões sobre o crescimento das cidades, Giovannoni refletiu, principalmente, sobre o tratamento adequado para as cidades históricas em seu livro, “Vecchie città ed edilizia nuova”, onde afirma, através da chamada “teoria do ‘diradamento’”, que o patrimônio deve ser reintroduzido na lógica da cidade, “conservando as valências de valor histórico e estético, mas integrando-se num novo conceito de urbanização” (CHOAY, 1992 *apud* AGUIAR, 2002, p. 90). Assim, os monumentos, individuais ou coletivos, deveriam sempre manter sua essência, e ao reinventar o uso desses espaços, eles têm a chance de se reintegrar novamente ao novo ambiente urbano e proporcionar experiências diversificadas de convívio e permanência.

Diferente de Sitte, que encarava o monumento em uma escala de praça ou bairro, Giovannoni pensa em medidas de intervenção do edifício junto à percepção do espaço urbano na escala da cidade,

criando uma espécie de “plano diretor” capaz de administrar o patrimônio urbano. A seguir, alguns tópicos condicionantes para as intervenções em patrimônios históricos, elaborados por Giovannoni:

- | 1. “Renúncia a uma vocação de centralidade única dos centros históricos no contexto territorial, ou, no mínimo, a sua inclusão na lógica de um sistema urbanístico polinuclear;
- | 2. Total compatibilidade dos usos atribuídos para os centros históricos com as características específicas da sua morfologia, escala e capacidades do seu parcelamento; [...]
- | 3. Na introdução de novas construções, o respeito absoluto pela tipologia cadastral e pelos condicionamentos (por exemplo, volumetrias) da morfologia existentes.” (AGUIAR, 2002)

Podemos ver que esse plano envolve diretrizes principalmente ligadas ao planejamento do uso e da tipologia da cidade, respeitando a escala do conjunto histórico sem, entretanto, separá-lo do funcionamento da parte nova. Essa integração é fundamental para a preservação do patrimônio por conta de seu valor de uso, termo utilizado por Alois Riegl, que veremos mais à frente.

Por fim, retomando a citação de Françoise Choay, o patrimônio urbano apresenta-se como o resultado da dialética das três leituras da cidade antiga apresentadas. A primeira, debatida por John Ruskin, defende a preservação da vida e existência das cidades ocidentais pré-industriais frente ao avanço da modernização; a segunda, representada por Sitte, discorre sobre o papel introdutório de museu da cidade, além dos edifícios como conjuntos únicos e individuais; e a terceira com os conceitos de Giovannoni sobre os valores de uso e readequação dos novos conjuntos e disposição urbanos com os traçados antigos da cidade. As políticas de preservação e intervenção nas cidades históricas devem ser uma ponderação entre os três modelos, a fim de garantir a essência dos espaços urbanos da melhor maneira.

■ Memória, identidade e cultura

A noção de cultura é uma das, se não a mais, complexa em termos de definição. É um conceito aberto, plural e fluido marcado pela concepção de interesses individuais e coletivos e, por isso, não é um fator que surge ou é criado propositalmente: é formado por escolhas baseadas em juízos de valores e significações de uma comunidade. “É essa mediação [simbólica] que pode ser considerada como a instância da cultura” (MENESES, 1996, p. 91). Assim como o patrimônio, a cultura não é inerente à materialidade: é fruto da produção de relações sociais e valores atribuídos aos objetos que os qualificam. Por isso, não existem valores universais e nem permanentes, a materialidade funciona apenas como um mecanismo de expressão.

Muitas vezes, a cultura é compreendida como um conceito sólido e homogêneo para facilitar a identificação de determinado grupo coletivo, mas a verdadeira diversidade das relações, mascarada por essa leitura generalista, é que molda o seu real sentido. “Essa essencialidade facilita a identificação dos valores de um determinado grupo e valida a imposição das homogeneidades que descrevem comunidades mais pequenas ou nações mais vastas [...]” (CADA-VEZ, 2019, p. 58). Para entender a cultura de um povo é preciso observar além dessa interpretação global que agrupa diversas tradições em uma só. A cultura local é formada a partir de consensos, que aproximam ou afastam um grupo através do convívio e do pensamento, e que a escala global ou nacional não conseguem se aproximar. Essa constante troca de experiências também mostra outra característica do patrimônio cultural: sua constante mutabilidade que acompanha a evolução da sociedade juntamente com suas perspectivas e conhecimentos. O patrimônio nunca é o mesmo, sempre muda, e a troca de experiências locais acontece em uma frequência muito maior do que essa escala maior pode acompanhar e, por isso, é importante ir além desses agrupamentos culturais e homogêneos.

Para criar esses agrupamentos, muitas vezes há a necessidade de hierarquizar as diversas expressões culturais para criar um rótulo cultural homogêneo. Como consequência desse enrijecimento e dessa hierarquização, surge o chamado “uso cultural da cultura” (MENESES, 1996). Também muito relacionado à prática do turismo cultural, esse uso constitui parte de uma política de seleção de valores, que acaba ignorando a função social, para determinar usos específicos, mas convenientes, para uma “indústria cultural”.

O enquadramento da cultura para representação de grupos sociais também tem como consequência a necessidade de negociação do que é representativo ou não na cultura de uma determinada sociedade, como descreve José Reginaldo Santos Gonçalves em sua teoria da “retórica da perda”. O autor comenta que a História parece ser um constante processo de destruição, onde diversos fatores como tradições, costumes, memória e identidade podem se perder no meio do caminho. Para isso, um dos mecanismos utilizado é o “enquadramento mítico” (GONÇALVES, 1996) de determinados períodos. Esse recorte provoca uma dinâmica de escolhas entre o que será esquecido e o que será lembrado o que, consequentemente, leva a uma homogeneização e até ao empobrecimento de culturas passadas. A seleção de patrimônios acaba sendo um processo que reproduz esse achatamento, uma vez que os objetos selecionados pelas políticas de preservação acabam representando uma unidade imaginária, mesmo sendo justificada através de atributos como autenticidade e continuidade (GONÇALVES, 1996).

Entender o patrimônio como um evocativo da memória local impõe, portanto, um importante debate sobre as políticas de preservação. A seleção de símbolos e lugares não deve ser feita isoladamente, mas acompanhada da compreensão do contexto no qual se inserem, sem tentar evocar exclusivamente uma volta ao passado. Desconsiderar o contexto social, econômico e político existente pode provocar uma interpretação não fidedigna da trajetória da memória.

A memória é seletiva e composta por constantes transformações sociais e identitárias. Ela está constantemente sendo elaborada no tempo presente, consequente da evolução da sociedade e também das diversas interpretações do passado que ajudam a moldar as identidades individuais e coletivas. Assim como a cultura, a construção da memória de um povo também está sujeita a escolhas políticas, de ganhos e de perdas de valores, que constantemente alteram o curso natural de desenvolvimento da cultura. “Embora haja um lamento constante em relação a esse processo de fragmentação e perda, ele, na verdade, não é apenas um fato exterior ao discurso, mas algo que coexiste com o esforço de preservação tal como aparece nos discursos sobre patrimônio cultural.” (GONÇALVES, 1996, p. 25).

[...] a memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...]. Mas memória colectiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória colectiva, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender essa luta por dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p. 46 apud ARAGÃO, 2013).

Assim como a cultura é baseada em discussões e argumentos, podemos concluir que o patrimônio cultural é um instrumento e um ato político, pois reflete diretamente esse debate. Esse caráter entre valores e sentidos é a base geradora e potencializante do campo cultural. Entretanto, considerando o princípio de que o valor é um exercício de atribuição, seguido do relevante questionamento de Meneses de que, “se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria o valor?” (MENESES, 2012 *apud* BARBOUR, 2021), vemos que a dinâmica de subjetividade do patrimônio corre o risco de que as tendências dominantes se transformem e se expressem como um segmento único e não parte de uma totalidade da vida social. A ampliação do debate político sobre patrimônio para toda a sociedade é, portanto, uma maneira de combater qualquer hegemonia dentro desse discurso.

*“O patrimônio é, acima de tudo, um ato político e precisamos fazer perguntas sérias sobre as relações de poder que o “patrimônio” muitas vezes tem sido invocado para sustentar. Nacionalismo, imperialismo, colonialismo, elitismo cultural, triunfalismo ocidental, exclusão social baseada na classe e etnia e a fetichização do conhecimento especializado exerceram fortes influências sobre como o patrimônio é usado, definido e administrado. Argumentamos que estudos de patrimônio verdadeiramente críticos farão muitas perguntas incômodas sobre as formas tradicionais de pensar e fazer patrimônio, [...]”*² (Critical Heritage Studies Manifesto, 2012)

2. Tradução de: “Heritage is, as much as anything, a political act and we need to ask serious questions about the power relations that ‘heritage’ has all too often been invoked to sustain. Nationalism, imperialism, colonialism, cultural elitism, Western triumphalism, social exclusion based on class and ethnicity, and the fetishising of expert knowledge have all exerted strong influences on how heritage is used, defined and managed. We argue that a truly critical heritage studies will ask many uncomfortable questions of traditional ways of thinking about and doing heritage, and that the interests of the marginalised and excluded will be brought to the forefront when posing these questions.” <<https://bit.ly/3O87i0V>>

Os valores atribuídos ao patrimônio

Todos os monumentos, que neste caso também podemos chamar de patrimônio histórico-artístico, surgem devido à atribuição de valores ao objeto através da percepção humana sobre ele. No século XIX, Alois Riegl, responsável por um projeto de reorganização de políticas públicas na Áustria para preservação do patrimônio, traduz esses valores e sensações humanas atribuídas ao culto dos monumentos existentes em seu ensaio pioneiro conhecido hoje como “O Culto Moderno dos Monumentos”. Segundo ele, o monumento pode ser dividido em três valores de memória: o valor de comemoração, ou intencional, que é aquele em que o autor, em sua proposta original de projeto, quis evocar um ou vários momentos do passado e assim transformá-lo em um marco monumental; o valor histórico ou artístico, que também evoca um marco histórico temporal importante, mas ao invés de ser produzido como marco, transforma-se em um a partir da subjetividade do sujeito; e o valor de antiguidade, que são todos aqueles bens que foram feitos pela mão do homem e são evocados pelo fato de seu aspecto externo revelar evidências de uma obra que percorreu um longo espaço-tempo. No caso dos monumentos artísticos e históricos, é importante pontuar, por conta de sua familiaridade de conceitos, que todo monumento de arte é um monumento histórico pois representa a evolução da história das artes, e que todo monumento histórico é um monumento de arte pois, de certa maneira, também

representa um processo evolutivo e, por isso, talvez não seja válido dividir um monumento entre artístico e histórico, mas uni-lo em artístico-histórico. Pela razão de serem os dois principais valores reconhecidos, essa junção caracterizou o patrimônio até a mudança do termo para patrimônio cultural, que possui maior abrangência conceitual.

Após a evolução do conceito de monumento e, conseqüentemente, do patrimônio, Reigl também lista três valores relacionados à atualidade, posteriores aos valores já descritos até então. A maioria dos monumentos, sejam eles de valor de memória ou de atualidade, possuem características que satisfazem sensível ou espiritualmente os homens (RIEGL, 2014). O valor de atualidade, entretanto, não possui aspecto de culto ao monumento do passado, mas de preservar a estética do monumento do presente como edifício moderno, exigindo que os edifícios possuam a aparência externa de “obra humana em estado de formação” (REIGL, 2014, p. 17) – ou seja, que mantenham sua integralidade sem interferência de ações naturais. Dentro desse valor, temos o chamado valor de arte, que se divide em dois: o valor de novidade, que diz respeito à monumentos que possuem características novas, como um conceito, forma e cor; e o valor de arte relativo, que representa a sensibilidade da estética do edifício em despertar sensações no homem, sem necessariamente ser um monumento com novas características. Além do valor de arte, há o chamado valor de uso, que diferente do primeiro, não atende às necessidades sensíveis do homem, mas às de valores práticos: “esse valor de uso é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos.” (CHOAY, 2014, p. 169). Assim, o método de conservação estética de um monumento com valor de uso é indiferente, desde que não comprometa sua existência e nem se deixe levar pelo caminho do valor de antiguidade. Se um edifício entra em desuso, ele entra em um processo de destruição, não sendo reconhecido pelo valor de antiguidade, mas apenas de abandono. Por isso, é importante que o valor de uso seja mantido no monumento como forma de preservação do mesmo.



The background of the slide is a photograph of a historic street in Rio de Janeiro, Brazil. The street is lined with multi-story buildings, some with balconies and awnings. A yellow overlay covers the entire image, creating a warm, vintage feel. The text is positioned on the left side of the slide.

Parte 2

O patrimônio cultural no Brasil

Parte 2

O patrimônio cultural no Brasil

As reflexões trazidas na primeira parte desta pesquisa são importantes para ponderar a área do patrimônio urbano e todos os valores e conceitos relacionados a ele. Nesta segunda parte, o foco será analisar a trajetória brasileira no campo da preservação: quais foram as motivações, as influências e como ele se desenvolveu ao longo do tempo e das evoluções sociais, econômicas e culturais. Com as ponderações da Parte I, alguns primeiros desafios, permanências e transformações poderão ser contextualizados dentro do percurso nacional de proteção do patrimônio, para serem aprofundados na Parte III desta pesquisa.

Capítulo 2

O tombamento de cidades nas décadas de 30 a 60: os antecedentes e a “fase heroica”

A primeira visão universal institucionalizada de preservação do patrimônio foi registrada na Carta de Atenas, em 1931. Como princípio geral, a conferência defendeu a adoção de uma manutenção regular e permanente dos edifícios, salvo em casos de extrema deterioração. Além disso, retomando o valor de uso descrito por Riegl e outros pensadores, a Carta também defendeu a continuidade do uso dos edifícios para assegurar a vida útil do monumento.

Vale destacar duas passagens desse documento: a primeira, em relação à seleção dos bens de interesse patrimonial, que deve ser cumprida por “instituições e grupos qualificados [...] para salvaguarda das obras primas nas quais a civilização tenha se expressado em seu nível mais alto e que se apresentam ameaçadas” (Carta de Atenas, 1931). Vemos, por esse trecho, certa autoridade do discurso sobre o patrimônio, uma vez que está pressuposta a existência de um profissional especializado para a seleção do que é ou não bem patrimonial – o que nos faz questionar qual seria a especialidade necessária para atribuir valor ao patrimônio, se não a população que convive com ele. A segunda passagem diz respeito à responsabilidade do Estado como “guardião da civilização” (Carta de Atenas, 1931), entidade responsável em conscientizar a população para que não sejam danificados os monumentos, uma vez que a conservação vem do interesse do próprio povo. É um primeiro esboço de aproximação dos órgãos nacionais de preservação com a população em geral, mas ainda mostra uma grande centralização

da figura do Estado no domínio dessa área.

No Brasil, o patrimônio como instrumento legal foi institucionalizado em 1937, após a aprovação do decreto-lei 25 de 30 de novembro, que oficializou a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O serviço surge em um contexto brasileiro de transição do fim da Monarquia até o início do Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas no mesmo ano. Na primeira fase dessa transição, conhecida como Primeira República, encontramos um cenário que herdou, do final do período monárquico, o sistema de governo já bastante descentralizado devido às oligarquias que surgiram nos estados. Esse grupo, representado pelas classes mais altas da sociedade, continuou a ter grande influência direta no governo republicano principalmente por conta da exploração do café, base da economia do país. A exportação do produto ajudou a inserir o Brasil no cenário internacional, facilitando também as trocas culturais com os países europeus, principalmente a França. As noções vigentes sobre modernização logo foram atreladas, pela elite brasileira, à cultura europeia, que passou a importar o estilo de vida, a arquitetura e também a paisagem urbana das grandes metrópoles (PINHEIRO, 2006, p. 43). Assim, no começo do século XX, novas transformações ocorreram nas capitais brasileiras para adequá-las ao modelo europeu a favor do “progres-

Imagem 1: Fotografia da Avenida Central, na altura da Rua do Ouvidor e da Rua Miguel Couto. Fonte: Marc Ferrez, 1906.



so” e afastá-las de expressões do passado. Um dos casos mais relevantes é a abertura da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco) no Rio de Janeiro, que impôs a destruição do núcleo colonial da cidade, na época sem nenhuma proteção legal de patrimônio, para a construção de diversos edifícios ecléticos, tal como o cenário europeu.

Durante esse período, foi elaborada a primeira constituição

republicana em 1891, que oficializou o fim da monarquia no Brasil. O documento trouxe avanços relacionados à liberdade individual, ao fim do autoritarismo da monarquia e também garantiu a autonomia dos estados, mas pouco alterou a soberania das oligarquias existentes, que se fortaleceram econômica e politicamente com a organização federativa e com o regime do coronelismo.

A segunda fase do período de transição diz respeito ao começo da Era Vargas, iniciada após a Revolução de 1930, rompendo a alternância do governo entre paulistas e mineiros e estabelecendo um regime que deu cada vez menos espaço ao sistema de oligarquias. Movido por um projeto de governo cada vez mais autoritário, o período é marcado pela centralização e pelo domínio do poder central dos principais pilares nacionais como a economia, através da interferência do governo nas relações profissionais e criação do direito trabalhista, a educação e a saúde, com a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) ainda no mesmo ano da já citada Revolução.

Essa centralização retomou movimentos políticos que priorizaram o interesse público em detrimento do privado (SANT'ANNA, 2014). O Artigo 113, §17 da Constituição Federal de 1934, reelaborada na Era Vargas, garante o direito à propriedade privada mas submete sua garantia à sua função social: “é garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização” (BRASIL, 1934). Por conta desse recurso, grandes reordenamentos aconteceram nessa época, como reforma de leis sociais e a permissão de avanços para legislação fundiária, trabalhista, urbanística e também do patrimônio (SANT'ANNA, 2014). Sob o ponto de vista desta última área, a Constituição de 1934 aborda em seu Artigo 148: “cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país” (BRASIL, 1934). Sem a visão da função social da propriedade abordada, o entendimento do patrimônio como interesse da nação, com a existência de um governo ainda muito refém

das oligarquias e sem a nova lei, o país teria mais dificuldades em estabelecer elementos legais que conseguissem abordar um bem particular em favor do patrimônio nacional.

A Era Vargas, querendo afastar-se da visão negativa dos regimes anteriores, busca como projeto de governo a criação de símbolos nacionais que retomassem o ideal do “ser brasileiro” e representassem a criação de uma nova memória nacional. A estratégia foi considerada como um dos artefatos que ajudaram a sustentar o regime do Estado Novo, em 1937. Ao longo da década de 30 e 40 também surgiram diversos órgãos e iniciativas federais relacionadas à fins culturais, como museus, teatros e literatura para incentivar a criação dessa nova cultura totalmente brasileira.

Junto a isso, motivado pelo debate fervoroso do período pós Primeira Guerra Mundial e pela criação de novas nações e de seus próprios projetos de identidade nacional, o movimento modernista brasileiro também se debruçou na procura de símbolos que desvinculassem a cultura “europeizada”, muito influente no Brasil, para a criação de uma nova nação possuidora de cultura própria. Esses intelectuais buscaram valorizar traços antes desvalorizados pelos eruditos da época, como a mestiçagem e a arquitetura brasileira do século XVIII para que, a partir destes símbolos, fosse “construída” uma cultura brasileira e não mais costumes e tradições importadas, consequência do processo de colonização e da grande influência de países europeus na construção da sociedade brasileira ao longo dos anos. Foi por conta dessas semelhanças, e não pelas diferenças, que esse projeto acabou aproximando os modernistas brasileiros com o governo Vargas, a fim de garantir que fosse possível pôr em prática esse projeto nacional de “criação” da cultura do Brasil. Essa união de interesses pela defesa do patrimônio nacional logo atribuiu ao MES a elaboração de um órgão de preservação nacional, o SPHAN. Para Sérgio Miceli (1987, p. 44 *apud* ALLUCCI, 2020), a criação do órgão representou a aproximação e intervenção do governo federal no campo da cultura, a institucionalização dos ideais modernistas e uma estratégia conjunta de um regime autoritário e um grupo intelectual em criar uma identidade brasilei-

ra, que ele descreve como “ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a ‘memória nacional’”.

A primeira idealização bem-sucedida de um órgão dedicado à preservação do patrimônio nacional surgiu por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro do MES de 1934 a 1945, em fazer um levantamento consistente de artes particulares consideradas de valor excepcional (SANT’ANNA, 2014). Antes dele, além de algumas propostas de leis federais ou estaduais que não passaram da elaboração, dois decretos federais constituíam o mais próximo de instrumentos legais de salvaguarda do patrimônio até então. O primeiro foi o decreto 22.928 de 1933 que elevou a cidade de Ouro Preto a monumento nacional – a escolha da cidade já mostra os resultados da busca dos modernistas de caracterizar as raízes do povo brasileiro. Ela foi eleita como principal representante desse passado heróico nacional devido à grande valorização da região mineira na formação da história do Brasil, uma vez que foi o local sede do episódio da Inconfidência Mineira, em 1789, importante movimento pela liberdade política do país. A elevação da cidade não necessariamente representou um avanço nas políticas de preservação, uma vez que o mecanismo não possuía instrumentos legais que a protegessem, mas o processo foi importante pois simbolizou o início do projeto de elevação da arquitetura colonial do século XVIII à representante do passado memorável do país. A cidade possuía as principais características procuradas pelo projeto modernista e, por ser a pioneira, serviu como base para as experimentações de salvaguarda e valorização estética³. O mesmo tratamento foi replicado a outras cinco cidades do ciclo de ouro mineiro que também foram tombadas, junto com Ouro Preto, cinco anos depois do decreto.

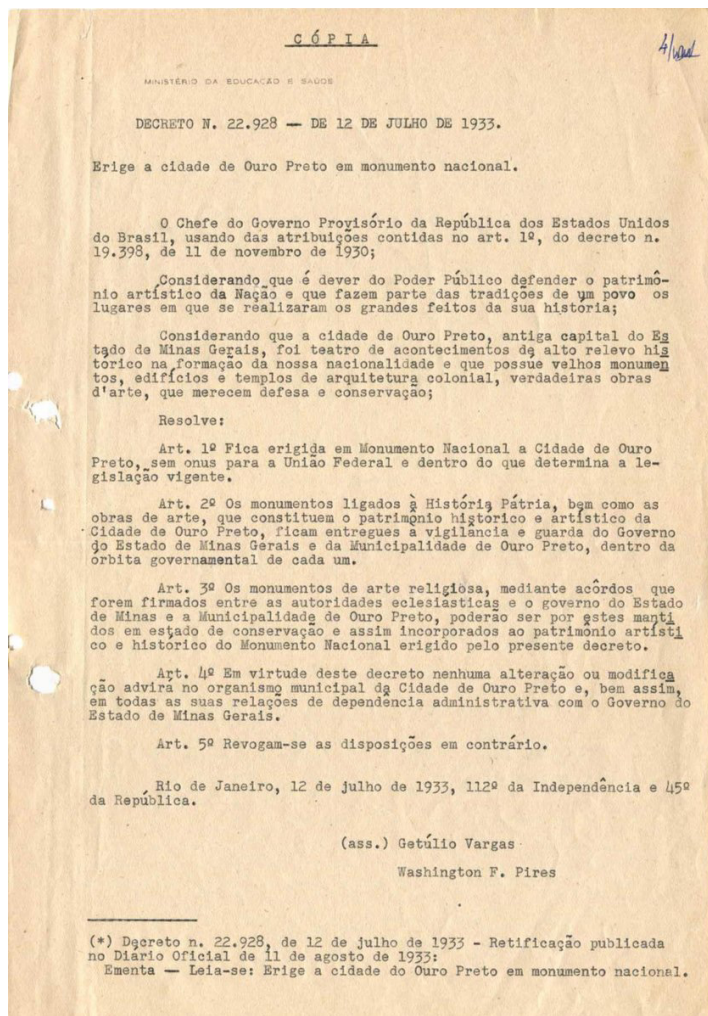
*“Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, foi palco de acontecimentos de **alto relevo histórico** na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação.”* (BRASIL, Decreto 22.928 de 12 de julho de 1933. Grifo nosso).

3. Lia Motta (1987) introduz como essa experimentação foi danosa à estrutura da cidade. “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência” (MOTTA, 1987, p. 108).

4. Um exemplo dessa atuação restrita pode ser observado na cidade de Salvador, que demoliu a antiga Igreja da Sé para a instalação do novo sistema de bondes da cidade, apesar da existência da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia, criada um ano antes. Assim, mesmo com a iniciativa para proteger monumentos no Estado, vemos que as reformas pela modernização do país foram prioridade sobre a preservação dos edifícios pré-existentis. Ver mais em: PINHEIRO, 2006.

Imagem 2:
Decreto 22.928 de 12 de julho de 1933, que eleva a cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional.
Fonte: Camilla Gomes, 2019.

Um ano depois da elevação de Ouro Preto a monumento nacional, em 1934, o decreto 24.735 foi responsável por criar a Inspetoria de Monumentos Nacionais, aprovada junto ao novo regulamento do Museu Histórico Nacional para ser responsável pela inspeção e restauração de edifícios de valor artístico e histórico, bem como o controle e a catalogação de antiguidades. A Inspetoria, apesar de ser a primeira tentativa oficializada de proteger os monumentos do Brasil através de uma instituição oficial, sem uma instrumentação jurídica favorável, teve sua atuação bastante limitada⁴.



(*) Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933 - Retificação publicada no Diário Oficial de 11 de agosto de 1933;
Ementa — Leia-se: Erige a cidade do Ouro Preto em monumento nacional.



Imagem 3:
Cidade de Ouro Preto,
elevada a Monumento
Nacional, na década de
30. Fonte: Luiz Fonta-
na, 1996.

O anteprojeto de Mário de Andrade e o primeiro esboço de criação do SPHAN

“Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.” (ANDRADE, 1936)

O anteprojeto encomendado por Gustavo Capanema para o também modernista Mário de Andrade foi considerado para a época um projeto inviável, apesar de altamente inovador. Vemos nos registros de Andrade, expresso também no trecho citado acima, uma preocupação principalmente com o equilíbrio de registros de diferentes expressões artísticas, populares e eruditas, para a criação de um projeto em que a busca pelas raízes nacionais tivesse pequena abertura à generalizações.

O programa criado por Andrade constituiu, em suma, na criação de um serviço público de proteção da arte totalmente ligado à educa-

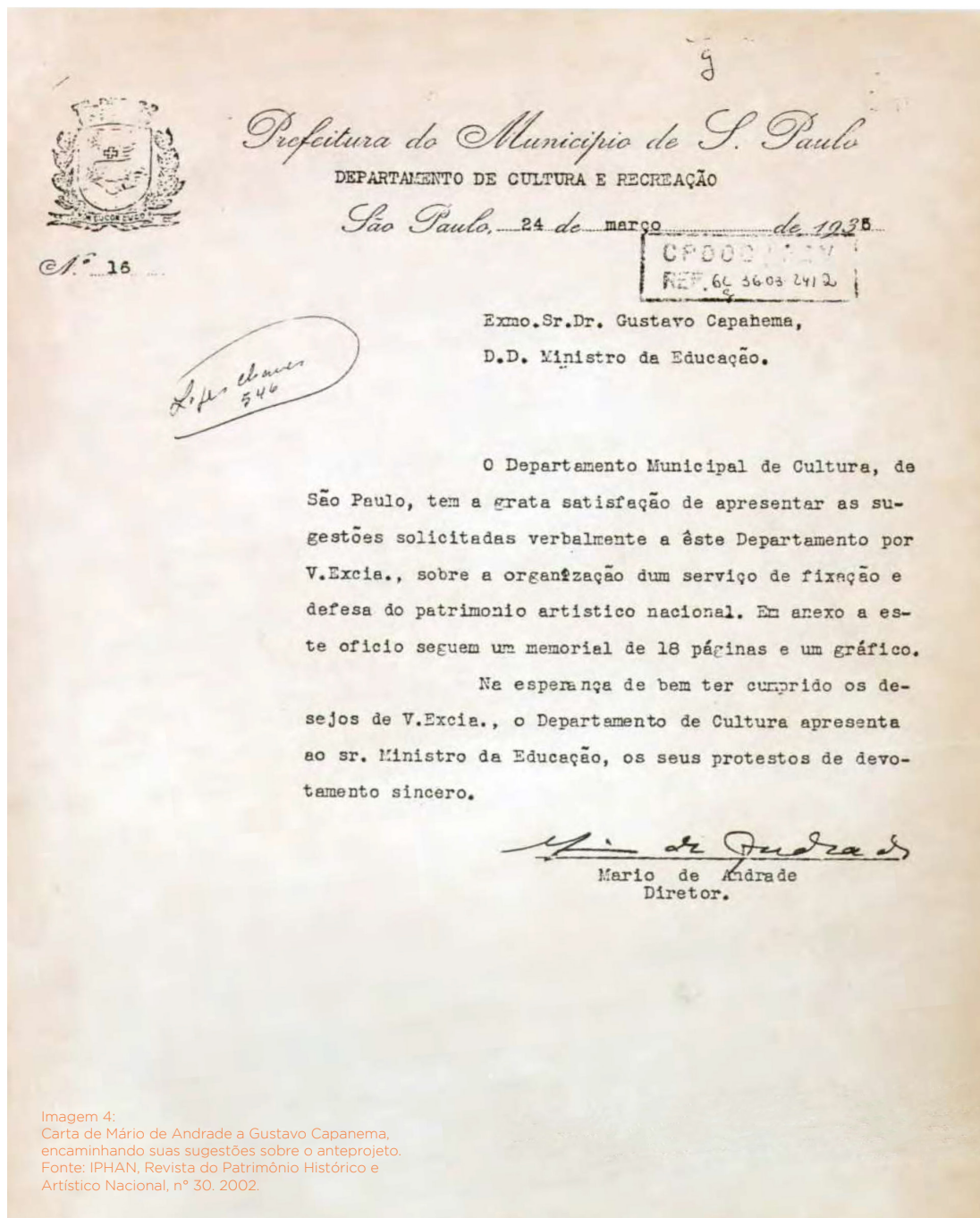


Imagem 4:
Carta de Mário de Andrade a Gustavo Capanema,
encaminhando suas sugestões sobre o anteprojeto.
Fonte: IPHAN, Revista do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional, nº 30, 2002.

ção, cujo trabalho basearia-se em registros das mais diversas manifestações artísticas, obrigatoriamente vinculados à exposições em museus e divulgação em publicações para promover a educação.

Esse sentido educativo está presente na proposta de quatro “Livros do Tombo”, elaborados por Andrade, e que foram uma das poucas partes de seu anteprojeto que foram aproveitadas completamente nas diretrizes da criação do SPHAN. A lógica dessas publicações seria ter, para cada um dos livros, museus correspondentes para abrigar exposições regionais dentro de cada temática. Por definição, o Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico é um dos livros com a maior abrangência de conceitos e diz respeito a bens culturais que são relacionados à ocupação humana, à especificidade de determinados grupos sociais, dentre os quais Andrade destaca principalmente a inclusão de tradições e estilos da cultura ameríndia e da popular, e também à formação da paisagem, feita ou não pelo homem. O Livro do Tombo Histórico, por sua vez, inclui os feitos de valor histórico e memoráveis relacionados à construção da história nacional e divide-se entre bens móveis e imóveis. O Livro do Tombo de Belas Artes abriga bens de valor artístico de caráter não utilitário e, por fim, o Livro do Tombo de Artes Aplicadas abriga os bens também de valor artístico, mas agora com característica de uso, como peças decorativas ou mobiliários⁵.

Entretanto, essa nova abordagem trazida por Andrade contrastava diretamente com os interesses políticos da época e pouco do anteprojeto desenvolvido foi reutilizado na base da formulação do decreto-lei 25, que oficializou a fundação do SPHAN um ano depois. A realidade é que o governo e determinada vertente dos modernistas pouco priorizaram as tradições populares e ameríndias na base de seu projeto de símbolos nacionais, demonstrando em suas ações um caráter conservador e civilizatório dessa busca por uma nova estética para a cultura brasileira.

“O que caracteriza o projeto autoritário do nacionalismo brasileiro do Estado Novo é a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e dos líderes da pátria a base mítica de um Estado nacional forte e poderoso. Isso difere bastante das

5. Conceitos definidos pelo IPHAN. Ver mais: <<https://bit.ly/2Qj-JXuX>>. Acesso em 03 de março de 2022.

6. O *classement* foi um instrumento jurídico criado em 1913, e em vigor até hoje, para a proteção dos monumentos históricos na França. Uma das medidas desse instrumento é a de intervenção do imóvel para interditar destruições sem consulta ou aviso prévio ao proprietário. Junto à ela, também foi criado um outro recurso conhecido como “inscription”, que consistia na inscrição do patrimônio em um grande inventário nacional. (Ver mais em BRITO, 2018)

preocupações centrais de Mário de Andrade, que buscava raízes mais populares e vitais do povo, através do estudo da cultura de seus diversos estamentos sociais.” (SALA, 1990, p. 21)

Rodrigo Melo Franco de Andrade e outros juristas que traduziram o documento para aprovação em formato de decreto-Lei ainda estavam presos à noção de patrimônio discutida pelas tradições européias (principalmente as presentes no “*classement* francês”⁶) e às ideias traduzidas na Carta de Atenas de 1931, principal documento relacionado à preservação do patrimônio até então. Além disso, não havia qualquer outra referência legislativa similar ao projeto de Mário de Andrade, e os responsáveis não tiveram outros exemplos que os ajudassem a desenvolver um novo termo jurídico até então inexistente. O próprio Mário de Andrade, apesar de ser responsável pela elaboração do anteprojeto, sabia que a base legislativa para a formulação era pouca e se contenta com as transformações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, já que confiava nele para transformar o anteprojeto em algo possível de ser realizado na época. “O que fiz foi teoria e acho bom como teoria” (ANDRADE, 1936)⁷. O “instituto do tombamento” (SANT’ANNA, 2014), criado no lugar do anteprojeto, além de não ter visão jurídica suficiente para transcrever essas ideias, atendeu, como lei, prioritariamente aos interesses políticos da época.

■ O decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937

7. “Meu caro Rodrigo, Li seu projeto de lei que achei, pelos meus conhecimentos apenas, ótimo. Aliás, preliminarmente é preciso que eu lhe diga com toda a lealdade que dado o anteprojeto a Capanema, eu bem sabia que tudo não passava

“Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. [...] bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.” (BRASIL, 1937. Grifo nosso)

O projeto de lei final aprovado foi o Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, que garantiu a salvaguarda do patrimônio através do tombamento e oficializou a criação do novo órgão de patrimônio:

o SPHAN⁸. O instrumento do tombamento foi o primeiro meio legal e jurídico no campo do patrimônio capaz de balancear o direito à propriedade com sua função social e o interesse individual com o interesse coletivo e, por conta disso, foi o principal instrumento utilizado para a realização do projeto de criação e proteção de símbolos nacionais. Entretanto, apesar de seu caráter inovador, acabou sendo usado como um dos únicos meios políticos e legais de preservação no país.

“Reduzir o projeto inicial a esse Decreto-lei foi uma luta tremenda! [...] O Mário de Andrade subordinava todos os museus ao Patrimônio. Tinha umas coisas, outras providências... Os diretores de museus se insurgiram, não quiseram concordar. E o trabalho de elaboração desse Decreto-lei foi muito grande, levou muitos meses para concatenar e resumir, reduzir todos os pareceres e reduzi-los à essência. É isso. O trabalho foi esse.” (MARTINS, 1982)⁹

Algumas diferenças entre o primeiro texto e a tradução jurídica de Rodrigo Melo Franco de Andrade são importantes de serem apontadas: podemos ver que o projeto final aprovado pode ser considerado como uma releitura mais simplista do texto de Mário de Andrade. Ao invés da diversificação de valores, Rodrigo utilizou-se de termos bastante generalistas (“fatos memoráveis”, “excepcional valor” e “feição notável”) para definir conceitos fundamentais do documento como a própria noção de patrimônio nacional, e essa falta de especificação dá abertura para adequar e readequar critérios de seleção do patrimônio de acordo com as percepções do órgão federal e, conseqüentemente, a critério dos próprios membros (CHUVA, 1998, p. 140-141).

Outro conceito que é comprometido pelos termos generalistas utilizados são os quatro Livros do Tombo. Os valores identificados no decreto-Lei são a base para a classificação dos bens entre os quatro volumes, sendo eles o valor memorável, o valor excepcional (dividido entre arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico) e o valor notável. Se sua definição não estiver descrita claramente, pode gerar dúvidas em relação à distribuição dos valores entre os livros¹⁰ e até mesmo na própria identificação dos valores em si.

de anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem as circunstâncias, o que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou nem turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto.” (ANDRADE, 1981)

8. Lembrando que o órgão, desde sua criação, já passou por diversas mudanças de nomenclatura: SPHAN (Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) da criação, em 1937, até 1946; DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) até 1970; IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) até 1976; SPHAN

novamente até 1990; IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) até 1995 e, por fim, novamente IPHAN até os dias de hoje. Nessa primeira fase do texto, a nomenclatura adotada será SPHAN.

9. Judith Martins foi uma das primeiras funcionárias do SPHAN. Primeiro atuou como secretária particular de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, posteriormente, teve oportunidade para desenvolver pesquisas próprias, como o artigo “Apostamentos para a bibliografia referente a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” em 1939 e o “Dicionário de artistas e artífices dos séculos 18 e 19 em Minas Gerais”, título com dois volumes, em 1974. A entrevista faz parte do projeto “Memória Oral” do IPHAN e foi realizada por Lélia Coelho Frota e Teresinha Marinho em 28 de

“1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.” (Definições do decreto-Lei sobre os quatro Livros do Tombo. BRASIL, 1937)

Vemos que a falta de detalhamento dos conceitos também oculta uma das preocupações abordadas no anteprojeto criado por Mário de Andrade sobre a função social que o novo órgão de patrimônio nacional deveria priorizar e dos diferentes contextos culturais que ele deveria incluir em sua seleção de valores. No capítulo 1 do decreto-Lei, “do patrimônio histórico e artístico nacional”, apesar das reflexões de Mário de Andrade sobre valores arqueológicos, etnográficos e bibliográficos, o primeiro conceito apresentado, o de patrimônio histórico nacional, desvirtua-se dessas características e não incorpora em sua definição as manifestações culturais populares como representantes do patrimônio nacional, apenas expressões relacionadas a grandes feitos.

■ A escolha do símbolo nacional

A estética escolhida pelos modernistas para tornar-se o símbolo da identidade nacional foi o estilo colonial presente na arquitetura e nos sítios urbanos, principalmente mineiros, do século XVIII. Ele foi considerado pelos membros do movimento moderno como uma arquitetura verdadeiramente brasileira, por conta de seu caráter simples e acessível quando comparado com o estilo da Metrópole, além de representar uma versão brasileira da arquitetura portuguesa transformada em uma exclusivamente nacional. Outros estilos arquitetônicos, como o ecletismo, foram considerados como uma

importação do estilo da arquitetura europeia e, por isso, não foram valorizados pelos critérios de seleção nesta primeira fase. Essa priorização de um estilo arquitetônico, de certa forma, indica que o valor estético foi extremamente relevante na escolha dos símbolos nacionais, sobrepondo-se muitas vezes a outros valores, além de salientar a percepção materialista do patrimônio neste primeiro momento. A própria descrição do conjunto do patrimônio como “bens móveis e imóveis” mostra uma interpretação do mesmo pela sua expressão material (MANGILI, 2013). Ainda que a descrição seja acrescida por “monumentos naturais, bem como sítios e paisagens”, veremos que, por muito tempo, a expressão material foi um grande fator na tomada de decisões sobre o patrimônio.

setembro de 1982, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. A entrevista completa pode ser lida em “Entrevista com Judith Martins [org. Analucia Thompson]”. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3uzgNyS>>

Assim, o projeto tomou rumo de materializar a história nacional no território (CHUVA, 1998), focando principalmente na conservação dos edifícios que constituíam os conjuntos urbanos tombados. O entendimento do patrimônio apenas pelo valor estético cria uma compreensão lógica sobre sua expressão, de maneira que apenas elementos pertencentes àquele estilo se enquadraram no projeto de preservação. É como se o patrimônio tivesse um valor imanente (BARBOUR, 2021) relacionado à sua excepcionalidade e à sua estética e, por isso, seu padrão não foi aberto a discussões. A proteção da materialidade do patrimônio reforça a necessidade de uma expertise técnica sobre os materiais e sobre a estética dele, o que dá maior legitimidade aos agentes do SPHAN como ‘especialistas do patrimônio’.

10. Liziane Mangili (2013) cita que desde 1937 até 2009 apenas quatro bens foram inscritos no Livro do Tombo de Artes Aplicadas.

O discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de outros modernistas que constituíram o órgão moldaram uma cultura brasileira sob seus próprios interesses e pontos de vista. A seleção de um estilo para simbolizar a nação provoca a homogeneização do passado brasileiro no discurso do patrimônio, impedindo que todas as peculiaridades regionais e sociais fossem valorizadas, em um primeiro momento, nas políticas de preservação. Em um de seus discursos frente a diretoria do órgão, RMFA entende que a cultura brasileira é enraizada por diferentes costumes: indígenas, africanos e europeus, sendo o país uma síntese de “valores primitivos e

exóticos”. Na teoria, a tradição nacional seria necessariamente uma combinação desses três fatores em uma mesma nação. Entretanto, as três vertentes são apresentadas apenas como co-existentes, mas não relevantes em igual nível, como se a matriz europeia da arquitetura colonial fosse mais representativa. Isso mostra a propagação do cenário de homogeneização da identidade cultural do Brasil e a desvalorização de outras culturas no início da formação do SPHAN. “Na constatação da perda e esquecimento do imaginário popular fica evidente que todas as etnias são grupos oprimidos, exceto uma que é branca, católica e proprietária de terras, a única cuja memória se preservou” (SALA, 1990, p. 26).

Essa percepção desnivelada das diferentes tradições como constituintes da cultura nacional pode ser vista no discurso de Afonso Arinos de Melo Franco em seu curso para técnicos do SPHAN sobre o desenvolvimento técnico material do Brasil. O curso teve grande relevância para o entendimento da materialização nacional e também sobre que tipo de patrimônio estava sendo elencado pelo órgão e pelas expedições culturais modernistas (TEIXEIRA, 2009). Num momento de grande valorização do conceito material, vemos como a falta de informação sobre diferentes culturas acabaram impactando na seleção de patrimônios mais diversificados.

“O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso afro asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do nosso psiquismo nacional, é pouco importante na civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais desenvolvido mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isso mesmo os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notável, são de difícil identificação” (FRANCO, 2005 apud BARBOUR, 2021. Grifo nosso)

O discurso do patrimônio também ajudou a afirmar a vertente moderna no Brasil, uma vez que essa retomada do passado no presente foi trabalhada em cima de um discurso associativo entre a produção da arquitetura colonial do ciclo mineiro e a arquitetura

moderna, onde uma teria inspirado a outra¹¹. A conexão entre as duas vertentes foi baseada pela justificativa de que ambas arquiteturas eram puramente nacionais: a arquitetura colonial no século XVIII, que já tinha abrasilizado a estética portuguesa, e a arquitetura moderna no século XX, criada por arquitetos brasileiros. Além disso, também foi feito um paralelo entre os materiais e métodos construtivos utilizados nos dois estilos, onde o pau-a-pique colonial lembraria o concreto armado modernista, além da ‘falta’ de ornamentação de ambas as arquiteturas – como se a arquitetura colonial, influenciada pela pouca disponibilidade de materiais na época, tivesse certa “intenção plástica” (GONÇALVES, 2010, p. 70) ao assumir tal forma. Ambos os fatores atribuíram à arquitetura moderna o título de “linha evolutiva tomada por verdadeira e autêntica” (NOBRE, 2004, p. 125-126 *apud* GONÇALVES, 2010) do estilo colonial mineiro, desqualificando outras linhas arquitetônicas contemporâneas ao modernismo.

“As condições atuais da nossa vida mental, moral e material não são as mesmas [que no período colonial] [...] deveríamos, porém, cortar as raízes que nos ligam aos nossos antepassados e abandonar as formas, as estilizações dos nossos artistas coloniais e escolher para as nossas habitações, no mesmo solo, no mesmo clima, as formas bizarras de outras gentes, de outras terras? [...] Está visto que devemos ser coerentes com a nossa época, da mesma forma que os artistas coloniais o foram com a sua. [...] A interpretação racional deve ser feita de acordo com as necessidades múltiplas da vida atual, e com a enorme variedade de materiais postos à nossa disposição pela técnica moderna” (Trecho retirado do livro “Estylo Colonial Brasileiro Composições Architetônicas de Motivos Originaes” [sic] do arquiteto Felisberto Ranzini, de 1927. Nele, Ranzini comenta sobre a aproximação da arquitetura moderna como releitura da arquitetura colonial, e sua clara oposição ao estilo eclético. RANZINI, 1927, p. 5 *apud* BARBOUR, 2021).

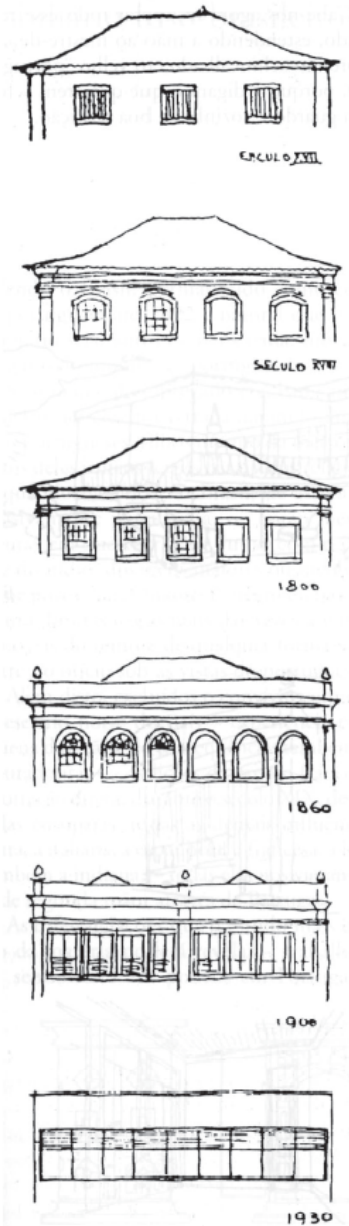


Imagem 5: Evolução da Fenestração na arquitetura civil brasileira” por Lúcio Costa, mostrando como o arquiteto idealizou a evolução da arquitetura brasileira. Fonte: COSTA, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 1. Disponível em: <https://bit.ly/3lmGVmx>

11.

“No estrangeiro, quem gosta de arquitetura moderna detesta tradição e vice-versa. Aqui [no Brasil] foi diferente – o moderno e a tradição andavam juntos. Eu chefiava a Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN. Achava que a arquitetura moderna não devia contradizer nossa tradição” (Discurso de Lúcio Costa sobre a proximidade da arquitetura “tradicional” brasileira e a moderna. In: BRENDLE, 2016).

12.

Segundo Motta (2002), essa metodologia por fim não foi usada nas pesquisas do IPHAN. As pesquisas de campo de fato foram motivadas pelo reconhecimento do espaço pela experiência dos historiadores e outros agentes do órgão, mas os ambientes de escolha eram destinos bastante frequentados e, pelo menos neste período, não houve nenhuma sistematização

• • •

Em 1949, o Plano de Trabalho divulgado por Lúcio Costa para a Divisão de Estudos e Tombamentos, da qual era diretor, mostrou-se influenciado por algumas questões abordadas na Carta de Atenas de 1931, como o valor cotidiano excluído pelo valor de excepcionalidade, a objetividade do patrimônio e a consequente função de um especialista para selecionar esse bem. Segundo ele, a seleção de monumentos deveria ser baseada em três perguntas que refletem os princípios modernistas para o projeto de patrimônio já explicitados: **como** se construiu (a materialidade), **quando** se construiu (o recorte temporal, influenciado pelo período “colonial”) e **quem** construiu (principalmente se construída por uma figura relevante no cenário nacional). Obras de artistas anônimos, muito frequente na arquitetura popular, parecem ser descartadas dessas pesquisas. Além disso, a metodologia de reconhecimento do patrimônio era baseada na experiência *in loco*, onde os pesquisadores possuíam objetos específicos a serem estudados (MOTTA, 2000). Assim, vemos que com a estética já pré-definida do patrimônio, a busca por novas representações possuía a tendência em seguir o mesmo valor artístico-estilístico ou de excepcionalidade que os modernistas da época acreditavam para a representação da cultura nacional.¹²

*“A criação, na sede e nos distritos, de várias turmas de pesquisadores de dados histórico elucidativos, para atuarem simultaneamente cada uma num setor delimitado, **concentrando se cada pesquisador em um determinado monumento** com as obras de arte que encerra, a fim de esclarecer **quando** se construiu ou executaram, **como** se construiu ou executaram, e quem construiu e executou (...). Contudo não é necessário nem mesmo talvez aconselhável o recurso exclusivo a historiadores de profissão uma vez que a curiosidade do ofício os conduz insensivelmente a pesquisas laterais demoradas e absorventes **com prejuízo dos informes simples e precisos que interessam à repartição**”.* (COSTA, 1949. Grifo nosso.)

Assim temos, num primeiro momento, uma idealização e construção de uma narrativa do passado, que refletiu no tombamento predominante de elementos da arquitetura colonial. Vemos que não houve objetivo nenhum em estabelecer um critério de tombamen-

to pela formação da nação ou de organização urbana pelo território, mas sim de manter um grupo de controle ideal para a exaltação do símbolo como instrumento norteador de formação de cultura e propaganda. “Sob o ponto de vista artístico, histórico e cultural, [o] mapa do Brasil possuía imensas lacunas em branco. No entanto, ao órgão de preservação, instituído sob o comando de um regime autoritário, não havia tempo para tudo inventar; urgia que se iniciasse o processo de construção de uma “biografia” da Nação” (GONÇALVES, 2010, p. 63).

do território nacional para atingir lugares mais diversificados.

Ainda, essa tendência causou quase que exclusivamente o tombamento de cidades coloniais, principalmente as localizadas em Minas Gerais, com exceção de Alcântara, no Maranhão, e Aldeia de Carapicuíba, em São Paulo. A diferença da contextualização de Mário de Andrade em um Brasil complexo, regido por diferentes culturas e vertentes provindas de uma grande miscigenação com a de outros integrantes do movimento modernista, é realçada por essa valorização de apenas um recorte arquitetônico nacional, o colonial, que não reflete sozinho essa dinâmica social do Brasil ao longo dos séculos. A preocupação em primeiro plano era o projeto de nação e de criação de símbolos, que não foram prioridade de Mário de Andrade no momento, mas do governo autoritário de Getúlio Vargas em busca de novos símbolos para criação de um projeto de massa.

I A autoridade discursiva e civilizatória do SPHAN

A criação dessa nova identidade nacional possuiu, em parte, um caráter civilizatório nos discursos de divulgação do projeto. Pela iniciativa inovadora e também pela função de símbolo político que o patrimônio exerceu nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, logo se formou um consenso sobre a imagem do patrimônio e sobre a entidade responsável por sua seleção. Assim, ainda que o patrimônio represente alegoricamente um determinado povo, situação ou tradição, ele foi introduzido na população já

moldado pelos ideais dos modernistas através da valorização da arquitetura colonial, sem a participação de outras partes da sociedade. Ao mesmo tempo que o patrimônio representa a nação, ela foi apenas espectadora do processo nesse primeiro momento.

Esse caráter distante mas impositivo entre a população e o Estado sobre as decisões do patrimônio mostra-se presente através das publicações e notícias de tom educativo e de conscientização da população sobre o patrimônio, uma vez que as pessoas precisavam ser “persuadidas” por essa narrativa civilizatória existente do patrimônio histórico-artístico, diferente da visão educadora elaborada por Mário de Andrade de conscientização da população leiga acerca da função social do patrimônio. Santos (1996) sugere a existência de uma “Academia SPHAN”, ou seja, de uma prática dentro do próprio órgão que se baseava em diretrizes para homogeneizar o discurso das publicações: “a emergência de uma formação discursiva específica, [...] é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio.” (SANTOS, 1996, p. 77 *apud* TEIXEIRA, 2009). O convencimento da população dos ideais pretendidos nesse projeto publicitário pelos modernistas ajudou a “difundir essa nova atuação do Estado” e “torná-la apropriável por um certo público [...] demarcando fronteiras para as ideias e concepções da nova agência quanto à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (CHUVA, 1998, p. 207). Essas publicações também ajudaram a espalhar o consenso social de que existem pessoas especializadas para a seleção do patrimônio, legitimando o discurso e garantindo o reconhecimento da instituição como “detentora do saber”, deixando a população leiga como mera espectadora dos critérios sobre os patrimônios existentes.

Segundo Cristiane Gonçalves (2010), as publicações tinham alguns temas principais em suas primeiras edições, dentre eles: “o resgate da arte barroca – do qual emerge, com grande relevo, a figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho –; o estudo da arquitetura do período colonial, com foco incidindo sobre as cidades mineiras;

e a construção cuidadosa, liderada por Lúcio Costa, de relações entre a arquitetura tradicional – eleita como patrimônio nacional por excelência – e a arquitetura moderna que, com pouco tempo de vida, alçaria equivalente status simbólico” (GONÇALVES, 2010, p. 67). Todos são temas extremamente ligados à materialização da cultura nacional, ou seja, discutem, principalmente, os elementos materiais sobre perspectivas históricas ou estéticas. Algumas reportagens dos jornais da época relatavam sobre as obras de restauração em andamento no país sempre em um tom bastante positivo em relação ao órgão de patrimônio, usando expressões como “serviços de mais alta relevância”, “ação eminentemente patriótica [do SPHAN]”(O Sol (MG), 1947) e “trabalho de proteção de tudo que diz respeito a nosso passado” (Diário de Pernambuco, 1944). Como na reportagem, vemos que a estética colonial e barroca, escolhidas como representantes a símbolo nacional, são denominadas como “arquitetura tradicional”, prioritárias na catalogação e restauração do patrimônio nacional e que, mesmo não incluindo essas “artes maiores”, os trabalhos do SPHAN já poderiam ser considerados “compensadores” de sua atuação.



Imagens 6 e 7:
Capa da Revista do
Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional nº 1 e
9, respectivamente.

"E, mau grado só tenha conseguido até agora inventariar systematicamente obras da nossa arquitetura tradicional, não havendo podido senão iniciar o mesmo trabalho no tocante às demais manifestações das nossas outras "artes maiores", assim como das expressões das nossas artes applicadas, eruditas ou populares, já se podem de tal modo compensadores os trabalhos dessa repartição com esse objetivo (...)" (Diário de Notícias, 15 de março de 1940)

Assim, o padrão estético sempre foi uma prioridade na preservação das cidades históricas. Todas as edificações particulares que surgiram depois do tombamento deveriam seguir a estética do colonial e do barroco do século XVIII de modo a neutralizar-se no ambiente da cidade. Entretanto, a falta de comunicação da importância dessa harmonia muitas vezes refletia na população como proibições sem legitimidade. Para concluir, essa fixação por determinados padrões metodológicos focados na unidade estilística acabou se tornando uma espécie de "status" do patrimônio, criando um estilo único de salvaguardar o patrimônio através da excepcionalidade, onde valores cotidianos, históricos ou afetivos não foram encaixados e, portanto, não foram agregados às decisões a respeito do patrimônio nacional.



Imagem 8: Trecho da reportagem feita com Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre as ações feitas pelo órgão de patrimônio. Disponível em: <https://bit.ly/3yugJ4U>

Capítulo 3

Novas visões e práticas sociais do patrimônio urbano: as décadas de 60 a 80

A partir da década de 1950, temos uma grande mudança no cenário internacional e nacional relacionada às políticas de preservação e, principalmente, às novas definições em torno do conceito de patrimônio. No âmbito internacional, novos debates relacionados ao patrimônio surgem provocados pelos prejuízos trazidos pela destruição da Segunda Guerra Mundial. Uma nova onda entre as nações cresce em defesa da valorização das culturas regionais como parte da identidade nacional e para garantir a preservação da diversidade cultural perante as perdas do período de guerra. Esse cenário ajudou a reforçar a importância de discutir os novos parâmetros para salvaguarda dos patrimônios nacionais.

O primeiro documento internacional importante que mostra o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural foi a Carta de Haia, em 1954, que ajudou a estruturar diversas missões de apoio ao patrimônio no mundo, seja por desastres naturais ou também pela pressão econômica e política que muitos locais enfrentavam nesse novo cenário mundial. A Convenção sugere aos países¹³, em uma carta global, que cada nação deveria listar e estudar valores culturais históricos e monumentos como forma de antecipar, prevenir e proteger o patrimônio de maiores estragos no caso de novas guerras. Através do mesmo documento é possível perceber também as mudanças em torno do conceito e da percepção de patrimônio pelas Cartas Internacionais. Nele, vemos o uso inovador do termo “bem cultural”, definido como “os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos [...]” (CICV, 1954), mudando o termo de “patrimônio

13. O Brasil estava presente na Convenção de Haia e também assinou o documento final em comum acordo com outros países. Vemos portanto que as novas ideias internacionais já começam a circular no

governo federal, que oficializou essa união através do decreto nº 44.851 de 11 de novembro de 1958. Disponível em: <<https://bit.ly/3Rk3r3q>>

histórico-artístico” para um conceito mais aberto de patrimônio.

O período também foi marcado por novas preocupações relacionadas ao meio ambiente e à paisagem, que surgiram por conta do desenvolvimento da sociedade e consequente crescimento das edificações e da especulação imobiliária. A Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios de 1962 (Conferência ONU, Paris) introduz, pela primeira vez, a preservação de paisagens e sítios que envolvam valores para além do histórico artístico, como o científico e econômico, ampliando os valores incluídos no conceito de patrimônio até então. Também considera os centros históricos como uma paisagem única e não apenas um conjunto de monumentos individuais, defendendo sua inclusão nas decisões de planejamento territorial.

“A salvaguarda não deveria limitar-se às paisagens ou sítios naturais, mas estender-se também às paisagens ou sítios cuja formação se deve, no todo ou em parte, à obra do homem. Assim, disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária. Uma proteção especial deveria ser assegurada às proximidades de monumentos” (UNESCO, 1962, p. 3)

Essas ressignificações debatidas principalmente no período pós-guerra representam um esforço coletivo das nações em ampliar as diretrizes para a preservação do patrimônio mundial com devido rigor técnico, metodológico e coerente e que pudesse ser ponderado para as diferentes realidades culturais de cada país (KUHL, 2010). O documento referência desse esforço, sucessor da Carta de Atenas de 1931, e que até hoje é o principal documento do campo da preservação, é a Carta de Veneza de 1964, elaborada como estatuto-base da criação de uma organização internacional de preservação de sítios e monumentos, o ICOMOS – a terceira criada desde então, depois da fundação do ICOM, instituição-irmã do ICOMOS (1965), em 1945 e do ICCROM, em 1956. Apesar de se dedicar mais aos critérios de intervenção, a carta redefiniu o conceito de patrimônio sob as novas perspectivas mundiais, ampliando seu

conceito quanto aos novos valores importantes a serem reconhecidos, rompendo pela primeira vez o conceito de monumentalidade dos bens patrimoniais e ampliando a noção de patrimônio em prol da valorização da diversidade cultural, descrevendo-o também como “obras modestas de significação cultural”. O patrimônio não é mais relacionado apenas a temáticas universais, como “fatos memoráveis”, e passa a ser valorizado, também, pela sua relação com a memória local de determinado povo ou região. Além disso, reforça que a conservação é uma disciplina conjunta entre diversas “ciências e técnicas”, ampliando a responsabilidade para áreas como a geografia e a arqueologia e não apenas à área da arquitetura, que dominava o campo do patrimônio até então.

*Art. 1º. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às **obras modestas**, que tenham adquirido, com o tempo, uma **significação cultural**. (ICOMOS, 1964)*

No Brasil, até o final da década de 40 e início da década de 50, o cenário econômico ainda era marcado majoritariamente por uma economia agroexportadora, mesmo com os esforços de Getúlio Vargas de desenvolver o setor industrial no país. Após a Segunda Guerra Mundial, esse projeto toma cada vez mais força devido às políticas desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek, período no qual a industrialização alcança uma expressiva porcentagem na economia brasileira nunca atingida até então. Conhecido principalmente pelo lema “50 anos em 5”, o ciclo proposto pelo governo JK, entre os anos de 1956 a 1961, baseava-se no desenvolvimento de cinco setores: energia, transporte, indústria, alimentação e educação. Com exceção dos dois últimos, que não cumpriram seus objetivos propostos, o país recebeu investimentos com a finalidade de estimular a indústria automotiva, a indústria de base e a substituição da importação pelo consumo interno, com o objetivo de mudar a principal base da economia até então estruturada na apenas na produção para exportação.

14. A partir desse período retratado, o texto identificará o órgão nacional de preservação do patrimônio como IPHAN, mesmo tendo em conta da mudança de nomenclatura algumas vezes, para facilitar a sua compreensão.

Durante esse tempo, o IPHAN¹⁴ não teve grandes mudanças em sua estrutura interna, o que para Márcia Sant'anna (2014) é justificado pelo trabalho majoritariamente técnico e especializado do órgão, tornando-o quase imune às mudanças políticas. Além disso, a própria formação e concepção do patrimônio, entre os intelectuais modernistas, estruturou um órgão bastante fechado e pouco aberto para a entrada de novas ideias.

O contraste entre o cenário político e econômico em constante transformação e o órgão pouco flexível logo pode ser sentido principalmente nas cidades históricas, que obrigou o IPHAN a repensar sua atuação até então. Na década de 50, a percepção sobre o núcleo urbano começa a ser alterada, com novos mecanismos de ampliação do perímetro de tombamento para além do centro histórico, ainda que muito presa ao valor estético e à homogeneidade das edificações. Na prática, essa ampliação serviu para manter o congelamento estético do entorno, sem pensar na integração dessa área tombada com o restante da cidade, dando continuidade do tratamento dos centros históricos ao entorno urbano que ia em direção contrária às novas dinâmicas nacionais. As cidades que eram marcadas pelo cenário de estagnação econômica, um dos critérios de seleção para o tombamento, começaram a acompanhar a tendência social e econômica do país, que já na década de 50 era diferente do que o contexto da criação do órgão. Além disso, o alto número de estradas construídas também ajudou na interiorização do país e essas cidades, que antes tinham acesso dificultado pela má qualidade das conexões, passaram a ter um acesso maior e, conseqüentemente, maiores trocas econômicas, políticas, sociais e também turísticas, obrigando o IPHAN a encarar problemas que evitava com a tentativa de congelamento e isolamento dos núcleos urbanos através das políticas de preservação conservadoras.

"(...) O que constitui monumento, (...) não é nenhum dos edifícios considerado em si mesmo, isoladamente, mas a sua coexistência, a sua conservação em conjunto, formando um todo que, por isso mesmo, assume feição urbanística e arquitetônica de valor inestimável (...). É, portanto, esse conjunto (bem imaterial, que é de toda a cidade sem pertencer particularmente a quem quer que

seja) o objeto do tombamento (...). Não é isso o mesmo que uma série de tombamentos especiais de bens individualizados, cada um isoladamente considerado.” (Documento de RMFA em 1941 sobre o conceito de cidade e monumento, mesmo que na prática sua visão continuasse a entender a cidade pelo viés da arquitetura. In: SANT’ANNA, 2014, p. 142)

O avanço imediato da economia, das trocas sociais e do desenvolvimento das cidades intensificaram os problemas urbanos que começaram a surgir, principalmente, devido à visão apenas das características estéticas, criando uma grande diferença entre o centro histórico e a periferia. Além disso, as cidades estavam cada vez mais ameaçadas pela nova dinâmica econômica industrial, tanto pelo grande êxodo rural, que esvaziou diversas cidades do interior do país, quanto pelos grandes centros urbanos que se viam cada vez mais povoados e com a qualidade de vida antiga ameaçados. Novos perfis de cidades foram criados devido a diversos fatores como o “crescimento acelerado e pressão demográfica, metropolização de algumas regiões, implantação de indústrias em seus arredores e abertura de estradas, afluxo turístico desordenado, estagnação econômica e esvaziamento populacional” (CORRÊA, 2012, p. 74). Com o grande fluxo migratório e as novas técnicas trazidas pela industrialização, como bem descreve Maria Cecília Fonseca, “as consequências para a preservação, desse modelo de desenvolvimento, repercutiram não apenas no nível simbólico — na medida em que essa ideologia contrapunha à continuidade e à tradição — como nos níveis econômico e social [...] desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto do edificado como do paisagístico.” (FONSECA, 2005, p. 159).

Devido a necessidade de reajuste do órgão frente às novas dinâmicas urbanas, econômicas e políticas, o IPHAN encontrou-se em uma posição de cobrança dos diferentes níveis administrativos contra a destruição do patrimônio regional. Apesar do decreto-Lei 25 prever, no artigo 23, a parceria entre governo federal e municípios, na prática, como já vimos, a atuação foi muito restrita ao órgão nacional. É neste cenário de grande pressão econômica e política nos centros urbanos que o Brasil se encaixa ao solicitar, no

começo da década de 60, suporte administrativo da UNESCO “a fim de receber especialistas para a elaboração de estudos e planos voltados ao patrimônio cultural brasileiro – com foco nas cidades e visando à inserção desses locais em um plano nacional de turismo cultural.” (CORRÊA, 2012, p. 81). A instituição, em resposta, enviou Michel Parent, Inspetor dos Monumentos Franceses, para prestar essa assessoria.

O envio de Michel Parent e a gestão de Renato Soeiro (1967 - 1979)

A UNESCO foi fundada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial. A instituição estruturou-se, principalmente, com o objetivo de apoiar e guiar os países membros em lidar com questões de educação e cultura, em um cenário mundial de destruição causado pelas batalhas, além da posterior expansão populacional e industrial, efeitos dos movimentos de modernização dos centros urbanos. A pedido da organização, Rodrigo Mello Franco de Andrade, ainda no comando do SPHAN, começa a repensar as novas ideias em torno da ampliação do conceito de patrimônio no cenário internacional (MOTTA, 2000) entendendo que o acervo nacional deveria ser mais abrangente, tanto pelo interesse econômico promovido pelo turismo, como também pela preservação do patrimônio através da sua relação com o planejamento territorial. Rodrigo assume a dinâmica da cidade, deixando de interpretá-la apenas por seu lado estético e material, mas também como fruto de relações sociais que estão em constante transformação. Por sua definição, “[a cidade é] criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução” (ANDRADE, Rodrigo M. F. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/ Pró-Memória, 1978, p. 81. *apud* MOTTA, 2000, p. 42). Entretanto, mesmo com uma lenta mudança de percepção, ainda não aplicada à prática, a mudança econômica e social que o país se encontrava foi tão grande, que o órgão precisou pedir auxílio externo para ajudar a construir um novo plano de gestão do patrimônio nacional.

Este auxílio veio, principalmente, com a visita de Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França (LEAL, 2008, p. 13) ao Brasil, entre os anos de 1966 e 1967. O objetivo da presença do Inspetor foi suprir essa demanda nacional para adaptar-se às novas visões e ações internacionais, estreitando a relação entre o IPHAN e a UNESCO. Como produto de sua análise da situação brasileira, Parent elaborou um relatório em que dizia que a preservação das cidades patrimoniais deveria ser baseada na união do planejamento urbano e da atividade econômica, dando destaque para o incentivo ao turismo, justificando que o desenvolvimento do primeiro processo é essencial para manter o controle do segundo. Ele ressalta que “qualquer ‘planejamento global para a conservação dos bens artísticos e de determinados patrimônios naturais’ desejado pelo governo e levado em consideração pela Unesco deve [...] ser realizado ‘por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país’”. (LEAL, 2008, p. 42). A descentralização do sistema de preservação da escala nacional também seria um fator fundamental para auxiliar e aumentar o alcance do órgão em diversas partes do país, como forma de atender às sugestões da Carta de Veneza para reconhecimento e proteção de monumentos regionais. Essa descentralização não necessariamente precisaria ser administrativa, uma vez que “consciente da precariedade administrativa das municipalidades brasileiras [...] sugeriu que o IPHAN se tornasse, na reestruturação do sistema, um órgão menos executivo e mais de orientação e controle de intervenções” (SANT’ANNA, 2014, p. 208).

No mesmo ano da divulgação do relatório final da missão de Parent no Brasil, em 1967, aconteceu um encontro entre países latino-americanos, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com o objetivo de debater os princípios da Carta de Veneza e aplicá-los no cenário latino-americano. O continente, “comprometido em um grande empenho progressista, que implica a exploração exaustiva de seus recursos naturais e a transformação progressiva das suas estruturas econômico-sociais” (OEA, 1967, p. 3), precisava criar novas políticas de preservação, frente a esse acelerado e desordenado desenvolvimento social, econômi-

co e principalmente urbano dos países do continente americano, que destruía cada vez mais o passado e o testemunho dos povos antigos, deveria fortalecer as medidas conservadoras vigentes que não acompanhavam as novas transformações. Nesse encontro, é formulado o relatório conhecido como Normas de Quito, que incentivou o caráter econômico do patrimônio através do desenvolvimento do turismo regional nesses países em desenvolvimento, como uma forma de garantir o retorno de melhorias socioeconômicas para a sociedade e o autossustento do patrimônio nacional, carente de recursos por conta da falta de ações e políticas voltadas à atividade da preservação. “O propósito comum [da reunião] de dar um novo impulso ao desenvolvimento do continente, [aceita] implicitamente que esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis de constituir-se em instrumentos do progresso” (OEA, 1967, p. 1).

Os reflexos desse pensamento no Brasil podem ser observados com a criação da EMBRATUR em 1966, já sob o novo conceito de desenvolvimento nacional do governo ditatorial, com o objetivo de incentivar e financiar projetos culturais relacionados à atividade do turismo, como forma de estimular o desenvolvimento econômico de cidades ainda estagnadas. O turismo cultural foi a forma de garantir essa obtenção de capital às cidades, dando importância aos monumentos e bens patrimoniais nas novas rotas turísticas. “Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2005, p. 160).

Além das diretrizes abordadas pelo relatório da UNESCO sobre o incentivo ao turismo, a descentralização da administração do patrimônio para as esferas regionais também fez parte desse cenário de mudanças nas diretrizes de preservação nacional. A solução foi oficializada pelas publicações do Compromisso de Brasília em 1970, complementado um ano depois pelo Compromisso de Salvador, que, em linhas gerais, moldaram as novas políticas de patrimônio em uma ação integrada nos diferentes níveis administrativos (fe-

deral, estadual e municipal) sob orientação do IPHAN. O primeiro documento retrata a importância da participação dos estados e municípios como forma complementar à atuação do governo federal para a proteção tanto de bens culturais de valor nacional como também para a identificação dos bens de valores regionais. O próprio órgão federal sofria com a falta de recursos financeiros e de mão de obra suficientes para atuar no território nacional como um todo e, por isso, a descentralização foi motivada também para compartilhar a responsabilidade e o financiamento da preservação do patrimônio (KÖHLER, 2019, p. 149). Esses aspectos foram a base para a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1973, como veremos a seguir.

“é, pois, chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à D.P.H.A.N., para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é raiz do que somos - e seremos.” (IPHAN, 1970, p. 5)

Outros pontos importantes debatidos no Compromisso de Brasília são relacionados à formação ‘acadêmica’ do patrimônio no país, tanto para a criação de mão-de-obra especializada para projetos de restauro e pesquisa no campo do patrimônio, como também para a conscientização da população através da inclusão da educação patrimonial no currículo escolar, como parte da “educação moral e cívica” criada pelo governo militar. Isso mostra que, assim como no Estado Novo, a cultura foi vista como um instrumento de manipulação hegemônica e ideológica no período ditatorial também para construção de uma identidade e exaltação da nação como uma unidade. Foi dentro desse contexto que o PCH surge, como reflexo dos novos moldes trazidos pelo cenário internacional e também como estratégia ideológica do governo militar, introduzido em uma lógica mercadológica de consumo do patrimônio, para atender as demandas do novo cenário capitalista (CORRÊA, 2012). O Compromisso de Salvador, por sua vez, além de retomar algumas das discussões do primeiro encontro, aborda também as questões financeiras e legislativas para iniciar os trabalhos regio-

nais de acordo com os recursos do órgão federal e em harmonia com o decreto-lei 25.

Em suma, as cidades, agora inseridas como parte de uma nova política de valorização da identidade nacional, serviram como suporte para articular “a política de preservação dos bens culturais, que representaria os valores da memória nacional, a outras políticas governamentais, que teriam por objetivo a geração de valor econômico, inserindo-os no processo de acumulação capitalista” (CORRÊA, 2012, p. 78). Tudo isso mostra que essa fase de transição comandada por Renato Soeiro entre as diretorias de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937 - 1967) e de Aloísio Magalhães (1979 - 1981) foi a que trouxe o primeiro passo importante para a modernização do órgão frente às mudanças internacionais e que abriu espaço para programas como o PCH e à novas percepções.

Em 1973, é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos (1973-1976), atualmente conhecido por Programa das Cidades Históricas do Nordeste (1979 | PCH), fruto da parceria entre o reformulado MEC, a EMBRATUR, a SUDENE e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O projeto, regulamentado pela Exposição de Motivos 076-B, teve como objetivo principal utilizar os fundos disponíveis do programa para a realização de obras de restauro e criação de infraestrutura turística nos estados do Nordeste e também formar técnicos e mão-de-obra especializados. Os projetos e pesquisas ajudaram a dar continuidade aos trabalhos realizados pelo programa, expandindo o foco da proteção do patrimônio para regiões que até então não tinham recebido tantos recursos quanto a região sudeste, como Minas Gerais.

“[...] restauração de [...] monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste; participação [...] de organismos governamentais, a níveis federal, estadual e municipal, direta ou indiretamente relacionados ao Programa; utilização prioritária desses monumentos por parte de organizações privadas [...] [do] setor turístico ou [...] repartições públicas, empresas paraestatais, autarquias ou bancos oficiais; formação de recursos humanos para a restauração e preservação [...] a nível universitário, a nível

intermediário e operário; formação de pessoal especializado na criação artística e artesanal; complementação da infraestrutura física de acesso, serviços públicos e hospedagem na região; estímulo e recomendação aos Estados e Municípios para que concedam favores fiscais capazes de otimizar a restauração e manutenção de monumentos históricos e artísticos de suas comunidades; promoção e divulgação de nossos monumentos de valor histórico e artístico, junto à comunidade municipal [...]; promoção e divulgação dos mesmos monumentos a nível nacional e internacional [...]" (Diretrizes elaboradas para as atividades do PCH através do E.M. nº 076-B. BRASIL, 1973, p. 3-4 apud CORRÊA, 2012)

A liberação de recursos era autorizada para os estados que já possuíam algum setor administrativo dedicado à preservação do patrimônio, como previsto no Compromisso de Brasília. Isso incentivou diversos governos a criarem órgãos próprios de preservação. Nove instituições estaduais, seja de preservação, seja relacionada ao turismo, foram criadas para a proteção do patrimônio cultural na década de 70, somando-se mais seis na década de 80¹⁵ (MOTTA, 2000). Apesar do termo ‘cidades’ estar presente no nome do Programa, os primeiros anos foram dedicados, especialmente, à restauração física de monumentos individuais e essa atuação só começou a mudar na segunda metade da década de 70.

A ideia inicial era que a verba fosse destinada para apenas 10 cidades¹⁶ da região nordeste do país, denominadas “cidades barrocas” – o que mostra a seleção baseada ainda no valor estético. Entretanto, a identificação do potencial turístico pelos interesses políticos, até mesmo de lobbies (SANT’ANNA, 2014) incentivaram que mais cidades, que não necessariamente possuíam monumentos excepcionais, fossem incluídas na distribuição da verba do programa. Em 1977, os estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram incluídos. Os projetos enviados pelas entidades estaduais eram selecionados pela coordenação do PCH e analisados através de suas características patrimoniais, econômicas e turísticas, de acordo com uma escala de prioridades.

15.
“Antes de 1970, sete estados tinham estrutura para exercer trabalhos de preservação: o Paraná desde 1948, o Rio Grande do Sul desde 1950, o antigo Estado da Guanabara desde 1964, o Espírito Santo desde 1967 e São Paulo, Bahia e Ceará desde 1968. Hoje apenas três estados não contam com instituições de preservação: Amapá, Rondônia e Tocantins.” (MOTTA, 2000, p. 45)

16.
Salvador (BA), Cachoeira (BA), São Cristóvão (SE), Laranjeiras (SE), Penedo (AL), Marechal Deodoro (AL), Olinda (PE), Igarassu (PE), São Luís (MA) e Alcântara (MA).





Parte 3

A prática do discurso e os padrões de tombamento das cidades brasileiras (1937 - 1985)

Parte 3

A prática do discurso e os padrões de tombamento das cidades brasileiras (1937 – 1985)

Através da análise histórica do IPHAN, desde sua criação, em 1937, até a década de 1980, foi possível entender a trajetória de sua atuação na preservação do patrimônio nacional principalmente em relação à concepção da cidade como espaço tombado. Dela, alguns padrões já puderam ser vistos nos critérios de seleção, seja através dos discursos, das publicações como também pelos processos de tombamento das cidades eleitas a patrimônio nacional.

Nesta terceira parte, o objetivo será refletir um pouco mais a respeito da existência desses padrões, ou seja, quais são eles, quais são seus precedentes e como eles evoluíram ao longo desse meio século de funcionamento das políticas de preservação. Junto a isso, a intenção também é entender quais foram os perfis das cidades geradas em consequência dessas constâncias e mudanças da noção de patrimônio cultural e de preservação no Brasil.

Antes de dar atenção ao objeto de estudo do capítulo, é relevante entender que o reconhecimento desses fatores servirá como uma reflexão sobre a atuação do IPHAN, sem deixar de reforçar a importância de sua criação na preservação do patrimônio nacional, ainda que muitos comportamentos práticos do tombamento não tenham acompanhado a evolução dos conceitos de patrimônio cultural, preservação e planejamento urbano. O objetivo de entender

os padrões desenvolvidos é de auxiliar nos debates atuais sobre o patrimônio cultural, conceito complexo e em constante atualização, ao buscar e identificar esses perfis de bens tombados que até hoje moldam um ideário de gestão e estética do patrimônio nacional no imaginário da população.

A identificação e seleção dos padrões foi elaborada através da observação e catalogação dos discursos e da prática da preservação do patrimônio, consequência das análises apresentadas na parte II deste trabalho e da análise individual de cidades tombadas até 1985. A expressão “padrão de tombamento” simboliza o resultado da observação de decisões comuns de preservação que levaram à criação, por exemplo, de perfis imaginários ou morfológicos entre as cidades escolhidas como patrimônio, seja em relação à justificativa para sua escolha ou à gestão do patrimônio após seu tombamento.

Após o mapeamento dos diferentes cenários presentes nos processos de tombamento das cidades brasileiras pelo IPHAN, (ver tabela do Anexo A) foram reconhecidas quatro temáticas relacionadas ao processo de tombamento das cidades: o padrão estético na seleção dos conjuntos urbanos; o entendimento da cidade como patrimônio; o conflito de interesses e valores entre Estado, órgão e sociedade civil nos discursos e prática do tombamento; e a atividade turística. Essas características são complementares e dizem respeito aos principais elementos que compõem as cidades em geral, e especificamente as cidades-patrimônio: os edifícios, o conjunto urbano, a sociedade e a atividade econômica.

Esta terceira parte também é composta por dois estudos, comparando os casos das cidades de Lençóis e Mucugê, ambas tombadas na década de 70 e 80, e Ouro Preto e Penedo, a primeira tombada na década de 30 e a segunda já na década de 80. Através dessas análises, o objetivo é aprofundar ainda mais na formação desses cenários e discutir o paralelo entre as mudanças e as permanências dos discursos e da prática do tombamento das cidades no Brasil.

Capítulo 4

Os padrões de tombamento

I Padrão estético de seleção dos conjuntos urbanos

O valor estético dos conjuntos urbanos foi muito presente na justificativa de tombamento das cidades brasileiras principalmente nos primeiros trinta anos de funcionamento do órgão. Assim como a elevação de Ouro Preto a monumento nacional, vimos que os critérios de seleção foram influenciados pelo estilo colonial e barroco mineiro, fruto de um processo ideológico, já comentado nesta pesquisa, de criação de uma identidade nacional através de símbolos escolhidos como puramente brasileiros, promovido tanto pelo governo de Getúlio Vargas quanto pelo movimento modernista através do SPHAN.

17.

Para comparação da variação percentual, 40% dos tombamentos foram feitos em apenas 13% do período de recorte.

18.

As cidades tombadas entre 1937 e 1946, seguindo o recorte elaborado por Chuva (1998), foram Ouro Preto, Diamantina, São João del Rei, Serro e Tiradentes em 1938, Congonhas em 1941 e Mariana em 1945. Apenas Aldeia de Carapicuíba (1940) e Alcântara (posteriormente, em 1948) foram cidades tombadas nas duas primeiras décadas fora do estado de Minas Gerais.

A seleção dos itens a serem tombados, consequência desse processo histórico, é fruto de uma série de critérios gerados principalmente pela percepção dos membros do SPHAN em relação ao patrimônio. Segundo Márcia Chuva, nos primeiros anos da criação do órgão de preservação, entre 1938 e 1945, houve uma numerosa quantidade de tombamentos que, até o final do século XX, representou cerca de 40% dos bens tombados até então (CHUVA, 1998)¹⁷. Assim, é notável como esse primeiro período de gestão do SPHAN foi muito influente na definição dos critérios de tombamento, principalmente no que diz respeito à arquitetura colonial, que representou quase 76% e todos os tombamentos até 1967 (MOTTA, 2000). Esse projeto histórico e estético promovido pelos modernistas foi responsável por uma quantidade expressiva de bens tombados em um pequeno período de tempo, e essa estética não deixou de ser refletida no tombamento das cidades, uma vez que a maioria das cidades tombadas até 1945 eram ligadas ao ciclo de ouro mineiro¹⁸. Todas tinham em comum, além do estilo colonial próprio, a uniformidade estilística das fachadas, mesmo as cidades tombadas fora do estado de Minas Gerais.

Como parte do projeto identitário, não apenas o colonial foi valorizado nesse período, mas outros estilos foram diminuídos ou até mesmo apagados da paisagem das cidades tombadas. Como consequência da perspectiva prioritariamente estética e excepcional, as principais ações de preservação nas primeiras décadas basearam-se em projetos de restauração e conservação dos monumentos e das fachadas, “despidos de componente social” (MOTTA, 1987). Os prédios existentes antes do tombamento que sofreram intervenções e adendos nas fachadas ao longo da evolução das cidades desde o século XVIII foram alvo dessas ações de restauração, no caso de caráter corretivo, onde era exigida a retirada de frontões e platibandas, por exemplo, e outros elementos posteriores que não condiziam com o estilo colonial. Essa uniformidade estilística foi bastante valorizada, a ponto de ocorrerem intervenções em monumentos já tombados, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto e a Casa do Contrato, hoje Palácio Arquiepiscopal, em Diamantina. “Muitas vezes, para se criar um símbolo nacional, apagam-se as marcas da história local, que foram se sedimentando ao longo dos anos” (CASTRIOTA, 2009, pág. 131 *apud* MANGILI, 2013).

Houve, portanto, uma influência direta do órgão para resgatar o padrão estético do século XVIII para o século XX, mesmo que voltar à ambiência original custasse, algumas vezes, a criação de “fingimentos” e imitações dos elementos. Além de interferências pontuais, vemos que a construção de novos edi-

Imagem 9: Registro da Casa de Contrato com a intervenção posterior à construção do edifício: inserção de uma platibanda no lugar de beiradas típicas do telhado colonial. Registro presente na Revista Brasil. Fonte: GONÇALVES, 2010, p. 101

Imagem 10: Casa de Contrato, já como Palácio Arquiepiscopal, com o beiral reconstruído, em 1949. ACI/RJ-SO, Pasta 530. Fonte: GONÇALVES, 2010, p. 101





Imagem 11: O edifício do Liceu de Artes e Ofícios antes da reforma. Foto da década de 40. Fonte: MOTTA, 2000, p. 33.

Imagem 12: O edifício do Liceu de Artes e Ofícios depois da reforma. Foto de autoria de Pedro Lobo, 1985. Fonte: MOTTA, 2000, p. 33.



fícios também foi influenciada diretamente por essa estética, como podemos identificar nos lotes ao lado do antigo edifício do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (imagens 11 e 12), nos quais foram construídos edifícios adequados a todos os elementos essenciais da arquitetura colonial, mesmo sendo construções do século XX.

O tombamento, como principal instrumento político utilizado para preservar as cidades históricas, foi importante para garantir a permanência e harmonia dos conjuntos históricos, evitando “aspirações naturais do progresso, em nome da preservação de um patrimônio universal” (TAVARES, 2014, p. 3). Entretanto, os valores que mais

foram preservados com essa metodologia foram a monumentalidade e a estética, através da (re)criação do passado congelado no presente, criando um efeito de cenarização do espaço por conta da rígida preservação das fachadas. Assim, os critérios de preservação dessas cidades históricas, pensadas por cada unidade edificada, refletem uma característica muito marcante do período: a necessidade do conjunto manter uma ambiência homogênea de um mesmo estilo arquitetônico, de preferência o colonial, e evitando outras intervenções que testemunhassem a evolução das cidades ao longo do tempo. Havia uma busca de “pureza” e “originalidade” (TAVARES, 2014) constante que muitas vezes provocou essa remoção de elementos posteriores, que constituem parte da transformação, ao longo do tempo, do conjunto urbano, promovendo muitas vezes a criação de um falso histórico.

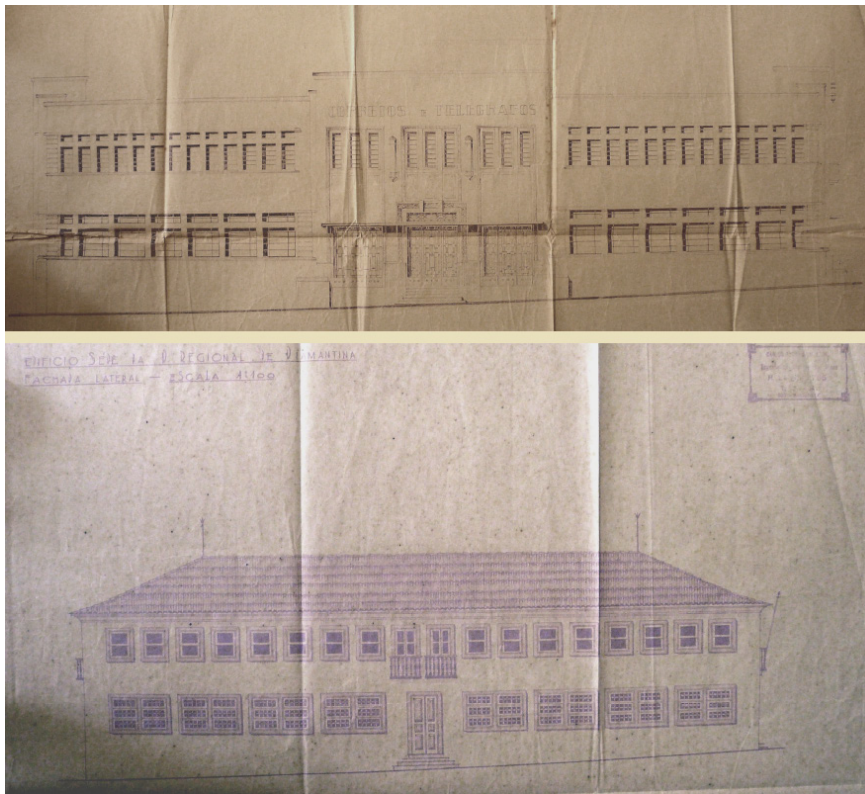


Imagem 13:
Projeto proposto para a nova sede dos Correios em Diamantina, elaborado em estilo *art deco* pela seção técnica do Departamento dos Correios, em 1940 (acima), e o projeto refeito e aprovado pelo SPHAN, retomando as características do colonial mineiro (abaixo). Disponível em ACI/RJ. Fonte: GONÇALVES, 2010, p. III.

As poucas novas construções que se diferenciavam do estilo colonial e que foram aprovadas pelo SPHAN foram obras modernistas, e foram aceitas como consequência do interesse dos membros em estabelecer a vertente como o novo estilo arquitetônico nacional. A construção das obras foi justificada principalmente pela comparação, como já visto, estabelecida pelos modernistas entre ambas arquiteturas “[...] dadas as semelhanças tantas vezes observadas entre a técnica moderna – metálica ou de concreto armado – e a tradicional do ‘pau-a-pique’” (COSTA, 1939 *apud* MOTTA, 1987). Intituladas como “boa arquitetura”, esse termo qualificatório da arquitetura moderna acaba, por consequência, desvalorizando outras linhas arquitetônicas, quer sejam expressões dos moradores locais das cidades históricas, quer sejam outros estilos contemporâneos ao modernismo. Por conta disso, é raro ver exemplares ecléticos ou

19. Alguns casos marcantes mostram a relação do ecletismo e do modernismo, como a demolição dos exemplares ecléticos na Avenida Rio Branco, e o curioso caso do Edifício Luciano Costa, no Recife, que na década de 60 recebeu uma nova fachada moderna, como um “véu de noiva” em cima da fachada original de estilo eclético haussmanniano. Lúcio Costa defendeu que a arquitetura eclética não fazia parte da “linha de evolução arquitetônica verdadeira” Para ver mais: <<https://bit.ly/3NUqHSw>>

20. Ministério do Trabalho (1936-38), Ministério da Fazenda (1943) e Ministério da Educação e Saúde Pública (1936-45)

neoclássicos nas cidades tombadas nas primeiras décadas. O ecletismo, apesar da existência de muitos exemplares na construção das capitais, foi um desses estilos marginalizados pelo movimento¹⁹ e, por muito tempo, sofreu com estereótipos de uma arquitetura que apenas importava e juntava vários fragmentos de diferentes estéticas ou de um estilo teoricamente antigo, mesmo sendo contemporâneo aos edifícios modernistas das primeiras décadas do século XX. Cavalcanti (2006) associa esse estereótipo como uma “vitória do estilo moderno”, e usa o exemplo da construção dos três edifícios ministeriais²⁰ na cidade do Rio de Janeiro: “o hábito de atribuir datas diferentes às três sedes apenas traduz o mal estar em admitir tantas correntes e estilos diversos obtendo eco em um estado ditatorial, supostamente monolítico. [...] Igualmente, a enorme maioria atribui ao MES uma data mais recente, adotando-se a ideia de ser esse estilo um estágio evolutivo dos demais” (CAVALCANTI, 2006 *apud* BARBOUR, 2021). Alguns casos exemplares modernistas construídos em cidades históricas tombadas são o Grande Hotel Ouro Preto, construído em 1940 na cidade que dá nome ao edifício; a Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek e o Hotel Tijuco, construídos na cidade de Diamantina, em 1951.

O tombamento precoce dos diversos exemplares modernistas construídos também mostra a consagração do estilo através das políticas de preservação. Edifícios como a Igreja de São Francisco, na região da Pampulha em Belo Horizonte, e os edifícios modernistas construídos na planejada cidade de Brasília são ícones que foram tombados logo após ou ainda antes do término de suas construções. É válido reforçar que os projetos citados também possuem uma forte importância política por serem projetos do arquiteto Oscar Niemeyer, ícone da arquitetura moderna nacional, e que endossa a justificativa para o tombamento precoce dos edifícios. Entretanto, vemos que o instrumento também foi usado para a auto afirmação do estilo modernista e foi mais um critério de seleção que ajudou a moldar um estilo estético das cidades e do patrimônio. A soberania dos estilos acaba gerando, se não incômodo pela inflexibilidade dos critérios estéticos (uma vez que o estilo modernista é aceito, mas outras intervenções em cidades históricas

cas, mesmo que pontuais, não são), a “inexistência de quaisquer questionamentos” sobre a interferência no ambiente tombado da cidade (BRENDLE, 2016).

Devido a essa afirmação artístico-estilística do patrimônio, introduzido na sociedade de maneira teoricamente natural, mas fundamentada pela construção de uma narrativa afirmativa do órgão federal, diz-se que, segundo Motta (2000), foi gerado um “quadro social de memória” no Brasil. A seleção dos itens a serem tombados, como já vimos, foi fruto de critérios gerados pela percepção dos membros do SPHAN em relação às suas formações intelectuais e, por isso, foi atribuído ao patrimônio, além de seu caráter de representar e proteger valores e memórias da sociedade, a função de instrumento político, devido ao contexto brasileiro de formação de um governo populista em busca de ícones nacionais. As cidades mineiras acabaram sendo a base para a criação dessa identidade e memória e, conseqüentemente, da formação de um imaginário do patrimônio nacional. Por conta disso, mesmo após a ampliação do conceito de patrimônio nos anos seguintes, algumas práticas discursivas continuaram as mesmas, pois o imaginário de cidade histórica criado na década de 30 e 40 se confunde com o de patrimônio nacional, ou seja, cria-se um padrão estético hegemônico. A uniformização do patrimônio, a valorização exclusivamente estética ou excepcional, bem como a preocupação com a materialidade das edificações e o achatamento da cultural nacional para enquadrá-la dentro do projeto político foram fatores que se sobrepujaram e ainda se sobrepõem por serem considerados o padrão do patrimônio. Outros valores culturais como cotidiano, histórico ou afetivo não conseguiram ser introduzidos tão facilmente como características do patrimônio nacional.

• • •

Através dessa primeira análise vemos, na prática, os reflexos dos critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei, como a excepcionalidade dos monumentos, a memorabilidade e a notabilidade, e os valores do patrimônio: histórico, arqueológico ou etnográfico, bibliográfico

e artístico, dentre os quais pudemos observar que este último sobrepôs-se aos demais. Outro grande indício a respeito da grande valorização estética das cidades históricas é através da inscrição do patrimônio nos Livros do Tombo. Vemos que a maioria das cidades históricas tombadas nas primeiras duas décadas foram inscritas no Livro do Tombo de Belas Artes, responsável pela catalogação de bens reconhecidos pelo seu valor artístico, mas não em outros Livros, como o histórico, sendo que principalmente as cidades mineiras foram reconhecidas também pela sua forte relação com o ciclo de ouro mineiro e seu relevante contexto histórico de formação do Brasil.

É possível ver que na década de 50 há uma ampliação dos bens tombados para além do cenário mineiro com a inscrição de novas cidades de diferentes estados, que começam a aparecer na lista de bens tombados do IPHAN, como é o caso de Paraty, no Rio de

Tabela 1: Cidades tombadas e inscritas nos Livros do Tombo pelo IPHAN até 1967. Elaboração própria.

Localização do bem tombado			Processo de tombamento		Livros do tomo			
Região	UF	MUNICÍPIO	Nome atribuído	Ano de abertura	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas
SE	MG	Diamantina	Diamantina, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	1938			mai/38	
SE	MG	Serro	Serro, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	1938			abr/38	
SE	MG	Tiradentes	Tiradentes, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	1938			abr/38	
SE	MG	São João Del Rei	São João del Rei, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	1938			mar/38	
SE	MG	Mariana	Mariana, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	1938			mai/38	
SE	MG	Ouro Preto	Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	1938	set/86	set/86	abr/38	
SE	SP	Carapicuíba	Aldeia de Carapicuíba, SP: conjunto arquitetônico e urbanístico	1939	mai/40			
SE	MG	Congonhas	Cidade de Congonhas do Campo	1941	mar/41			
NE	MA	Alcântara	Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico	1948	out/74	dez/48	out/74	
CO	GO	Pilar de Goiás	Pilar de Goiás, GO: conjunto arquitetônico e paisagístico	1952		mar/54	mar/54	
SE	RJ	Paraty	Município de Paraty (nome original: Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa)	1957	fev.-58 mar.-74		fev.-58 mar.-74	

Janeiro – na época já protegida a nível estadual – e Pilar de Goiás, em Goiás. A cidade de Paraty é um dos casos que mostram o começo da mudança de percepção da cidade histórica para além de seu valor edificado, que veremos no próximo tópico. Em seu processo de tombamento, Rodrigo Melo Franco de Andrade descreve a cidade como:

“Ao contrário de outras cidades coloniais, a arquitetura de Parati [sic] mostra-se mais interessante, tem mais caráter, originalidade e definição, não apenas nas edificações eruditas, como nas de sabor popular. A beleza arquitetônica de Parati deve-se principalmente ao equilíbrio de proporção e pureza dos partidos arquitetônicos.” (IPHAN, 1958, Coleção de Monografias, Conselho Nacional de Estatística, n. 374 *apud* PAES, 2015)

Entretanto, em relação a seu valor estético, a cidade é principalmente identificada pela sua arquitetura colonial, ainda que o estilo tenha sido reconhecido como original em comparação à arquitetura mineira, além do reforço de padrões como a uniformidade estética e homogeneidade do conjunto do traçado urbano, comum nas cidades coloniais de influência portuguesa. Apesar dos avanços em relação aos conceitos de espaço urbano e patrimônio, a nova percepção não alterou, neste momento, o comportamento do órgão com as cidades tombadas, que continuou a ser condicionado pelo fachadismo e pela questão estética. Ao invés de compreender o desenvolvimento natural da sociedade, essa ampliação acabou refletindo a busca de uma “nova composição social associada à estética desejada” (MOTTA, 1987). Segundo Motta (1987), os técnicos continuaram a observar caso a caso para garantir a preservação do aspecto colonial, o que pode ser associado à presença predominante de arquitetos na seleção e intervenção do patrimônio, que acaba por orientar-se apenas pelo senso arquitetônico e projetual do conjunto. É difícil compreender, neste momento, o quê, nas cidades históricas, é fruto de uma espontaneidade da população ou apenas consequência de camadas de imposição estética (MOTTA, 1987).

“[...] expansão em áreas separadas, manutenção dos sistemas construtivos originais das edificações do conjunto e preservação

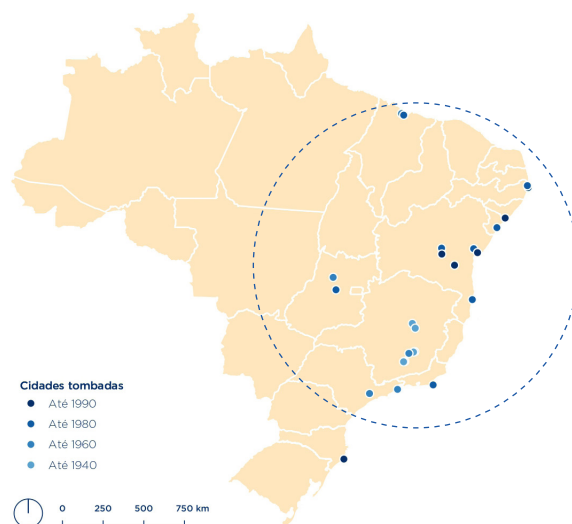
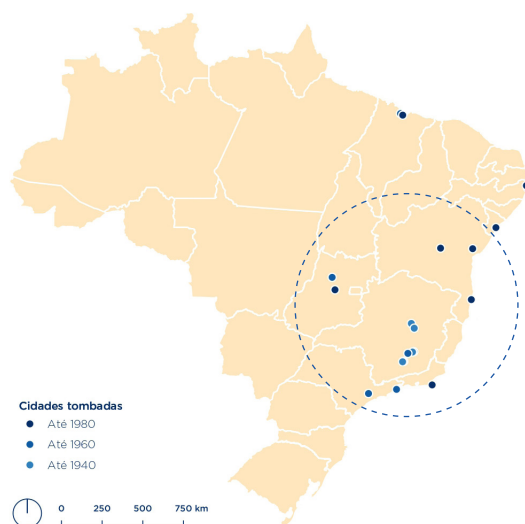
de sua aparência exterior, inclusive cores. Quanto às novas edificações, mesmo condenando a falsa ambientação, se buscava a chamada equivalência harmônica que apontavam para a reprodução das características arquitetônicas do conjunto no preenchimento de lacunas.” (CELSO, 2012, p. 41)

A rigidez do controle fachadista também foi uma maneira do IPHAN em conseguir lidar com as mudanças econômicas e sociais da década de 50 e 60, incentivadas pelo avanço industrial e das conexões nacionais. As novas dinâmicas das cidades, não mais estagnadas social e economicamente, puseram em risco a conservação idealizada do órgão nacional, que cada vez menos conseguia controlar o aumento crescente de solicitações de novas obras e reformas. O IPHAN também encontrou conflitos internos em relação ao tratamento do patrimônio, uma vez que a arquitetura moderna se consagrava definitivamente como estilo nacional através da construção e inauguração de Brasília, onde a base de seu planejamento era inspirada nos moldes da Carta de Atenas, de 1933, “que previa a preservação de conjuntos excepcionais” (SANT’ANNA, 2014, p. 210), ao mesmo tempo que a Carta de Veneza introduziu ao cenário mundial a percepção de novos valores do patrimônio, como o regional e de feição modesta.

Esses novos valores, junto com as novas ideias das Normas de Quito que circulavam no cenário latinoamericano e foram trazidas ao país com a vinda de Michel Parent, incentivaram a reformulação do entendimento das ‘cidades-patrimônio’ no Brasil. Com o reconhecimento do papel do patrimônio em representar a diversidade cultural da nação, bem como identificar novos valores regionais e modestos, vemos que algumas noções marcantes do primeiro período, como a monumentalidade e a excepcionalidade, passam a ser menos presentes no discurso de seleção do IPHAN sobre o patrimônio nacional. O incentivo à descentralização da administração federal do patrimônio para os diferentes níveis administrativos, abordado no relatório de Parent e oficializado legalmente pelos Encontros de Governadores de 1970 e 1971, também ajudou na busca de outros perfis regionais.

Além da busca de novos perfis regionais, houve uma retomada da valorização de cidades que, nos primeiros anos das políticas de preservação, foram desconsideradas pelo órgão federal. No início, as justificativas para o ‘não tombamento’, em grande parte, referiam-se ao estado de conservação das edificações, como foi o caso de Porto Seguro, na Bahia, ou sobre o risco futuro de serem espaços descaracterizados por fenômenos causados pela proximidade com grandes centros urbanos e consequente aceleração dos processos de urbanização – caso que aconteceu nos processos das cidades de Olinda e Sabará. Apesar de suas componentes históricas extremamente relevante para a evolução nacional – Porto Seguro, por exemplo, foi local onde teoricamente o Brasil foi “descoberto” em 1500 – a descaracterização estética impediu que esse aspecto fosse reconhecido como relevante para o tombamento de algumas cidades nos primeiros anos, e fossem resgatadas apenas após a revisão desses valores de patrimônio, em um contexto diferente e ainda mais modificado ao longo dos anos. A justificativa sobre a ‘falta’ da condição íntegra dos edifícios também pode ser o motivo responsável pela grande diferença entre as datas de abertura do processo, nos primeiros anos de funcionamento do IPHAN, e do tombamento efetivo, já com novas percepções acerca da preservação das cidades históricas. Goiás teve seu processo de tombamento aberto em 1942, Igarassu em 1945 e São Luís em 1951, mas foram tombadas efetivamente mais de 20 anos depois, respectivamente, em 1978, 1972 e 1974.

A partir do quadro de tombamentos, podemos ver que a maioria das cidades históricas reconhecidas por algum valor patrimonial a partir da década de 60 e 70 estão localizadas na região Nordeste do país, especialmente no estado da Bahia, e alguns exemplares no estado do Rio de Janeiro e de Goiás. É curioso notar que esse espraiamento da localização das cidades, apesar de ser um passo bastante positivo no avanço da diversificação do patrimônio nacional, teve um caráter radial partindo de Minas Gerais. A partir dos mapas abaixo, vemos que a narrativa do patrimônio se expandiu em direção às cidades que surgiram em contextos semelhantes às cidades mineiras ou tiveram influência direta de sua cultura.



Mapas 1 a 4: Evolução territorial das cidades tombadas pelo IPHAN até a década de 90

O foco na região Nordeste também é justificado pelo Programa de Cidades Históricas que, como já visto, foi criado para atender a demanda de cidades-patrimônio nessa região do país. Segundo Danilo Celso (2015), quando observamos o perfil das cidades selecionadas, vemos que elas são formadas por uma ambientação homogênea da arquitetura colonial²¹, envolvidas no contexto histórico dos ciclos econômicos nordestinos, relacionadas a fatos memoráveis ou pertencentes ao ciclo do ouro baiano²². Ou seja, apesar da mudança da localidade, as cidades selecionadas assemelham-se, em alguns aspectos, aos perfis das cidades mineiras, base dos padrões de tombamento do primeiro período. Até a década de 90, com exceção de duas cidades, Antônio Prado²³, no Rio Grande do Sul, e Brasília, ícone modernista brasileiro construído no Distrito Federal, ambas tombadas em 1990, todas as outras são representantes do período colonial (CELSO, 2015).

Mesmo os tombamentos elaborados pelos recém criados órgãos regionais podem ser caracterizados como ações complementares às do órgão federal pois, apesar do incentivo à busca de bens de valor regional, tal conceito foi pouco explorado pelo IPHAN e as instituições regionais desenvolveram suas metodologias baseando-se no histórico das ações nacionais e sob tutoria do órgão. Os bens pouco apresentavam características estéticas inovadoras quando comparados às tradicionalmente valorizadas pelo IPHAN em seus 40 anos de atuação até então. De fato, esses tombamentos são relevantes para o acervo do patrimônio no Brasil, mas a grande influência da seletividade dos critérios do IPHAN na escolha dos bens continuou deixando outros elementos de grande importância ainda periféricos do foco das políticas de preservação.

“São exemplos os tombamentos estaduais dos centros históricos de Laranjeiras [1971] e São Cristóvão [1938], em Sergipe, e Marechal Deodoro [1983], em Alagoas, todos com características coloniais semelhantes às cidades mineiras, tendo sofrido algumas poucas modificações causadas por edificações novas ou por obras nas mais antigas [...]” (MOTTA, 2000, p. 46)

Assim, é comum encontrar nos processos de tombamento diver-

21. Porto Seguro (1968), Cachoeira (1971), Igarassu (1972) e Itaparica (1980)

22. Lençóis (1973), Mucugê (1980) e Rio das Contas (1980)

23. A cidade de Antônio Prado é até hoje um dos principais exemplares da ocupação dos imigrantes italianos no Brasil. Sua arquitetura local é composta por casarões construídos de alvenaria e madeira, ornamentados com lambrequins, e refletem a cultura local remanescente. Para saber mais: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/boletim_44.pdf>

sas comparações das cidades estudadas com os aspectos monumentais, estéticos e excepcionais das cidades mineiras. Entretanto, apesar do valor estético dessas novas cidades tombadas, que dificilmente era entendido com a mesma complexidade e excepcionalidade das cidades de Minas Gerais, outros valores passam a ser incluídos nos relatórios dos processos, principalmente elementos relacionados à paisagem natural e sua relação com a evolução da ocupação urbana. É como se o primeiro valor a ser identificado fosse o artístico e sua relação com a estética mineira e depois os outros valores reconhecidos ajudavam a compor a justificativa para o tombamento. Apesar da comparação com a arquitetura mineira nos processos, a analogia não foi suficiente para inserir esses novos padrões no Livro do Tombo de Belas Artes, por exemplo. A maioria das cidades tombadas no fim da década de 60 até a década de 80

Tabela 2:
Cidades tombadas e
inscríptas nos Livros do
Tombo pelo IPHAN da
década de 60 até 1985.

Localização do bem tombado			Processo de tombamento		Livros do tomo			
Região	UF	MUNICÍPIO	Nome atribuído	Ano de abertura	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas
NE	SE	São Cristovão	São Cristovão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	1967	jan/67	jul/14		
SE	RJ	Cabo Frio	Cabo Frio, RJ: conjunto paisagístico	1965	abr/67			
NE	PE	Olinda	Acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda	1962	abr/68	abr/68	abr/68	
NE	BA	Porto Seguro	Município de Porto Seguro, em especial o Monte Pascoal (Obs: Inclui o Conjunto arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro)	1968	jul/68	jul/68		
CO	GO	Goiás	Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico	1942	set/78	set/78	set/78	
NE	BA	Cachoeira	Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico	1971	set/71			
NE	PE	Igarassu	Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico	1945	out/72			
NE	BA	Lençóis	Lençóis, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico	1971	dez/73			
NE	MA	São Luís	São Luís, MA: conjunto arquitetônico e paisagístico	1951	mar/74		mar/74	
NE	BA	Rio de Contas	Rio de Contas, BA: conjunto arquitetônico	1973	abr/80			
NE	BA	Itaparica	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	1978	abr/80	abr/80	abr/80	
NE	BA	Mucugê	Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê	1978	set/80			
S	SC	Laguna	Laguna, SC: centro histórico	1984	abr/85	dez/85		

foram inscritas no Livro do Tombo Histórico e, principalmente, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que diz respeito a esses valores ligados ao patrimônio ambiental urbano, o que mostra uma mudança em relação às inscrições do primeiro período e dos valores identificados nos tombamentos.

O perfil das cidades tombadas começa a mudar. Apesar da predominância do estilo colonial, o próprio regionalismo ajuda a alterar a visão dos conjuntos formados por construções mineiras de fachadas brancas e esquadrias coloridas, grandes beirais e ornamentações, para outros estilos, de edifícios coloridos, de arquitetura mais simples e sem a presença de “monumentos-destaques” (SANT’ANNA, 2014). Além disso, a aceitação de outras arquiteturas é maior e vemos cidades com relevantes exemplares do estilo eclético, neoclássico e neogótico, “iniciando a discussão sobre o critério de atribuição de valor artístico e a possibilidade de tombamento de exemplares da arquitetura eclética” (CELSO, 2015, p. 45). A principal característica remanescente do primeiro período e bastante valorizada foi a homogeneidade dos conjuntos urbanos. Enquanto as cidades mantivessem a harmonia dos edifícios e da estilística remanescente com a atual era válido seu reconhecimento como patrimônio.

1938 | Ouro Preto



1938 | Diamantina



1942 | Alcântara



1958 | Paraty



Imagens 14 a 21: Cidades tombadas pelo IPHAN até 1985. Em ordem: Ouro Preto (1938), Diamantina (1938), Alcântara (1942), Paraty (1958), Goiás (1978), Lençóis (1978), Porto Seguro (1968) e Laguna (1985).

1968 | Porto Seguro



1978 | Lençóis



1978 | Goiás



1985 | Laguna



Fontes (na ordem cronológica): <https://bit.ly/3NVq4lq> | <https://bit.ly/3OWr1BH> | <https://bit.ly/3anPyAC> | <https://bit.ly/3NQ8eXn> | <https://bit.ly/3nPR55Q> | <https://bit.ly/3nNvnz5> | <https://bit.ly/3PaHhYl> | <https://bit.ly/3lqmmFM>

■ Entendimento da cidade como patrimônio

O tombamento de todo o perímetro urbano das cidades mineiras nos primeiros anos de criação do SPHAN reflete a percepção dos parâmetros estabelecidos para os bens culturais na época. A Carta de Atenas de 1931, documento que por muito tempo foi a principal referência sobre a noção de patrimônio, cita a preservação das cidades como forma de “respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais” (Carta de Atenas, 1931). A cidade, neste período, é entendida por ser a ambiência ou a vizinhança dos monumentos e, assim, protegê-la era consequência direta para a conservação dos monumentos, também definidos como obras de valor excepcional, artístico e histórico. O Decreto-Lei 25/37, influenciado por esses conceitos, também entende a cidade através da mesma noção de entorno das edificações, descrito no Artigo 18 da Lei: “[...] não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade” (BRASIL, 1937). Por um lado, vemos que o tombamento do perímetro urbano reflete certa preocupação do órgão em preservar a integridade do ambiente urbano; por outro, mostra que esse interesse era vinculado em garantir que as construções no entorno dos monumentos tombados, principalmente os edifícios públicos e religiosos, não fossem modificadas. Assim, não houve necessariamente um reconhecimento da morfologia e tipologia das cidades como uma característica a ser preservada pela sua importância de registro da sociedade, mas por ser a área envoltória de vários edifícios excepcionais²⁴. O resultado dessa noção é o tratamento do objeto tombado não como de um organismo, mas como de um ambiente rígido que não pode ser alterado.

24. Lemos (1985) sugere ainda que era “mais fácil” tombar as cidades inteiras ao invés de delimitar diversas áreas envoltórias em torno dos vários monumentos registrados, como no caso das cidades mineiras.

Consequentemente, essa característica também reforça que as primeiras visões sobre as cidades como patrimônio foram bastante restritas à preservação estética das fachadas edificadas. Mesmo buscando alcançar um conjunto estético e harmônico que refletisse a esfera setecentista, essa percepção da cidade como um todo

era, na verdade, baseada em um conjunto de diversos elementos individuais e homogêneos e não na combinação de conceitos de diferentes áreas, urbanísticas e paisagísticas. Ao mesmo tempo que a preocupação estética da fachada era rigorosamente moldada, pouco se falou nas políticas de preservação sobre outras características da cidade, como por exemplo a volumetria e dimensão dos lotes (MOTTA, 1987).

Esse entendimento não se limitou à cidade de Ouro Preto, e observamos o modelo limitador replicado para as outras cidades mineiras ligadas ao ciclo do ouro tombadas entre as décadas de 30 e 40²⁵. Todas tinham em comum a uniformidade estilística colonial das fachadas e as poucas transformações deveriam ocorrer fora do centro histórico, criando um novo sistema de regras exclusivas para o funcionamento de um monumento e não tanto de uma cidade, que possui questões sociais, econômicas e políticas que não entraram na prioridade da preservação do patrimônio. O termo cidade-monumento, utilizado por Márcia Sant'Anna, reforça esse caráter de congelamento que é inadequado ao organismo das cidades.

25.
Ouro Preto, Diamantina, São João del Rei, Serro e Tiradentes em 1938 e Mariana em 1945.

Um fator que contribuiu para a construção dessa metodologia de preservação das cidades é que a maioria passou por um cenário de estagnação econômica, que ajudou a diminuir o ritmo de desenvolvimento social, econômico e da morfologia da cidade. Assim, acreditava-se que o único meio de garantir o congelamento do espaço urbano era que esses sítios estivessem longe dos grandes centros e, consequentemente, longe das pressões de modernização, como a industrialização. Sem a ameaça desses efeitos, as cidades estariam mais “seguras” para atuação do decreto-lei, de maneira a proteger o novo (e frágil) instrumento de possíveis falhas. “O restante ficaria à própria sorte” (MOTTA, 2000, p. 26).

Vemos, no trecho abaixo, o comentário de Manuel Bandeira, em seu livro “Guia de Ouro Preto”, que demonstra essa característica sobre a cidade de Olinda: apesar de reconhecê-la como uma potencial cidade de representação nacional, por conta de sua proximidade com Recife, ela já estaria destinada à destruição de suas

características pela aspiração ao progresso emanado pela capital, como se fosse uma trajetória definida, e que não haveria mais possibilidade de recuperá-la. Olinda foi tombada apenas em 1968, em um outro cenário de desenvolvimento urbano nacional, graças às mudanças do entendimento dos conceitos de cidade, preservação e patrimônio.

“Ela [a cidade de Ouro Preto] conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Baía e Olinda. Em ambas é ainda bem forte a emoção especial ligada aos vestígios dos séculos defuntos. Mas Olinda é cada vez mais arrebalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la.”
(BANDEIRA, 1938, p. 41)



Imagem 22: Cidade de Olinda e, ao fundo, a capital Recife. Fonte: Jornal do Commercio. Disponível em: <https://bit.ly/3atke3x>

O mesmo caso aconteceu com a cidade de Sabará, em Minas Gerais. Motta (2000), em entrevista com Lúcio Costa, relata que a cidade foi um outro exemplo dessa preferência por cidades de menor escala, uma vez que a justificativa para não tombá-la foi devido a sua proximidade com a capital Belo Horizonte e, nesta época, era imprescindível que, também devido à novidade do órgão e suas possíveis fragilidades, os sítios fossem tombados de maneira seletiva, julgando-os principalmente pelo caráter excepcional. A cidade só foi tombada em 1965, quase 20 anos depois das outras cidades mineiras, já acometida de diversas transformações urbanas ao longo desse tempo.

Essa associação cria um paradoxo pois, ao mesmo tempo que o SPHAN cria parâmetros que congelam as cidades esteticamente, essa metodologia conservadora funciona porque se adapta ao perfil das cidades no cenário de período de estagnação econômica. O caso da cidade de Goiás reflete como a inércia econômica foi aliada à sua preservação, causada devido a mudança da capital do estado de Goiás para Goiânia. Apesar do interesse do IPHAN no tombamento da cidade desde 1942, é apenas em 1978 que a cidade é oficialmente tombada. Sem a proteção legal do patrimônio e com grandes dinâmicas econômicas e sociais, talvez a cidade não tivesse o mesmo destino.

“A velha capital [Goiás] poderá ser conservada agora, como monumento nacional. A fundação de Goiânia salvou-a, da mesma maneira que a de Belo Horizonte salvou Ouro-Preto. Parece-me que ninguém tem reparado nisso”. (Recorte da reportagem “A elevação da cidade de Goiaz à categoria de Monumento Histórico”, publicada no Correio Oficial, de Goiânia, em 25 de novembro de 1942. Processo de Tombamento de Goiás, 1942-1990, p. 6)

A interpretação da cidade como monumento, reforçado pela estagnação econômica e pelos conceitos de patrimônio e monumento da época, também ajudaram a criar uma perspectiva de que as cidades históricas, tombadas nas primeiras décadas de funcionamento do órgão nacional, seriam permanentemente controladas pelo SPHAN. Na fala de Lúcio Costa sobre a construção do Grande

Hotel Ouro Preto na cidade, vemos que o arquiteto não demonstra preocupação com novas construções pois “porquanto Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, uma ou outra vez, lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelo SPHAN que terá mesmo, de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, de proibir em Ouro Preto os ‘fingimentos coloniais’” (MOTTA, 1987, p. 110). Essa frase é emblemática na compreensão da visão do órgão nacional sobre o funcionamento das cidades históricas porque indica que a avaliação desses espaços pelo SPHAN era de cidades que não se alterariam ou não cresceriam após seu tombamento. Isso também explica o fato de que, nos primeiros anos de existência do órgão nacional, as cidades tombadas não tiveram um entorno claro e delimitado de sua área protegida e foram tombadas em sua totalidade: se as cidades pouco cresceriam ao longo dos anos, não seria necessário estabelecer uma área demarcada.

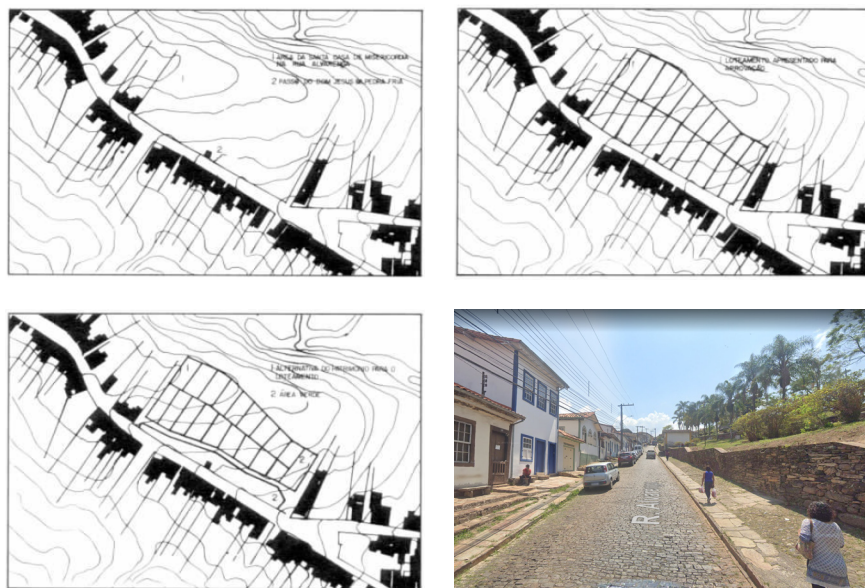
Entretanto, as dinâmicas urbanas foram, aos poucos, mudando. Na década de 50, o cenário nacional é representado pelo grande investimento em infraestrutura industrial, rodoviária e econômica, aumentando os processos de urbanização e as trocas entre diversos centros urbanos. As cidades históricas também não passaram ilesas pela pressão dos intensos processos de modernização no Brasil. A população dos conjuntos tombados começou a crescer, seja a permanente como a flutuante, atraída principalmente pela atividade turística e a demanda por espaço urbano, tanto dentro quanto fora do conjunto histórico.

Dentro do perímetro, um grande número de solicitações de construções teve de ser administrado pelo IPHAN para aprovação. Sem conseguir lidar com a grande demanda, a resposta do órgão foi de preocupar-se menos com a ocupação interna e externa dos lotes e cada vez mais com a criação de normas ainda mais rígidas que garantissem a manutenção da integridade do padrão estético colonial das fachadas dos novos edifícios ou de reformas. Sem noções urbanísticas e paisagísticas no pensamento da cidade, a prioridade foi garantir o cenário caracterizado pela monumentalidade e a excepcionalidade, valorizado durante os processos de tombamento

nas décadas de 30 e 40. A medida reflete não apenas a preocupação meramente estética dos edifícios, o que acarretou a exigência da reprodução da linguagem estética, como também mostra a visão individualista dos edifícios ao invés de pensá-los como conjunto. É possível observar que alguns novos edifícios já não obedeciam a tipologia das vias, como o alinhamento das fachadas e o volume dos lotes, além de observar que a rigidez estética era válida apenas para as fachadas, enquanto as laterais refletiam as tendências contemporâneas da época sem preocupações. “Os telhados não se completavam mais com os dos vizinhos nem terminavam em suas empenas da forma tradicional. [...] nas laterais edificadas é que apareciam os elementos de uma edificação que era o reflexo dos novos tempos: vãos rasgados, esquadrias e grades de ferro, varandas, etc.” (MOTTA, 1987, p. 116).

Na época, não havia legislação que controlasse o crescimento urbano da cidade, principalmente em relação à construção em lotes vagos ou subutilizados dentro do centro histórico e ao parcelamento do solo, que pedia para a diminuição do tamanho do lote por conta da demanda. A tendência do processo evolutivo das cidades era aumentar ainda mais a ocupação de seus centros históricos, mesmo que isso custasse a mudança da morfologia de grandes lotes, presentes na formação da malha antiga das cidades tombadas, para lotes cada vez mais estreitos. A prioridade adotada para aprovação dos pedidos foi que a fachada mantivesse o mesmo estilo, enquanto a organização interna dos edifícios não teve restrições de ocupação. As construções em geral, nesse primeiro momento, não ameaçavam o traçado das vias, mas alguns casos pontuais, como o que Motta (1987) comenta sobre a Rua Alvarenga em Ouro Preto, mostram soluções de parcelamento do solo em que, para garantir a homogeneidade estética, foram adotadas alternativas que pouco condiziam com a manutenção do traçado urbano original.

Imagens 23 a 26: Caso de loteamento na Rua Alvarenga, em Ouro Preto. Na ordem, da esquerda para a direita, de cima para baixo: o terreno da Santa Casa de Misericórdia; a proposta apresentada de um novo loteamento; a proposta aprovada pelo órgão de patrimônio; e a vista da rua atualmente. Fonte: MOTTA, 1987, p. 115 (Figuras 1, 2 e 3; Sem data) e Google Street View (Figura 4; 2021).



No entorno do centro histórico, a população crescia cada vez mais, desacompanhada de políticas voltadas para a ocupação de forma organizada. Consequência da visão de que as cidades permaneceriam estagnadas por longos anos, o entorno não foi um conceito bem fundamentado ou que fez parte das diretrizes de preservação conservadoras do IPHAN e, por isso, não foram previstas regras específicas para sua ocupação. O avanço imediato da economia e, consequentemente, das trocas sociais e do desenvolvimento das cidades intensificaram os problemas urbanos: sem infraestrutura, surge uma grande diferença entre centro histórico e a periferia. A percepção sobre o núcleo urbano é, aos poucos, ampliada, que passa a ter um perímetro estabelecido de área tombada, mas ainda muito presa ao valor estético e à homogeneidade das edificações. O avanço desses novos tombamentos representa “o germe da utilização do instituto como instrumento de política urbana, destinado a conter a ocupação em áreas ameaçadas pela especulação imobiliária” (SANT’ANNA, 2014, p. 132). Mas, na prática, ainda vemos uma interpretação da cidade-monumento, onde o crescimento do resto da cidade, e não aquele diretamente ligado ao centro histórico, era

permitido apenas 'afastado' da área protegida e não integrado a ela. Muitas ruas foram criadas sem pensar no crescimento e em outros aspectos da dinâmica da cidade como traçado urbano, parcelamento do solo e densidade de ocupação, gerando outra morfologia. Assim, a legislação não incentivava o crescimento orgânico das cidades como elemento único, mas a criação de dois novos ambientes, a área central e a periférica, que muitas vezes não funcionavam em harmonia.

Em algumas capitais, como o Rio de Janeiro, seus centros históricos não chegaram a ter o reconhecimento de sítio urbano tombado, uma vez que não se adequavam à unidade estilística colonial que os modernistas encontravam nas cidades do interior (MOTTA, 2000). No caso, mesmo se uma parte do conjunto urbano tivesse seu traçado e calçamento preservados, a opção do órgão foi de não tombá-los por inteiro, pois muitos desses espaços sofreram alterações em seus edifícios no século XIX, principalmente de influência eclética, e isso não corresponderia ao padrão estético e homogêneo que ele buscava como símbolo nacional. Além disso, especificamente no Rio de Janeiro, buscava-se a representação de um Brasil moderno e civilizado, dando destaque, portanto, à construção de novos edifícios modernos ao invés de tentar retomar a unidade colonial almejada nesses sítios históricos preservados.

• • •

Segundo Motta (1987), a grande interferência do órgão na cidade causou em Ouro Preto, mas que também pode ser percebido nas outras cidades mineiras, efeitos paralelos: primeiro, criou uma tendência em outros locais, principalmente da nova periferia, de se assemelhar à arquitetura tradicional colonial; segundo, o centro tombado gerou incômodos na população, alinhada às tendências de modernização e desenvolvimento nacionais, com a grande rigidez das regras de construção e da fiscalização urbana do patrimônio.

Algumas cidades, mesmo após o tombamento, não permaneceram tão estagnadas, e diversas iniciativas de modernização e reformas

urbanas foram planejadas, como é o caso de São João del-Rei, que já vinha realizando alterações significativas em sua malha urbana desde o final do século XIX, a fim de acompanhar a tendência nacional de desenvolvimento econômico. Essas ações representavam, à população e aos governos locais, a integração dos novos tempos adaptados ao passado que rodeava a cidade, sobrepondo avanços econômicos às ações do SPHAN. No caso da cidade de Goiás, especificamente, esse anseio pela modernização foi institucionalizado pelo próprio poder local. Com o intuito de desassociar a cidade à sua estética colonial, a Prefeitura criou uma política de incentivo fiscal para reformas de edifícios que retirassem características coloniais de suas fachadas, a fim de não estigmatizar o espaço à um “passado atrasado”.

“Essa tendência comum às cidades velhas, da preocupação em “modernisar” [sic] as edificações, decorre, pelo menos, de um fato de ordem psicológica, isto é, a repugnância ao antigo. Pois que a simples troca de um beiral por uma platibanda não constitui uma necessidade construtiva e ainda menos funcional. Corroborando nesse equívoco e por iniciativa da Prefeitura local, verificamos a existência de um critério tributário que, no mesmo sentido, visa estimular a “quebra da aparência de antigo”. Nesse intento, estabeleceu para o imposto predial urbano uma taxa decrescente em relação ao tipo de beiral, como segue:

- Casa do tipo colonial (com beiral): 11%
- Casa com cimalha ou beira sobre beira: 10%
- Casa tipo oficial (moderna com platibanda): 8%

Esta modernização, entretanto, não atingiu outros elementos, como seriam os vãos de verga em arco e mesmo as guilhotinas em sua maior parte. Concluimos desse modo pela possibilidade de recuperação, na eventualidade de futuras obras, quando então seria exigida dos proprietários a reposição dos elementos característicos que houverem sido substituídos” (Trecho de um estudo preliminar do tombamento da cidade de Goiás, enviado a RMFA pelo técnico Edgard Jacintho da Silva. Processo de tombamento da cidade de Goiás, 02.10.1948, p. 30)

Entretanto, aos olhos do órgão de patrimônio, essas intervenções foram interpretadas como uma atitude oposta à preservação, na época vinculada à ideia de congelar o espaço para preservar o

passado. Entendidas como intervenções que não condiziam com o conjunto da cidade, a população e os poderes locais tiveram, em grande maioria, suas solicitações negadas. Esse cenário, teoricamente inconciliável, logo gerou a associação de que as políticas de preservação iam no sentido contrário do desenvolvimento econômico, criando cada vez mais resistência da população com as políticas de fiscalização e até mesmo a proteção legal pelo tombamento das cidades. “Na maioria das vezes, as cidades antigas eram vistas como entraves para as atividades inerentes ao processo de concentração, centralização e reprodução do capital.” (CORRÊA, 2012, p. 74).

O caso de São João del-Rei é um exemplo sobre esse enclive da relação entre o tombamento e o desenvolvimento econômico. Acompanhada de um cenário próspero economicamente, a cidade foi uma das primeiras a ter seu perímetro tombado delimitado e reduzido, a pedido da população e do governo local. A solicitação exigia que a área tombada fosse restrita apenas às edificações exclusivamente coloniais e barrocas, sem abordar o restante da cidade, que já possuía diversos exemplares da arquitetura eclética do século XIX, e passava por diversas transformações de qualificação urbana. Segundo Tatiana Xavier (2018) a primeira definição da área a ser tombada foi delimitada em 1947 e, até 1968, foram 7 pedidos de revisão e negociação entre o IPHAN e os moradores locais. A revisão final mostra que os aspectos procurados pelo órgão de patrimônio, assim como solicitado pela população, foi reduzido a um entorno imediato onde as construções coloniais eram mais adensadas e se relacionavam visualmente com as igrejas barrocas e monumentais, sem incluir outros exemplos de ocupação do território, “desconsiderando o contexto geral da cidade e outras características que referenciam a ocupação dos espaços, como, por exemplo, as do traçado e de ocupação do território, o que não tem beleza aos olhos dos arquitetos, os lugares de vivência etc” (MOTTA, 2002, p. 135 *apud* XAVIER, 2018, p. 118-119).

Em suma, vemos que, em seus primeiros anos, a atuação do SPHAN em relação à preservação das cidades foi principalmente baseada



Imagens 27 e 28: Vista parcial da cidade de São João del-Rei (acima) e das edificações ecléticas na cidade (abaixo). Fonte: IPHAN. Disponível em: <https://bit.ly/3lq1Vsw> e XAVIER, 2018, p. 114

no tombamento de todo o ambiente urbano construído até o início do processo. O instrumento, o principal desenvolvido até então para a salvaguarda do patrimônio, foi um importante aliado da atuação do Estado e do órgão de patrimônio em reconhecer e impedir que os sítios históricos fossem devastados pelas constantes mudanças provocadas pela passagem do tempo. Ainda, é um poderoso instrumento legal e que ajudou a sustentar os ideais dos membros do órgão de patrimônio. Entretanto, em relação às questões urbanísticas e paisagísticas, vemos que o instrumento foi, muitas vezes, inadequado na gestão dos sítios históricos,

o que mostra por que, a partir das décadas de 50 e 60, o desenvolvimento urbano e social, que crescia de maneira exponencial, não conseguiu se conciliar com a visão ainda conservadora da corrente intelectual do SPHAN (MOTTA, 1987).

Novos conceitos surgem a partir desse período. Além das mudanças nacionais ligadas ao desenvolvimento, as discussões internacionais sobre patrimônio também começam a influenciar o cenário brasileiro. A Carta de Veneza, na definição de monumento histórico, inclui o sítio urbano como um dos testemunhos de patrimônio e não apenas como o entorno dos edifícios históricos. A carta também afirma que o monumento “é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa” (Carta de Veneza, 1964, p. 2), reforçando a importância da morfologia e do tecido urbano na construção do valor do patrimônio. Esse conceito também é relevante na trajetória brasileira porque muitos dos monumentos

tombados nas primeiras décadas de funcionamento do SPHAN, no período posterior, já se incluíam em contextos diferentes, transformados pelas características locais e da evolução de sua história (MOTTA, 2000)²⁶. Assim, no final da década de 60 e início dos anos 70, diversos trabalhos começaram a refletir sobre o tratamento do entorno dos bens tombados, para proteger seu contexto e ambiência.

A partir desse período, é possível observar uma mudança em relação ao tratamento das cidades, que passam a ser interpretadas não apenas pelo conceito de monumento, mas por sua função documental da evolução das relações sociais e da percepção do cenário urbano para além da questão estética, “fazendo jus ao nome “cidade histórica”” (SANT’ANNA, 2014, p. 175). O conceito de “cidade monumento” é substituído por “sítio urbano”, como vemos pelo discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade em seu texto “The Conservation of Urban Sites”, publicado na revista *Museums and Monuments*, da UNESCO, em 1968 (MOTTA, 1987). A sutil, mas importante troca de termos, mostra a mudança de visão do IPHAN para as cidades, que passa a ser entendida como “a criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução” (MOTTA, 1987, p. 117). Assim, a nova definição inclui em seu conceito o desenvolvimento social da cidade e de sua comunidade, sendo um dos reflexos da Carta de Veneza. Outro texto de RMFA ressalta a importância do planejamento das políticas de preservação refletir sobre todo o conjunto, como forma de garantir a proteção do patrimônio sem interferir no curso de desenvolvimento das cidades.

26.
Motta ainda complementa: “o conceito de “entorno” – então um neologismo que designava as áreas vizinhas em torno dos bens tombados – foi cunhado especificamente pelos técnicos do IPHAN ao longo da década de 70. Oficialmente, o conceito passou a ser utilizado em documentos institucionais [...] posteriormente, a palavra foi incorporada em verbete do Dicionário Aurélio, fazendo referência a um documento assinado pelo Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura” (MOTTA, 2000, p. 41).

“Convém advertir [...] que a conservação da integridade de um lugar não significa necessariamente a preservação de todos os monumentos individuais que os compõem. Talvez seja necessário sacrificar algo, pois mesmo quando a proteção de cada uma das unidades arquitetônicas situadas dentro do perímetro pode parecer vital, a manutenção da proteção da paisagem deve ser o objetivo principal. A demolição de edifícios secundários pode, em certos casos, parecer justificada pelo motivo de realçar a importância de um monumento principal, mas ao examinar essas possibilidades, os responsáveis pela conservação do lugar podem

opor-se com razão a autorizar esta medida se, em seu julgamento, esta corre o risco de destruir o equilíbrio feral ou de falsificar ou obscurecer a significação histórica da área” (Texto de Rodrigo Melo Franco de Andrade “La conservación de lugares urbanos” para a Revista La conservación de los bienes culturales; com especial referência a las condiciones tropicales. ANDRADE, 1969, p. 165 *apud* GONÇALVES, 2010, p. 104. Tradução do espanhol).

A vinda de Michel Parent, em 1967, para auxiliar a instituição brasileira na missão de preservar o patrimônio nacional, também contribui para novas visões de planejamento urbano e preservação do cenário brasileiro. Influenciado pelos conceitos da Carta de Veneza, Parent ressaltava em seu relatório que “qualquer ‘planejamento global para a conservação dos bens artísticos e de determinados patrimônios naturais’ desejado pelo governo e levado em consideração pela Unesco deve [...] ser realizado ‘por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país’”. (LEAL, 2008, p. 42). Ele, portanto, foi peça chave no auxílio do pensamento sobre o espaço tombado, desenvolvendo propostas inovadoras no planejamento urbano das cidades históricas.

Antes do conjunto de projetos elaborados por parte de membros da UNESCO, uma das primeiras iniciativas de planejamento urbano dedicado à preservação do patrimônio, ainda na década de 40, foi sugerida por Sylvio Vasconcellos, delegado do SPHAN em Minas Gerais, que propôs a criação de diferentes zonas dentro do perímetro tombado de Ouro Preto que teriam a atribuição de diferentes critérios para intervenções. O planejamento não foi implantado, mas, para a época, foi uma iniciativa inovadora (CORRÊA, 2010).

Dentro dos projetos promovidos pela UNESCO, Ouro Preto também foi foco da criação de um plano urbano de preservação. O projeto, elaborado pelo arquiteto português Viana de Lima, em 1973, propunha a retomada da ambiência antiga da cidade, designado por Parent como “a cidade da arte” (MACHADO, 2014). O foco principal foi na revisão dos traçados urbanos, a fim de garantir a qualidade do sítio histórico através da criação de uma ‘cidade satélite’, separando o núcleo central da periferia por um cinturão

verde. Essa cidade segregada seria responsável por abrigar algumas funções urbanas que não são compatíveis com o traçado e a tipologia do núcleo histórico, por serem usos que exigem alteração de tráfego ou possuem demanda de grandes massas. Vê-se que o projeto tem muita ligação com o ideal de ‘cidade-jardim’, um dos preceitos da Carta de Atenas do CIAM e metodologia defendida pelos modernistas. Além disso, o arquiteto planejou a execução de algumas medidas bastante impopulares, como o bloqueio do trânsito de veículos motorizados no centro da cidade.

Imagem 29: Planta do plano de Viana de Lima para a cidade de Ouro Preto. Em vermelho, são as áreas projetadas para novas construções; em rosa, áreas a recuperar e em amarelo, áreas para demolição. Fonte: Viana de Lima (1970). Disponível em: PEREIRA, 2012, p. 145.



Também foi proposto a elaboração de planos para outras cidades monumentos, como Paraty, Salvador e Olinda. O Plano Diretor em Provento da Proteção e do Desenvolvimento Urbanístico de Paraty, elaborado por Frédéric de Limburg Stirum em 1965, nos moldes sugeridos por Parent, “foi fundado num maior conhecimento e vivência da realidade local. Baseava-se na preservação das características naturais e culturais do município e no incremento do turismo, da construção civil, da agricultura, da pesca e da exploração

Os planos desenvolvidos pelos membros da UNESCO, que não chegaram a ser executados, mostram a evolução do pensamento sobre o entorno das cidades históricas. Inicialmente, a preocupação principal do órgão em relação ao crescimento da cidade era impedir que o fenômeno interferisse diretamente na descaracterização dos edifícios do centro histórico, além de proteger a homogeneidade da cidade. Ou seja, enquanto a cidade crescesse para fora do ambiente tombado, o patrimônio estaria preservado. Entretanto, como resultado desse pensamento, a ocupação do entorno das cidades ocorreu de maneira desordenada, sem nenhuma harmonia com o núcleo tombado, e começou a interferir diretamente na paisagem das cidades históricas. A solução, em primeiro momento, ainda não é a integração de ambos os ambientes, mas sua total separação. O projeto de Ouro Preto ainda previu a demolição de algumas edificações ou ocupações no entorno, como a chamada Vila Aparecida (destacada na imagem 34), pela justificativa de destoarem da paisagem da cidade.



Imagem 32, 33 e 34:
Em amarelo, áreas e
edifícios previstos para
demolição no Plano de
Viana de Lima. Fonte:
Viana de Lima (1970).
Disponível em: PEREIRA, 2012, p. 146.

Posteriormente, vemos que as mesmas cidades também elaboram outros planos urbanos de preservação, com o intuito de integrar e compatibilizar ainda mais os interesses do órgão com o cenário de desenvolvimento nacional, apresentando invações no planejamento urbano das cidades tombadas. No Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, encabeçado pela Fundação João Pinheiro em 1975, o partido desvinculou-se em entender a cidade como obra de arte, e aproximou-se da ideia que a cidade, sendo considerada histórica ou não, é feita junto à população e sofre dos mesmos problemas que outras cidades com demandas contemporâneas. A equipe de elaboração foi composta por diversos agentes da sociedade, seja de técnicos do órgão federal e estadual, da academia e também do setor público administrativo das cidades. O resultado foi a subdivisão da equipe em áreas afins, criando eixos de atuação como moradia, comércio, cultura e educação, indústria e lazer e recreação, além do planejamento de áreas de expansão urbana para as cidades.

• • •

As primeiras discussões sobre a preservação das cidades foram provocadas por dinâmicas semelhantes às que aconteceram no Brasil a partir da década de 50: grande adensamento urbano das cidades e o processo de industrialização pós-revolução industrial. Assim como a abordagem de Camillo Sitte e Gustavo Giovannoni, os “teóricos da estética urbana”, que inauguram críticas às preservações isoladas e a valorização da arquitetura monumental sobre a arquitetura cotidiana, vimos que sem o entendimento do funcionamento das cidades, mesmo a tentativa de planos de gestão não são suficientes para garantir a estruturação das cidades patrimônio em todos os seus valores paisagísticos, sendo a relação da construção com a paisagem e a topografia, e urbanísticos, através da morfologia urbana, como cheios e vazios, e elementos de referência. Uma parte significativa dos conjuntos urbanos é a componente social local pois, sem ela, o conjunto “ganha vida própria que obedece a uma trajetória socialmente determinada” (MOTTA, 1987, p. 120) por técnicos que representam apenas uma pequena parte dos valores que podem ser atribuídos a esse espaço.

I Turismo

Ao longo dessa pesquisa, foi possível ver que o turismo foi uma atividade incentivada nas cidades históricas como uma alternativa de fomentar a proteção do patrimônio pelo seu desenvolvimento econômico. Neste terceiro tópico, será abordado mais profundamente como essa atividade impactou a área da preservação do patrimônio nacional, através da criação do Programa de Cidades Históricas (1973) e das novas propostas para o turismo cultural implantados no país.

Atualmente, o conceito de turismo diz respeito à atividade que proporciona, de alguma maneira, a quebra com o cotidiano e com o ambiente original do viajante ou turista (AGUIAR, 2003). Os motivos podem ser diversos, mas além de seu valor econômico, o turismo também é responsável por gerar trocas sociais, culturais e simbólicas entre o habitante nativo e o de passagem.

A aproximação do turismo com o patrimônio existe desde as primeiras cidades tombadas. O patrimônio nacional atraiu diversos visitantes aos espaços urbanos tombados pela sua característica de proporcionar essa mudança do ambiente cotidiano, não só de espaço físico, mas também de tempo, uma vez que o congelamento das cidades, preservadas como um monumento, proporcionou aos seus visitantes uma “volta ao passado”. A divulgação da atividade ainda era pequena, através de colunas de jornais, ou por alguns guias turísticos que também foram publicados por intelectuais brasileiros, como o Guia de Ouro Preto (1938), de Manuel Bandeira e publicado pelo SPHAN, e o Guia Prático, Histórico e Sentimental do Recife (1934), de Gilberto Freyre. Em um primeiro instante, a atividade turística era restrita a intelectuais, a parte da população mais abastada economicamente, ou a casos pontuais de expansão do serviço comercial e turístico, por iniciativa pública ou privada. A partir das mudanças no cenário brasileiro nas décadas de 50 e 60, como o grande investimento na infraestrutura rodoviária, as novas conexões permitiram que mais pessoas pudessem se deslocar pelo território nacional, facilitando o acesso à cidades que por muito

tempo permaneceram mais isoladas dos fluxos nacionais de pessoas e culturas.

Com o avanço do novo cenário acelerado pela globalização, surgem diversas discussões internacionais para encontrar uma solução que una os novos interesses econômicos à preservação do patrimônio cultural. As Normas de Quito foram um primeiro passo nessa discussão, como já visto, ao recomendarem que os projetos de restauração e valorização do patrimônio fossem integrados aos planos de desenvolvimento urbano e turístico, principalmente para regiões menos desenvolvidas economicamente. A partir delas, oficialmente, o turismo cultural tornou-se mais expressivo no Brasil como parte das políticas nacionais de preservação.

"(...) as medidas preservacionistas encontram-se diretamente associadas aos planos, projetos e equipamentos de interesse turístico que viabilizem o retorno econômico do investimento feito no monumento, ficando, inclusive, formalmente expressas as vinculações entre os interesses protecionistas e os interesses do capital internacional." (MILET, 1988, p. 112-113 *apud* CORRÊA, 2012, p. 76)

Os sítios urbanos históricos foram logo vinculados com a atividade turística – o próprio órgão paulista Condephaat, fundado em 1967, carrega em seu nome o termo “turístico” (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), assumindo que essa atividade já ocorria fortemente nos bens tombados (AGUIAR, 2003). Além disso, Michel Parent, representante da UNESCO que veio ao país com o objetivo de auxiliar nas políticas de patrimônio frente às mudanças socioeconômicas, também incluiu, em seu relatório final, o aproveitamento turístico como uma parte importante da salvaguarda do patrimônio, em nível do município e em conjunto com o planejamento urbano. Com o apoio da UNESCO, alguns estudos começaram a ser feitos, nessa época, com a nova perspectiva turística nas políticas de preservação nas cidades de Ouro Preto, São Luís, Alcântara, Paraty e Salvador.

"Julgamos preferível, concentrar no 1º programa, INCREMENTO AO TURISMO, as medidas que beneficiariam Ouro Preto, Parati e áreas tombadas em Salvador. No 2º, relativo à RECUPERAÇÃO

DE RECURSOS NATURAIS, ante a ameaça das BR, que se projeta agora também rumo a Salvador, através a BR5 (sic) e atendendo a apelo do Saia, visando a proteção da bacia do (sic) Parana-guá e as encostas da Serra do Mar, deixar com maior amplitude que essa possibilidade possa beneficiar áreas diversas em toda a extensão do litoral brasileiro. São previsões largas que v. reduzirá diante (sic) da realidade das verbas. Quanto à estimativa de U\$ 50.000 pareceu-nos que seria o mínimo desejável a atendê-las.” (Carta de Renato Soeiro a Rodrigo F. M. de Andrade, de 21/06/1966. Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro: Assuntos Internacionais: Pasta Iphan/Unesco. SOEIRO, 1966, p. 1-2 *apud* CORRÊA, 2012, p. 82)

Apesar de Parent ser mais próximo da valorização do planejamento urbano e regional como estratégia de preservação cultural, o cenário brasileiro, assim como o latino-americano, parece priorizar mais a estratégia de incentivar o turismo como forma de financiamento (CORRÊA, 2012), uma vez que os recursos disponíveis para a área, muitas vezes, eram insuficientes para a grande demanda nacional de investimentos em obras. Essa aposta no turismo cultural do patrimônio como componente direto para alavancar o desenvolvimento econômico, a “solução conciliatória” entre a preservação e as ameaças da globalização, está presente nas Normas de Quito e influenciou outros documentos internacionais da década de 60. Não é errado afirmar que essas novas diretrizes trouxeram visões que beneficiaram os projetos de preservação do patrimônio. Entretanto, assim como vemos no documento de 1967, percebe-se uma tendência em valorizar os benefícios dessa exploração a ponto de ofuscar as reflexões sobre o potencial destrutivo da atividade quando não planejada em harmonia com o patrimônio cultural. Alguns prejuízos apontados por André Köhler (2019) e que veremos a seguir, são relacionados à mudança nas manifestações culturais locais em torno do turismo, fenômeno que o autor chama de “aculturação” – a tendência de reproduzir comportamentos e padrões como forma de atração turística, sobrepondo-os à verdadeira narrativa cultural dos nativos e residentes.

“Em outras palavras, trata-se de [...] pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece, passando-a do domínio exclusivo de mino-

rias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares”
(CURY, 2004, p. 111 *apud* KOHLER, 2019, p. 148)

No II Encontro de Governadores (1971), é possível ver a importância do tema do turismo nos discursos sobre o patrimônio nacional. No evento, que deu origem ao Compromisso de Salvador, a atividade teve uma temática de debate exclusiva, onde foram pautados temas como o estímulo ao turismo nacional e a inclusão do patrimônio como parte das rotas turísticas. Este documento, junto com o I Encontro de Governadores (1970), trouxeram discussões importantes que ajudaram na formulação e realização do programa (KOHLER, 2019).

“1 - Importância, para a economia nacional, de turismo interno e externo.

2 - O acervo de valor cultural e os monumentos naturais, como um dos fundamentos para o desenvolvimento de política nacional do turismo - o Turismo Cultural.

3 - A proteção e valorização do acervo de valor cultural e os monumentos naturais, com vista ao estímulo do turismo nacional e regional.

4 - A utilização condigna dos bens arquitetônicos, de interesse histórico e artístico, para fins ligados ao turismo e a atividades culturais.

5 - Inclusão, nos mapas e roteiros turísticos nacionais e regionais, das cidades tombadas e das que possuam acervos culturais notáveis, bem como dos parques nacionais e dos acervos paisagísticos e arqueológicos inscritos como monumentos.

6 - Inclusão, na programação e financiamento dos planos de desenvolvimento do turismo, dos meios necessários para a proteção e valorização dos acervos naturais e de valor cultural, dos museus, bibliotecas e arquivos regionais, que são pelo mesmo utilizados.

7 - A convocação dos agentes de turismo e da indústria hoteleira, para a divulgação e valorização dos bens naturais e os de valor cultural” (Tópicos abordados no temário “O acervo de valor cultural e os monumentos naturais em face da indústria do turismo” no II Encontro de Governadores. Anais do II Encontro dos Governadores, 1971, p. 23).

Em 1973 foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH). Como

já foi visto, o objetivo do programa foi a criação de um fundo de investimentos em obras de restauração e infraestrutura turística em estados e municípios que já possuíam alguma organização administrativa dedicada à preservação, para incentivar o desenvolvimento econômico de cidades históricas a fim de que elas pudessem criar autonomia para preservar seu patrimônio²⁷. O Programa estabeleceu critérios que ajudaram a categorizar as cidades em três níveis de prioridade:

- "a) possuir infraestrutura turística adequada (prioridade 1);*
- b) possuir monumentos "em vias de destruição" (prioridade 2);*
- c) possuir infraestrutura turística inadequada, mas em razoável estado de conservação (prioridade 3)" (CORRÊA, 2012, p. 144)*

É possível ver que o critério prioritário de seleção das cidades era a pré-existência de infraestrutura, ou a possibilidade de ser desenvolvida, para a atividade turística. Assim, alguns novos fatores relacionados à área agregaram-se aos critérios de seleção das cidades, tais como o clima local, a culinária, a disponibilidade de serviços hoteleiros, comércios e outros usos atrativos ao turismo. Nesse meio, foram incluídas cidades que não possuíam algumas das características marcantes das cidades históricas tombadas nas primeiras décadas de funcionamento do IPHAN, como a existência de edifícios monumentais ou excepcionais. O PCH foi benéfico em ajudar a deslocar a temática do patrimônio para além da questão exclusivamente cultural, abraçando também a esfera econômica, além de aumentar a variedade de profissionais e de áreas na participação das decisões sobre o patrimônio nacional (SANT'ANNA, 2014).

Ainda segundo Sant'Anna (2014), o programa teve, em geral, um consenso positivo pela imprensa nacional. Entretanto, o principal problema apontado foi que, sem um planejamento com antecedência e correto, o turismo poderia tornar-se uma atividade prejudicial aos monumentos históricos, ao contrário do que se almejou em sua elaboração. O IPHAN teve um caráter mais consultivo no programa e foi pouco incluído nas decisões de aplicação dos recursos. Por

27. *"De início, foram selecionadas como prioritárias as cidades de Salvador, Porto Seguro e Cachoeira, na Bahia; São Cristóvão em Sergipe; Olinda, Igarassu, Itamaracá, Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Para a execução de obras emergenciais, foram também selecionadas Laranjeiras, em Sergipe; Marechal Deodoro, em Alagoas; e Alcântara, no Maranhão. Para obras de complementação de infraestrutura, foram listadas as cidades de Penedo, em Alagoas; Aracati, Sobral e Aquiraz, no Ceará; Oeiras e Piracuruca, no Piauí; e São Luís, no Maranhão"* (SANT'ANNA, 2014, p. 218-219).

conta disso os critérios de priorização foram bastante criticados. Como a parceria do programa, muitas vezes, era estabelecida diretamente com administradores locais ou entidades turísticas, ainda sem experiência ou consciência patrimonial e sem acompanhamento direto do IPHAN, os interesses políticos e econômicos foram priorizados no lugar da esfera cultural da preservação.

Em relação ao caráter estético das cidades, vemos que nos primeiros anos do PCH as cidades selecionadas não variaram muito em relação ao perfil colonial da primeira fase do SPHAN, salvo alguns casos de construções do século XIX incluídos para investimento do programa que fogem à regra. A organização e funcionamento dos órgãos estaduais e municipais mostraram-se como uma ação supletiva do órgão federal, uma vez que a sua preocupação era, inicialmente, garantir a manutenção do patrimônio já tombado pela instituição.

“O IPHAN, nesse momento, continuou seus trabalhos sem novidade, apenas repassando, com certa liberdade, aos órgãos estaduais e municipais, as solicitações de tombamento feitas pelas comunidades, cidadãos, políticos e prefeituras, diante da ideia da descentralização definida nos compromissos de Brasília e Salvador” (MOTTA, 2000, p. 62)

Imagem 36: Cachoeira-BA, uma das primeiras cidade a receber recursos do PCH. Fonte: <https://bit.ly/3nRrU2K>

Além disso, os requisitos do PCH, motivados principalmente pelo interesse econômico na atividade turística, incentivaram cidades



e estados a tombarem sítios urbanos, mas também a criarem projetos de readequação de espaços e usos dos edifícios de maneira a se adaptarem à prioridade de obtenção de recursos do programa (MOTTA, 2000), ou seja, a prioridade era transformar o espaço tombado em um potencial atrativo a recursos. As cidades restantes da região, que não se encaixavam

nos critérios de seleção do PCH, continuaram a receber recursos vindos apenas da verba anual do órgão.

Os primeiros anos do Programa mostraram a continuidade da falta de visão das cidades como conjunto histórico e cultural, uma vez que a maioria dos projetos aprovados eram dedicados para a restauração material de monumentos históricos ou edifícios vinculados com a atividade turística, e não às estratégias locais de atuação²⁸. A falta de integração do turismo com estratégias de planejamento acabaram ignorando, em alguns casos, o ambiente urbano como parte da experiência do turista pois, ao visitar um local, apresentam-se esses “objetos únicos” a serem visitados e apreciados, sem que essa experiência se estenda para o restante da cidade. Essa visão ainda pode ser atrelada à ideia da monumentalidade do patrimônio no Brasil desde a década de 30.

Um bom exemplo é a cidade de Igarassu, em Pernambuco. A cidade possui um bom potencial turístico como sua importância histórica, sua paisagem e sua localização, perto de pontos de referência de turismo nacional como Porto de Galinhas, João Pessoa e da própria capital Recife. Alguns programas federais, estaduais e municipais tiveram Igarassu como alvo de projetos relacionados ao turismo cultural antes mesmo do PCH, mesmo não sendo muito efetivos. O turismo só veio a ser grande parte da atividade econômica da cidade após os investimentos do Programa para a realização de serviços relacionados à conservação do patrimônio. Entretanto, a restauração dos principais monumentos da cidade, desvinculada de ações complementares, tornaram-nos o principal elemento de visitação dos turistas que, geralmente de passagem, não dedicam tempo para conhecer o ambiente urbano. Esse fenômeno acaba gerando pouca arrecadação, principalmente para o comércio local (KÖHLER, 2011), mesmo sendo um dos principais motivos de investimento do PCH.

Essa percepção começa a mudar na segunda metade da década de 70, consequência de algumas críticas e avaliações do programa e também do constante crescimento do turismo cultural nas cida-

28. Segundo Márcia Sant'anna, até agosto de 1976, 90% dos projetos aprovados foram obras de restauração de edifícios e monumentos, em sua maioria ligados à atividade turística ou serviço público. Não foram aprovados projetos relacionados às áreas de habitação ou de comércio local. Em relação a projetos de caráter urbano, apenas uma intervenção foi aprovada na cidade de Laranjeira, e apenas ela, junto com a cidade de São Cristóvão, tiveram auxílio para desenvolvimento de planos diretores regionais. Ver: SANT'ANNA, 2014, p. 225-226.

des. Em 1977, através da Lei nº 6.513 de 20 de dezembro, os conjuntos urbanos e os bens naturais foram incluídos no PCH como pontos de interesse turístico, ampliando os critérios de seleção de investimento, mediante legislação específica que garantisse a manutenção da preservação do espaço (CORREA, 2015). A nova lei classificou áreas especiais prioritárias no investimento de projetos específicos de preservação do patrimônio, o que significa que essas áreas teriam suporte legal para o amparo de investimentos no setor e, portanto, estariam “destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos” (BRASIL, 1977) pela EMBRATUR e pelo IPHAN, uma mudança significativa em relação à legislação brasileira acerca do patrimônio, até então representada apenas pelo decreto-Lei 25 (AGUIAR, 2016). Esses critérios classificavam, principalmente, a facilidade de acesso e a quantidade de turistas que uma área recebe, o que reforça o caráter prioritário já observado nos primeiros anos de funcionamento do PCH.

O uso econômico do patrimônio não é necessariamente negativo, mas, para isso, é importante que ele esteja relacionado e submetido ao uso social do espaço urbano e favoreça a circulação ampla e democrática do patrimônio da sociedade (SANT’ANNA, 2017). A atividade ajudou a impulsionar diversos benefícios às cidades, principalmente a retomada e valorização da reabilitação dos edifícios, como também a promoção da expansão das trocas culturais entre diferentes regiões. “O turismo é motivador da manutenção da identidade local, traz benefícios para a população residente e impulsiona a conservação do patrimônio cultural, onde o patrimônio histórico é um dos elementos motivadores do fluxo de visitantes de um destino turístico urbano” (SILVA, 2006, p. 8). Os turistas também funcionam como uma fonte de renda extra para a manutenção tanto da cultura local como também para oferecer a troca sociocultural entre os diferentes tipos de visitantes (seja pelo turismo de massa ou focado na experiência do visitante individualmente). A estratégia a ser seguida é a de promover intervenções que garantam a infraestrutura para visitação e que essa nova atividade possa contribuir no desenvolvimento da cidade e na promoção do

bem estar de seus habitantes (SILVA, 2006).

O turismo promove parcerias entre o público e o privado e se mostraram eficientes na recuperação de algumas cidades como Salvador, Recife e São Luís. Ainda segundo Silva (2006, p. 9-10), “a mercantilização da cultura e do patrimônio possibilita que empreendedores privados apoiem iniciativas públicas de recuperação de fachadas, do mobiliário urbano, da limpeza e da iluminação, além de novos projetos de comunicação visual, recuperação de imóveis históricos e equipamentos culturais”. Por outro lado, o setor público oferece políticas públicas voltadas para o ramo, movimentando o setor nas cidades.

Na prática, vemos que esse ideário do patrimônio através da monumentalização fez aflorar a exploração mercadológica do turismo cultural: a cidade demorou para ser reconhecida como um organismo dinâmico, reflexo do pensamento da monumentalidade do patrimônio. A priorização dos investimentos dedicados à restauração de edifícios e fachadas ajudou a reforçar o chamado “estilo patrimônio” (MOTTA, 1987). Essa associação é, como já vimos, fruto da memória social criada sobre o patrimônio nacional, consequência de toda a evolução das políticas de patrimônio que priorizaram os valores estéticos e excepcionais. Isso ajudou a definir o que deveria, ou não, ser passível de se tornar patrimônio no Brasil, o que ajuda a criar um ambiente “fachadista”, uma vez que a cenarização do ambiente urbano atrai mais a atividade turística do que seu caráter documental.

“A partir da década de 1960, a expansão da cultura de massas influiu nos contornos do patrimônio, pois tornaria o passado uma mercadoria de consumo para a indústria do turismo... Da valorização turística resultaria a ampliação do público voltado para o patrimônio, não enquanto possibilidade de apropriação de um passado específico, mas como fonte de fruição de beleza e informação, muitas vezes mesclada com dose de nostalgia” (RODRIGUES, p. 195 apud AGUIAR, 2003)

Muitos comerciantes tentaram manter essa “aparência autêntica” do colonial, reforçando o estereótipo de consumo do patrimônio

nas primeiras décadas das políticas de preservação e incentivando a criação de falsos históricos. Há uma atribuição de valor a essa estética do patrimônio e não ao patrimônio em si, que acaba se confundindo com um ‘pseudo-evento’, uma vez que se conhece mais sua repercussão do que ele próprio (MENESES, 1996). A supervalorização desse produto acaba gerando uma espetacularização do espaço urbano e, conseqüentemente, sua valorização econômica, seja através da especulação imobiliária ou pela mudança do uso dos lotes, almejando explorá-los financeiramente pelo turismo. “Possuir residência ou comércio em uma construção originária do século XVIII, ou mesmo que “apresentasse um aspecto colonial”, transformou-se em um “capital simbólico” extremamente valorizado” (AGUIAR, 2016, p. 102). Apesar do impedimento de modificações materiais, essas alterações, como a mudança do perfil de moradores da região – uma vez que a população menos abastada precisou deslocar-se da área valorizada por não sustentarem a pressão econômica e de uso – acabam não sendo controladas pelo IPHAN. Um caso muito marcante é o Pelourinho, em Salvador, que mesmo depois de diversos planos de preservação, ainda sim transformou suas diversas residências em unidades comerciais.

“A espetacularização das cidades, conseqüentemente dos sítios históricos urbanos, pode ser entendida como resultado de mudanças no contexto social e cultural que, obviamente, compactuam com políticas econômicas que sustentam a produção de cidades idealizadas.” (SILVA, 2006, p. 10)

Essa pressão em alterar o uso também pode ser relacionada a espaços que possuem mais de um tipo de turismo a ser explorado. Porto Seguro, por exemplo, possui tanto o turismo a seu acervo colonial, situado na parte alta da cidade, quanto o turismo às suas paisagens naturais. A cidade alta manteve seu aspecto original pois, além de ser alvo de algumas medidas preservacionistas, atraiu um público voltado principalmente a visitar a arquitetura ali presente e, por isso, foi mais preservada. Entretanto, como consequência do turismo natural, houve uma grande pressão na parte baixa da cidade, com grande “agravamento nas descaracterizações das construções locais de Porto Seguro” (AGUIAR, 2003) para manter o imaginário colonial das edificações e adequá-las às demandas co-

merciais ou hoteleiras. Além disso, as mudanças do espaço urbano também incluíram o atendimento de grandes veículos, transportes para aeroporto, restauração e até mesmo infraestrutura para o turismo ecológico. Os antigos moradores, em sua maioria pescadores, acabaram afastados de seu local original, “esvaziando-se dessa forma o “valor de “documento”” (AGUIAR, 2003, p. 15) da região.

Assim, o espaço urbano tombado deixa de atender às demandas dos moradores locais e passa a satisfazer um público cada vez mais diverso, atraído pelo turismo cultural e que estabelece outro tipo de vínculo com o espaço – um vínculo temporário. A relação do turista é mais sobre contemplação e restringe-se, muitas vezes, à visão, enquanto a relação do habitante com o espaço é feita por uma apropriação afetiva e contínua. Além do patrimônio já possuir um padrão estético estabelecido, que afasta a população da seleção pelos seus valores, o afastamento dela com o patrimônio tombado gera ainda mais uma alienação da mesma, e o patrimônio, que em teoria representa um valor nacional ou universal, deixa de fazer sentido a nível local. Segundo Meneses, “(...) situações paradoxais em que bens declarados de valor universal não são percebidos como tais pelos habitantes, para quem eles podem constituir apenas ônus e, na maior parte das vezes, mera oportunidade de negócio” (MENESES, 2013, p. 39 *apud* BARBOUR, 2021).

Não só a esfera material e o uso do espaço do patrimônio, mas outras expressões culturais e tradicionais de uma região correm o risco de se transformarem em um espetáculo para o turismo, a “aculturação” (KOHLE, 2019) das tradições regionais. A falta de integração das políticas de patrimônio com as de planejamento acaba deixando-as sem referências para lidar com a continuidade de práticas regionais, que também são descontinuadas pelas mudanças nacionais ou de tombamento. A falta de costume de integrar patrimônio e políticas públicas só entra em consenso, muitas vezes, quando o objeto a ser preservado é base para o desenvolvimento midiático e turístico (CASTELLS, IINO, 2016).

Existem dois enfoques quando se pensa na cidade como patrimônio cultural: o da cidade que se materializa através de muros, ruas,



Imagem 37: Escrita na cidade de Ouro Preto. Foto: Tayná Silva, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3nQE4sE>

edifícios, e o da cidade que é construída por aqueles que fazem e dão sentido à sua ocupação – que não necessariamente são uma parte em foco do campo do patrimônio, mas que é essencial para sua construção e manutenção. Como pudemos ver nas análises, a expressão material foi prioridade, consequência do culto ao monumento. A questão do patrimônio, e principalmente de seu consumo como produto, é que ele reproduz o fenômeno de hierarquização dos valores culturais, priorizando a visão homogênea do IPHAN sobre os símbolos e o estilo do patrimônio nacional em detrimento do valor memorável e popular. O processo deve ocorrer de maneira a unir os interesses locais e externos, de forma a pensar o patrimônio para além de sua materialidade, incluindo sua experiência (SILVA, 2006). Entretanto, se a atividade turística é impulsionada apenas pelo seu aspecto econômico, os outros valores relacionados à vivência do espaço acabam deixados para segundo plano, tornando-se um turismo de massa com enfoque muito mais no visitante do que no habitante – a atividade torna-se um espetáculo ou uma atividade excludente. É importante entender, portanto, que as políticas culturais não são pertencentes a uma área específica, mas que existe uma dimensão cultural dentro de outras políticas, seja habitacional, de saúde ou econômica (MENESES, 1996).

“Como práticas relacionadas ao projeto do IPHAN nos “sítios urbanos” pode-se apontar a instalação de subsecretarias regionais, as obras de reparação e restauro dos bens imóveis, a abertura de museus, o emprego e o treinamento da população local em atividades relativas à conservação e divulgação do patrimônio, e ainda, a divulgação do patrimônio cultural local através da publicação de material informativo. Como práticas de um projeto turístico, tem-se a instalação de uma estrutura turística que, em geral, inclui centros de informações ou secretarias de turismo, hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo, a formação de guias locais, ou ainda, a capacitação de pessoal para outras fun-

ções e empregos que surgem em decorrência do fluxo turístico.”
(AGUIAR, 2003, p. 13)

Conflito de interesses entre Estado, órgão e sociedade civil nos discursos e na prática do tombamento

A análise das três perspectivas anteriores ajuda a evidenciar como a narrativa do patrimônio nacional foi construída pelo movimento modernista. Nos primeiros 30 anos de funcionamento do órgão, vemos que os critérios de seleção não fugiram do padrão urbanístico e arquitetônico da cidade mineira do ciclo do ouro. Todas foram discutidas em nível teórico por intelectuais da instituição, com pouca participação de outros grupos da sociedade na tomada de decisão dos parâmetros do patrimônio nacional, principalmente da população que convivia mais próxima com os bens tombados. Nesta perspectiva, veremos como foram ditados os valores do patrimônio pelo IPHAN, introduzidos no cenário nacional com poucos diálogos, qual a consequência da criação desse imaginário na construção do patrimônio nas cidades históricas e como esses diferentes interesses se expressaram dentro do espaço urbano tombado.

É importante retomar, primeiro, o conceito de valor do patrimônio. As cidades não são tombadas porque intrinsecamente a elas existem valores a serem descobertos, mas porque valores são atribuídos ao espaço a ser tombado através da vivência ou da percepção de determinado grupo, uma vez que valor significa identificação e pertencimento. A partir do momento que a preservação do patrimônio estava, naquele momento, vinculada apenas a um grupo social e hegemônico, legitimado por saberes técnicos e em consonância com o momento político, os valores acabaram sendo atribuídos por apenas uma visão e vivência. O imaginário do patrimônio nacional foi responsabilidade dos modernistas, que o moldaram através da sua percepção de um legado puramente nacional: o estilo colonial, ou pelo menos, o que foi selecionado para representar esse estilo tão complexo.

Essa primeira abordagem mostra que, apesar do discurso nacionalista do patrimônio, apenas uma parcela da população foi representada nos tombamentos. Isso se deve ao fato não apenas das diretrizes do órgão de patrimônio em si, mas também porque a história do período colonial do Brasil ainda era muito lacunosa. A narrativa registrada através de retratos, pinturas e textos foi muito voltada a figuras religiosas e autoridades e, em parte, à classe dominante da população, composta pela elite intelectual e econômica. Autores como Carlos Lemos, Caio Prado Júnior e Hannah Levy debateram-se sobre o assunto e mostraram que essa falta de retratos não é causada pela perda de registros ao longo dos anos, mas por consequência da organização da sociedade do período colonial. A ideia de preservar os bens e o legado familiar era preocupação de apenas uma parte da população, levada por um sentimentalismo saudosista e até romântico de conservar a herança familiar (LE-MOS, 1985). Geralmente, essa noção era mais presente à parte da sociedade mais abastada de recursos que podia custear esses produtos, diferente de famílias com menos recursos e principalmente escravos. Ainda, essa parte representada nos registros do período colonial torna-se mais reduzida quando levamos em consideração grupos ainda excluídos das funções sociais mais evidentes, como as mulheres e crianças.

“Fora daí – com exceção de alguns retratos da família real portuguesa – são escassos os retratos da época colonial [...] De resto, a falta de retratos de família explica-se perfeitamente pela própria estrutura social e econômica, o “modus vivendi” das famílias do Brasil Colonial. Deve-se também observar que só uma parte ínfima da população poderia ter a ideia de se fazer retratar; é claro que nem escravos nem pequenos comerciantes lembrariam disso [...] retratos femininos só aparecem com frequência a partir de meados do século XIX [...]” (LEVY, 1949, p. 252).

Assim, é importante entender e refletir sobre o patrimônio e os valores por ele expressos. Ao mesmo tempo que a formação histórica do Brasil é apresentada de forma lacunosa, isso reflete diretamente na narrativa do patrimônio nacional e nos agentes responsáveis por sua construção. “Alijando do campo do patrimônio os vestígios, por exemplo, dos templos não católicos, das senzalas e dos

bairros operários, legitimou-se a exclusão dos outros grupos sociais” (DELGADO, 2005, p. 119).

• • •

A criação do SPHAN, em 1937, simbolizou a institucionalização do projeto de criação de símbolos e de uma memória nacional promovido pela aproximação dos membros do movimento modernista e do Estado Novo. A composição inicial do órgão foi bastante homogênea em relação à formação intelectual do corpo técnico, principalmente formada por artistas e arquitetos que já possuíam certo prestígio no campo político e cultural (SANT’ANNA, 2014), emprestando credibilidade às ações realizadas. Estudiosos de outras áreas que não da arquitetura, como antropólogos e geógrafos, não fizeram parte do órgão de patrimônio e não participaram ativamente da discussão e identificação do patrimônio nacional no primeiro momento, o que acabou vinculando as primeiras políticas à escala do edifício e principalmente da fachada, como já discutido nesta terceira parte da pesquisa. O órgão era “uma grande afinidade intelectual entre os servidores e colaboradores do SPHAN, o que possibilitou a construção de um quadro conceitual e metodológico para o desenvolvimento de ações que até hoje marcam profundamente a instituição” (SANT’ANNA, 1995, p.117 *apud* CORRÊA, 2012).

Vemos que o cenário político contribuiu para a criação de um discurso autoritário do patrimônio (BARBOUR, 2021). Primeiro, pela formação de um corpo técnico teoricamente “ideal” para a seleção dos bens a serem tombados, afastando o debate de outras áreas e também da população leiga. Segundo, por conta da grande autoridade de seleção que o instrumento do tombamento deu aos técnicos, uma vez que era o principal meio de eleger e proteger o patrimônio nacional. O tombamento ajudou a oficializar os “testemunhos” da percepção dessa pequena elite intelectual que se propôs a construir uma narrativa histórica e cultural para o país (DELGADO, 2005).

Ainda, os conceitos descritos no Decreto-Lei 25/37 mostram o

distanciamento dos valores do patrimônio da vivência da população geral. As características atribuídas ao patrimônio são expressas por escalas monumentais, como “fator memorável” ou “feitos excepcionais”. Esse tipo de expressão, apesar de também serem valores relevantes, não representa as vivências “menores”, como a experiência do dia-a-dia dos moradores nas cidades tombadas. Assim, valores cotidianos, populares ou afetivos não foram incluídos nos primeiros valores reconhecidos e não foram agregados às decisões a respeito do patrimônio nacional. Por outro lado, o uso de expressões genéricas dos valores também causa uma certa indistinguibilidade do conceito de patrimônio, tornando difícil sua compreensão na íntegra e contribuindo ainda mais para o controle da seleção de bens apenas aos técnicos do órgão de patrimônio.

O processo de tombamento das cidades históricas, nos primeiros momentos, também pode ser associado a essa falta de especificação do patrimônio, uma vez que o tombamento de cidades inteiras também é uma definição rasa para todo o mecanismo complexo dos espaços urbanos. Novamente, essas decisões foram tomadas pelo IPHAN, que avaliava caso a caso por sua própria interpretação. Esse questionamento sobre o que se tomba em uma cidade foi comum entre as entidades locais, como prefeitos e líderes de associações. Um exemplo é o questionamento do Prefeito de Diamantina, no início do processo: “Tendo em vista o § 2º do artigo 4º e bem assim os artigos 17º e 18º do Decreto-Lei citado, desejaria que me fossem respondidas as perguntas abaixo formuladas e que submeto à consideração de V. Exc. a) Poderá o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional especificar e definir os bens, nessa cidade, ora levados a tombamento?” (Processo de tombamento da cidade de Diamantina, 1938, p. 2).

A escolha do patrimônio, portanto, torna-se uma análise técnica e que passa a reproduzir uma imagem ideal do que deveria ou não ser preservado, associada a valores históricos, mas principalmente estéticos. O bem tombado deveria seguir regras específicas, baseadas em sua percepção material, e que eram ditadas pelos agentes do IPHAN pelo seu conhecimento técnico. Essa autoridade pode

ser vista pela resposta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o mesmo questionamento do prefeito de Diamantina sobre as novas construções depois do tombamento da cidade, onde “caberá ao arquiteto recolher da arquitetura tradicional brasileira suas referências e retirar delas o máximo partido possível [...] para suas obras, sem preocupação, porém, de copiar estilo” (Processo de tombamento da cidade de Diamantina, 1938). Na prática, transformou-se em um “modelo-padrão” (GONÇALVES, 2010) de regras para o restauro de edificações pré-existentes e também para construção de novas, impedindo que novas manifestações populares e estilísticas surgissem.

Assim, as cidades não foram pensadas individualmente e qualquer característica regional peculiar foi descartada. Essa visão global sobre os conjuntos urbanos acabou criando tensões entre a diretoria e a população local, que não se identificava, não entendia e, portanto, muitas vezes deixava de acatar as restrições. Vemos em um trecho disponibilizado por Gonçalves (2010) sobre um balanço de atividades feito por Sylvio Vasconcellos, principal diretor regional do SPHAN em Minas Gerais, encaminhado à central do órgão, no Rio de Janeiro. Nele, podemos observar, no formato em que é organizado o relatório, o acompanhamento das seis cidades pelo mesmo aspecto, o de aceitação das implantações das ações de preservação, em um estilo como de “tópicos”, revelando esse comportamento de entender as cidades através do “modelo-padrão”. O documento não tem data e, segundo a autora, suas únicas referências temporais são a sinalização do “DPHAN” sobre o documento ser redigido em 1946 e por ter o nome do prefeito de Ouro Preto, que cria certo recorte na linha temporal das cidades.

“CIDADES TOMBADAS

Além das inspeções efetuadas em monumentos, outras foram feitas para os efeitos dos arts. 17 e 18 do decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937, com relação às obras particulares.

Lamentamos verificar que continua difícil a execução do decreto citado nesta parte, devido principalmente, à ação negativa dos Prefeitos, quase sempre ligados aos interesses capitalistas locais, interessados nas obras. Por outro lado, a inexistência de Códigos

de Obras e a longa pratica de construções não fiscalizadas [sic], faz com que seja mal recebida a atuação da Diretoria. Quando, porém, os Prefeitos colaboram, o problema torna-se de fácil solução.

Nas diversas cidades podemos resumir o assunto da seguinte maneira:

DIAMANTINA: As dificuldades se referem principalmente no centro da cidade, ao uso de óleo nas fachadas. Problema, porém, mais sérios é o das demolições de casas antigas para a construção de novas em estilos pouco harmoniosos. Isto, principalmente nos arredores onde os imóveis são ainda mais baratos justificando a demolição da casa velha para aproveitamento do terreno. A Prefeitura mais ou menos tem colaborado com a Diretoria e não há casos graves a encarar.

[...]

SERRO: De um modo geral a população recebe bem as exigências, com restrição quanto ao uso do óleo, digo ao uso de madeiras nas fachadas que preferem substituir por tijolos. Um caso mais sério ocorre com relação ao sr. Geraldo Pais que, figura saliente do lugar, pretende não submeter-se á lei. Todavia, a Prefeitura, si bem passiva, não se mostra contrária á Diretoria.

[...]

OURO PRETO: A situação tem variado com as mudanças dos prefeitos. No decorrer de quase todo o ano a Prefeitura colaborou, mas já nos últimos mezes o novo Prefeito sr. A Junqueira Ferreira, resolveu não reconhecer a nossa ação. A população não aceita bem as exigências, porém, não se revolta contra elas. O uso do óleo nas fachadas e o estilo simples das novas construções são as questões mais difíceis. Ultimamente também começaram a aparecer requerimentos para concertos de casa por nossa conta, baseados no art. 19 da lei 25, que pode transformar-se em cousa seria se for levada a extremos. Todavia, com pequenos concertos e adiamentos, conseguimos vencer esta primeira crise. De modo geral, o mais difícil em Ouro Preto foi a fiscalização das obras aprovadas que não são executadas conforme os projetos aprovados. A Prefeitura não se interessa pela fiscalização e não há força que torne este trabalho eficiente.

[...]

*Adotamos o critério de **evitar no máximo as desaprovações afim de [sic] tentarmos primeiro acostumar as populações com as exigências**, demonstrando a maior boa vontade possível. [...]*" (apud GONÇALVES, 2010, p. 94-96. Grifo nosso.)

Na conclusão do relatório, vale ressaltar o trecho “[...] tentarmos primeiro acostumar as populações com as exigências”, que mostra como o debate com a população foi pequeno, mantendo uma comunicação mais vertical e menos horizontal com os diversos interlocutores das cidades tombadas.

Essa tendência do órgão em controlar a cidade por um lado mostra a importância do tombamento na preservação do acervo antigo. Por outro, mostra como a presença do órgão de patrimônio impediu que a cidade evoluísse de maneira natural e criou o já citado “estilo patrimônio”, título criado pelos moradores locais de Ouro Preto (MOTTA, 1987), que representa essa associação da cidade estática, monumental e colonial com o patrimônio. É o fenômeno do chamado “quadro social da memória”, que criou um imaginário do patrimônio na população associado à sua aparência e não pelos valores a ele atribuídos, não havendo debate, gerando pouca expressividade de bens de outras categorias nos tombamentos ocorridos nos primeiros anos das políticas de preservação.

Não somente a imagem visual do patrimônio cultural, mas todo o conjunto de medidas fruto desse projeto ideológico e impositivo indica a soberania da identificação de alguns valores sobre outros, uma vez que apenas o Estado e o órgão de patrimônio foram responsáveis pela seleção, enquanto a população absorveu essa estética. Entretanto, o patrimônio não representa apenas um povo ou uma memória, podendo um objeto ou tradição ter – ou não – o mesmo valor para diferentes grupos sociais. Ele também consiste na luta entre consagração e rejeição de bens (TAVARES, 2014), e sem a participação da população na discussão da seleção dos bens, ela também não se identificava com eles, dando prioridade a outros valores baseados em sua própria vivência. Vemos, portanto, uma disputa de dois valores de diferentes escalas: enquanto a população entende o patrimônio através de valores regionais, o SPHAN entende-o por uma perspectiva nacional e através de valores mais “abrangentes”, como a monumentalidade e a excepcionalidade do lugar. As diferenças acabam levando aos conflitos entre o Estado e a sociedade civil decorrente desses diferentes valores

atribuídos ao patrimônio nacional e, conseqüentemente, o relacionamento entre matéria e tradição.

Houve uma tendência inicial das cidades tombadas em aceitar e entender as ações do patrimônio como positivas. Os diversos artigos em jornais também ajudavam a reforçar esse tom e valorizavam as intervenções do SPHAN no patrimônio nacional. Entretanto, principalmente na década de 50, a tendência da modernização alcançou as cidades históricas, não permanecendo mais estagnadas economicamente após seu tombamento e indo contra as percepções do SPHAN. As instalações de novos comércios e indústrias no perímetro da cidade, além de reformas na infraestrutura urbana, foi diretamente oposta à lógica de cidades-monumentos que o órgão interpretava dos espaços urbanos. Ao mesmo tempo que os moradores entendiam a presença do órgão de patrimônio como uma presença positiva para valorização de edifícios notórios da cidade, as reformas urbanas também representavam avanços econômicos e estéticos na cidade. A relação entre órgão e sociedade começou a desgastar-se aos poucos, uma vez que as regras e fiscalização eram extremamente rígidas e muitas vezes contraditórias, como o caso da instalação dos exemplares modernistas em Ouro Preto e Diamantina. Tendo a presença de dois cenários teoricamente inconciliáveis, a tendência dos grupos locais foi de resistir às novas fiscalizações do órgão de patrimônio, chegando a casos de pedidos de “destombamento”, como foi o caso de São João del-Rei.

Segundo Tavares (2014), houve uma grande disputa entre os agentes da instituição e os “intérpretes culturais” desta cidade. O processo de tombamento foi marcado pelo grande embate da organização desses grupos locais “em dizer quais legados da cidade poderiam ou não ser incluídos no rol do patrimônio histórico e artístico nacional” (TAVARES, 2014, p. 6): enquanto o SPHAN interpretava o espaço como um todo a ser preservado, com receio que ele fosse perdido frente ao avanço da modernidade e sobreposição de valores, os grupos locais entendiam apenas os bens simbólicos, como igrejas e outros edifícios monumentais. Assim, é possível ver que a população também mantinha certa preocupação em preser-

var seu patrimônio, mas sua visão era principalmente restrita aos edifícios “monumentos” da cidade, tal como descrevem as ideias do Decreto-Lei. Entendendo que o tombamento era uma medida que atrapalharia o crescimento da cidade, já bastante acometida de reformas, ela foi imediatamente contra às regras autoritárias do órgão de patrimônio. Segundo Tatiana Xavier (2018), como consequência das tensões causadas durante o processo de tombamento, ainda houve casos de descaracterização e demolições no centro histórico da cidade, “sobretudo na Rua Marechal Deodoro, Praça Doutor Salatiel, Praça Severiano de Rezende, se estendendo pela Rua General Osório” (XAVIER, 2018, p. 123).

“Estes senhores [técnicos do Serviço de Patrimônio] pouco conhecem o nosso interior e sua história antiga” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 24/05/1946, nº 2455 apud TAVARES, 2014).

“Nem todas as coisas velhas têm o mesmo valor histórico e artístico. É preciso distinguir. Será possível que todos os são-joanenses, mesmo os mais cultos e mais ufanos de sua terra estejam atacados de incompreensão e que só os técnicos do patrimônio estejam certos” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 18/06/1946, nº 2476 apud TAVARES, 2014)

O mesmo conflito pode ser observado também na cidade de Diamantina, através da carta de um morador da cidade para Rodrigo Melo Franco de Andrade, transcrita por Gonçalves (2010):

“[...] Si bem que pouco influa a ação deste Serviço a apreciação de estranhos ou interessados, a situação da casa da Rua do Bomfim tem sido motivo para que considerem exclusivamente pernicioso à Diamantina a presença deste Serviço que, no dizer deles, além de nada fazer em proveito da cidade ainda retarda na solução de assuntos com prejuízos para seus proprietários. [...] É por isso que constatei a ruína de várias casas bem antigas, com rótulas e balaustradas em belos desenhos, em locais onde as construções têm apreciável valor [...]” (Carta de um morador de Diamantina a Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1940. ACI/RJ-SO apud GONÇALVES, 2010, p. 116)

A experiência das cidades mineiras serviu de referência para outros conjuntos urbanos, principalmente em relação à experiência vivida pelos governos e moradores locais. O tombamento, naque-

le momento, significava tornar algo representativo do passado e, devido às políticas de preservação estarem associadas a manter a estética das cidades do passado, interpretado como congelamento do espaço urbano, muitas cidades associaram o tombamento como um sinônimo de provocar o atraso do desenvolvimento por conta da estagnação. Consequência disso, algumas cidades que se tornaram foco do IPHAN para estudo para o tombamento não receberam o órgão de maneira positiva.

Um desses casos foi o da cidade de Goiás. Após a perda do título de capital da Capitania, da Província e do Estado de Goiás (DELGADO, 2005), as figuras locais receberam a aproximação do IPHAN com desconfiança. “Por que Goiás será decretada cidade histórica? Que há em nossa terra que tenha relevância na História Pátria? [...] **Ouro Preto aí está para nos mostrar ao que leva essa exigência do Patrimônio** [...]” (Folha de Goiaz, 15 de maio de 1951. Processo de tombamento da cidade de Goiás, 1942-1990). As primeiras atuações do órgão foram através do tombamento de alguns monumentos pontuais, sem ainda tomba o conjunto urbano como um todo. A cidade foi oficialmente tombada como conjunto em 1978, mas desde a abertura do processo, em 1942, é possível observar questionamentos em relação a ele. A falta de continuidade das ações, como restauração de edifícios e espaços ou incentivo à visitação pública, também não ajudaram no desenvolvimento urbano da cidade e causaram ainda mais dificuldade na relação do IPHAN com a população local.

“Será que Goiás, a nossa bela e querida Goiás terá idêntica sorte [de se transformar em uma cidade morta]? Provavelmente, se os goianos não trabalharem, não se revoltarem contra essas ideias retrógradas [...] Não seria ideal? Em vez de conservar essas casas de beiradões, chatas, unidas, sem estética, sem sol, se a Prefeitura desapropriasse algumas fazendo de duas pequenas um bangalô alinhado, não seria lindo? [...] Contenta-se o Patrimônio com os prédios já arrolados no tombamento... Igrejas, Cadeia e Chafarís” (Folha de Goiaz, 15 de maio de 1951. Processo de tombamento da cidade de Goiás, 1942-1990)

• • •

As mudanças trazidas pela Carta de Veneza, sobre novos valores do patrimônio, como “bens modestos de significação cultural”, junto com a cooperação da UNESCO com o IPHAN na década de 70, ajudaram o órgão a estabelecer novas relações, aproximando-se das outras esferas administrativas através das ideias expostas no Encontro de Governadores de Brasília, em 1970, e de Salvador, em 1971. Além do incentivo da criação de órgãos estaduais e municipais, descentralizando a tomada de decisões sobre o patrimônio, o mesmo também ampliou a instalação de diretorias regionais para outros estados, aumentando a relação com as esferas regionais.

O incentivo à inclusão do tema do patrimônio como parte do currículo escolar, bem como a criação de cursos de formação de mão-de-obra especializados, representam a tentativa de incluir, cada vez mais, a população com a preservação. Além disso, essa medida representa parte da iniciativa do órgão de desenvolver as cidades através da preservação de seu patrimônio, principalmente pelo turismo. Com ajuda dos órgãos regionais e a criação de mão-de-obra local e qualificada, as cidades menos favorecidas economicamente, mas com grande acervo cultural, conseguiriam se auto sustentar com auxílio das ações de preservação.

Apesar do estímulo à identificação de valores regionais através da descentralização, é importante notar que o documento não define conceitos mais precisos sobre esse processo de identificação do valor regional e de conservação dos bens culturais por parte dos estados e municípios (MOTTA, 2000). Os critérios de seleção desse valor foram frutos da orientação técnica do IPHAN, que colaborou “com os Estados e Municípios que ainda não tinham legislação específica, fornecendo-lhes as diretrizes tendentes à desejada uniformidade” (IPHAN, 1970, p. 2). Assim, as novas políticas municipais e estaduais dos novos órgãos tiveram como base a legislação federal, o decreto-Lei 25, criado em um contexto histórico e político anterior que não sofreu alterações desde então. A supervisão direta do IPHAN sobre os estados e municípios indica uma tendência do acompanhamento do órgão federal em ser decisivo para a seleção dos bens de valor regional, baseando-se nos próprios critérios. A

primeira vez que temos a noção de “pluralismo cultural” relacionado à “diversidade regional” foi no documento intitulado Política Nacional de Cultura, de 1975.

Assim, o IPHAN, nesse momento, continuou seus trabalhos repassando com certa liberdade, aos órgãos estaduais e municipais, as solicitações de tombamento feitas pelas comunidades, cidadãos, políticos e prefeituras, diante da ideia da descentralização definida nos compromissos de Brasília e Salvador, sem que houvesse um investimento para a conceituação de “valor regional” (MOTTA, 2000, p. 62). Entretanto, o período também é marcado por algumas iniciativas de movimentos populares relacionados à conscientização da preservação do patrimônio. Sem iniciativas por parte do órgão, restou à população organizar-se a fim de pensar no futuro das cidades, tombadas ou não tombadas, principalmente aquelas em cenário de estagnação econômica.

Um desses casos foi da cidade de Lençóis, que será mais aprofundada no capítulo 5, e também da cidade de Goiás. Dessa iniciativa surge a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT). A organização investiu em ações que resgataram iniciativas culturais da cidade, como saraus e manifestações folclóricas e que ajudaram a retomar a identidade regional da cidade, desde a origem da formação cultural do povo goiano. “Nós vimos que o futuro de Goiás era o passado”. (DELGADO, 2005, p. 121). Ambas as organizações ajudaram a intermediar o tombamento das cidades, melhorando a comunicação entre as duas esferas que, desde a criação do órgão de patrimônio, tiveram diversos desacordos.

É interessante notar que mesmo que o IPHAN ainda não previsse o turismo cultural como uma iniciativa de unir o desenvolvimento econômico com a preservação do patrimônio, algumas dessas organizações regionais já estruturavam ações sem o auxílio do órgão nacional. Apesar de ainda vermos uma prevalência dos valores do IPHAN na proteção de bens das cidades, principalmente em relação à seleção estética dos bens, a união de ambos os interesses, alinhados em ações conjuntas, mostram iniciativas mais eficientes

na preservação das cidades históricas, diferente de situações onde, como consequência dos conflitos de interesse, chegaram a atitudes extremas, como os casos de demolição em São João del-Rei, nas primeiras décadas, e Mucugê, já na década de 70, ou no investimento de obras de restauro e infraestrutura turística que não impactaram direta e positivamente toda a população, como no caso de Porto Seguro e Igarassu.

• • •

Vimos, até aqui, que houve uma priorização de um estilo estético nos processos de tombamento das cidades históricas e que, apesar de ter sido flexibilizada com as novas ideias sobre patrimônio cultural nas décadas de 60 e 70, o impacto desses critérios continuaram presentes na seleção das cidades. Por conta da valorização das características estéticas, o patrimônio das cidades voltou-se principalmente para seu aspecto visual, como as fachadas e até a monumentalidade. Entretanto, o espaço urbano vai além dessas características e por não ser entendido como um objeto que constantemente se transforma, desenvolveu-se de maneira distinta na periferia e no centro histórico, além da própria evolução da cidade voltar-se como uma ameaça ao patrimônio tombado, por ser incompatível com o pensamento do SPHAN. Podemos ver também que a falta de percepção das constantes transformações da cidade foi um fator decisivo tanto para a seleção dos bens, na primeira fase, como também marcou uma tendência de tombamentos reativos ao invés de preventivos e que acabou causando alguns danos na preservação das mesmas.

O fachadismo também foi muito explorado pelo turismo, atividade que criou um novo uso nas cidades. O mecanismo que contribuiu para o seu desenvolvimento também acabou tornando o patrimônio, ou o imaginário dele, em um produto mercadológico. Desacompanhado de outras políticas de planejamento, o uso social dos bens acabou marginalizado em algumas situações, afastando a população local de estabelecer valores com seu patrimônio local.

Os moradores também não foram considerados, além das iniciativas turísticas, como parte da discussão das políticas de preservação e na identificação de valores no espaço tombado. Vimos que as cidades que tiveram certa mobilização popular apoiaram mais o tombamento, mas, geralmente, os processos priorizaram principalmente os interesses dos membros do órgão de patrimônio e, em alguns casos, isso provocou a situação inversa gerando questionamentos diretos da população sobre a importância do tombamento na cidade.

Essas análises serão vistas mais de perto nos próximos capítulos, onde dois estudos de casos mostrarão como esses padrões analisados expressaram-se no tombamento de quatro cidades.

Capítulo 5

O patrimônio regional e o conflito de valores na Chapada Diamantina: os casos de Lençóis e Mucugê

As políticas de patrimônio em suas primeiras décadas de criação voltaram-se, principalmente, à salvaguarda da arquitetura barroca e colonial mineira, como já visto durante o desenvolvimento desta pesquisa. Foi apenas na década de 70 que vimos, através de eventos nacionais e internacionais como o Encontro de Governadores (1970-71) e o Programa de Cidades Históricas (1973), que o discurso do patrimônio nacional começa a buscar novos valores, destacando entre eles o valor regional. É neste cenário nacional que a maioria dos sítios urbanos tombados não são mais mineiros. Nele, principalmente a região Nordeste, começa a receber bastante atenção pelo órgão nacional e com isso muitas cidades se beneficiaram com as políticas de patrimônio, incluindo cidades da Chapada Diamantina, onde Lençóis e Mucugê se localizam.

Desenvolvidas em um mesmo contexto econômico – o ciclo de extração de diamantes no século XVIII – suas semelhanças ajudaram na identificação de seus núcleos urbanos como patrimônio nacional, mas tomaram rumos bastante diferentes em seus processos de tombamento. Assim, além de analisar o cenário brasileiro e os motivos que levaram o IPHAN a entender como e por quê essa materialidade “transmitiu um sentido de passado histórico” (BRITO, 2013b, p. 104) que as fizessem ser cidades reconhecidas como patrimônio nacional, o objetivo desse capítulo é apresentar, a partir das análises já feitas na pesquisa, esse novo valor regional do patrimônio, conceito criado e delimitado pelo homem, e as mudanças

Contexto histórico

Imagem 38: Recorte do Jornal do Brasil retratando o investimento de três estados do Nordeste na atividade turística. Fonte: Jornal do Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3bU-VEs>

Alagoas já tem plano para turismo

HOTELS

Para facilitar a atividade turística, o Estado, especialmente Natal e as cidades maiores — Mossoró, Caicó e Currais Novos — conta com uma boa rede hoteleira e de pousadas, a preços variáveis. Três rodovias federais de boa qualidade — juntamente com outras estaduais do mesmo nível — garantem uma fácil e rápida ligação com

Ainda na escala nacional, esses projetos do regime militar aconteceram junto com a reformulação de novos critérios de seleção e organização do patrimônio pelo IPHAN, da influência das novas cartas patrimoniais e da defesa das “culturas regionais”, da descentralização da administração do patrimônio e do turismo cultural como auxílio do desenvolvimento econômico local. A criação do PCH em 1973 para financiar projetos de restauração e requalificação de cidades no Nordeste inserem a região cada vez mais no cenário do patrimônio nacional. Um dos destaques do financiamento do Programa é o próprio estado da Bahia que, junto com Pernambuco, captaram a maior porcentagem de recursos do programa²⁹. O seu destaque, nesse período, mostra-se relevante tanto por ser um foco pessoal de Soeiro na preservação do patrimônio (BRITO, 2013a), mas também pela iniciativa do governador do estado, Antônio Carlos Magalhães, que dedicou grandes investimentos para a área da cultura com a justificativa de defender os interesses da Bahia, a “baianidade”, dentro do patrimônio nacional.

29. Segundo Sandra Correa (2016), os estados da Bahia e Pernambuco arrecadaram aproximadamente 15% dos recursos do Programa, enquanto outros estados atingiram retornos de 2% a 3% e de 5% em alguns casos. Ver mais em CORRÊA, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ro2PcY>>

O histórico do estado baiano com o patrimônio surge já nas primeiras décadas do século XXI. Como precursor na discussão do patrimônio, foi o primeiro estado voltado para a construção de seu próprio inventário do patrimônio estadual e regional³⁰. Em 1927, após a sanção da Lei 2.032 de 8 de agosto do mesmo ano, foi criada a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais da Bahia que, apesar de não ter sido tão expressiva no quesito de proteção do patrimônio, uma vez que seu regulamento não era considerado constitucional (RUBINO, 1991), mostra o início de uma tendência estadual de pesquisa e atuação voltada ao patrimônio. Outras iniciativas foram criadas posteriormente à Inspetoria, como a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (hoje Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC)³¹ e do Conselho Estadual de Cultura, ambos criados em 1967. É na década de 70, entretanto, que esse projeto alcançará uma maior efetividade nos seus resultados, já em outro cenário político nacional, onde surge uma “política seletiva do patrimônio como ação intencional de produção da memória” (BRITO, 2013b, p. 114) por parte do órgão nacional.

30. Segundo Paulo Azevedo (1987), o Inventário realizado pelo Instituto, com parte dos recursos recebidos do PCH, foi por muito tempo considerado um modelo único de cadastro não apenas os bens tombados, “pelo contrário, [...] um momento de descobrimento das riquezas culturais que o estado da Bahia como o todo”. Ainda, o inventário foi exaltado tanto por intelectuais

quanto pela imprensa, como escrito em uma reportagem do jornal Folha de São Paulo, em 14 de dezembro de 1980: “Trata-se – com perdão do clichê – de um trabalho de fôlego que, pelo critério e a meticulosidade com que vem sendo desenvolvido, dá a impressão de que nada de ponderável deixou de ser registrado e esmiuçado pelos seus autores [...] e que deve ser considerado, por isso mesmo, um exemplo e um modelo a ser seguido pelos órgãos culturais”. Disponível em: <<https://bit.ly/3bXAFp5>>

31. “O IPAC, criado através da lei nº 2.464 de 13 de setembro de 1967 e regulamentado pelo decreto 20.530/68, foi um dos órgãos pioneiros na preservação estadual no Brasil, juntamente com o Condephaat.

Antônio Carlos Magalhães (ACM, como era conhecido) foi, inicialmente, prefeito de Salvador e em 1971 foi eleito indiretamente pelo então presidente Médici para assumir o governo do estado da Bahia. “A sua administração da prefeitura de Salvador proporcionou a Antônio Carlos Magalhães uma visibilidade nacional, sobretudo no partido governista do regime, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que defenderia sua indicação para o Governo do Estado da Bahia em 1971” (PEREIRA, 2007 *apud* BRITO, 2013b, p. 116). Assim como o regime militar, do qual ACM era grande apoiador, seu governo também reproduziu, em seu estado, algumas diretrizes do nacional-desenvolvimentismo: além de incentivar a atividade industrial dentro de diversos investimentos no estado, a cultura também foi um setor que recebeu destaque dos investimentos estaduais, uma vez que também acreditava no setor turístico e cultural como um vetor capaz de ajudar a gerar o desenvolvimento do estado. Um de seus temas recorrentes é o reconhecimento do passado baiano e da “baianidade” como parte do legado histórico nacional, como podemos ver em seu discurso no II Encontro de Governadores:

“É uma honra para a Cidade do Salvador ter sido escolhida pelo Sr. Ministro da Educação para sede deste grande conclave. Se é verdade que o ambiente se presta e a riqueza do nosso patrimônio fez com que a Bahia se tornasse uma sede natural, também é verdade que a escolha por parte do Sr. Ministro da Educação impõe, a nós outros, compromissos mais solenes e os mais importantes, para que lutemos cada vez mais para preservar o patrimônio histórico que temos. Assim, meus amigos, a Bahia tem, como disse, um cenário muito próprio.” (Anais do II Encontro dos Governadores, 1971, p. 53)

Um dos símbolos que indicam a vitória do projeto de valorização da cultura regional da Bahia e também de sua grande aproximação com o governo dos militares foi a elevação da cidade de Cachoeira a monumento nacional, através do decreto-Lei 68.045 de 13 de janeiro de 1971, assinado pelo presidente Médici. Não é à toa, também, que Salvador foi escolhida para sediar o segundo encontro dos governadores. Entre o primeiro e segundo mandato de ACM, os sítios urbanos tombados foram: Cachoeira, em 1971; Lençóis e

Porto Seguro em 1973; Mucugê, Rio de Contas e Itaparica em 1980; e por fim, Santa Cruz de Cabrália, em 1981, (BRITO, 2013b). Destas cidades, três estão localizadas na região da Chapada e é nesse contexto que ela passa a ser “redescoberta” por seu patrimônio arquitetônico e natural.

A região da Chapada Diamantina foi lentamente ocupada, no início do século XVIII, devido à procura de ouro em outras partes do país para além de Minas Gerais e, posteriormente, famílias de coronéis lá se instalaram para desenvolver a atividade pecuária. Entretanto, foi com a descoberta de diamantes no rio Mucugê, em 1844, que a região teve uma rápida e crescente ocupação por uma mistura de diversos grupos que para lá se mudaram em busca de melhores condições de vida e enriquecimento rápido através da nova atividade mineradora. Segundo Brito, “famílias baianas do Recôncavo e mineiras do Grão-Mongol [Minas Gerais] seriam os principais grupos povoadores da região, embora este último mereça destaque, compreendendo que a atividade diamantina induziu a migração dessas famílias vindas principalmente de Tejuco [atual Diamantina], devido à continuação nas lavras das atividades comerciais e mineradoras já existentes no antigo arraial da província das Minas Gerais” (BRITO, 2013b, p. 108). Sendo assim, vemos que a região foi formada por aglomerados populacionais de diferentes culturas, principalmente mineiras e baianas, dando origem aos núcleos urbanos que ajudaram a criar e moldar os limites da região da Chapada Diamantina, sendo o primeiro deles a Vila Santa Isabel de Paraguassu, atual Mucugê, em 1847, e a Vila Comercial dos Lençóis (hoje só Lençóis), antes distrito da Freguesia de Santa Isabel e elevada à vila em 1856.

■ Lençóis

Um dos principais incentivos para essa “descoberta” da região não surgiu por parte do governo estadual ou do IPHAN, mas pela população local de Lençóis. A cidade foi pioneira em vários aspectos,

principalmente por ser a primeira cidade, dentre as 12 tombadas até 1973, cuja proposta de tombamento não partiu dos técnicos, mas dos próprios moradores, fato marcado nas primeiras páginas do caderno de tombamento da cidade. O pedido foi apresentado no II Encontro de Governadores, em Salvador, e, após a reunião, diversos intelectuais perceberam que esse tombamento de sítios urbanos poderia ser estendido para as demais cidades da Chapada Diamantina, como Mucugê, Rio das Contas e Igatu.

Lençóis, assim como Mucugê, foi formada principalmente pela descoberta de diamantes na região da Chapada Diamantina. Construída de forma rápida e sem planejamento devido a grande procura pelos recursos disponíveis na região, do mesmo jeito que teve uma acelerada e crescente ocupação, após cinquenta anos de sua elevação à cidade em 1864, a cidade viu-se esvaziar rapidamente após a escassez do minério, chegando a um quarto da população atingida no ápice da atividade mineradora.

32. Fernando Leal foi um dos historiadores pertencentes ao IPAC e se debruçou sobre o patrimônio da Chapada Diamantina. Escreveu um artigo sobre Lençóis, analisando sua trajetória desde a criação da vila até a solicitação do tombamento pelos moradores. Para ver mais, acesso em: <<https://bit.ly/3OW81TM>>

Segundo Fernando Leal³², o primeiro nome da cidade, “Vila Comercial dos Lençóis”, teve grande vínculo com a principal atividade desenvolvida na vila no período de mineração dos diamantes. O aglomerado era, na grande maioria, composto por comerciantes (o número de garimpeiros era bem inferior quando comparado com a quantidade de comerciantes na cidade), sendo um local expressivo nacionalmente na comercialização dos diamantes. Em seu texto, Leal cita Gonçalo de Athayde Pereira que diz sobre a cidade: “Lençóis foi sempre o centro importante de fortes operações comerciais, não só pelo seu desenvolvimento como por ser ali o lugar escolhido para residência de grandes comerciantes de pedras preciosas, alguns vindos de Santa Isabel, onde primitivamente se fazia tal comércio em grande monta [...] A exploração diamantífera, a princípio, e a do carbonado mais tarde, iriam condicionar a vida da cidade” (LEAL, 1978, p. 116).

Por conta da mistura de diferentes culturas e classes sociais, desde garimpeiros até famílias aristocráticas que se interessaram pela região, essas diversas influências externas ajudaram a formar a

cidade ao longo dos anos, e esses reflexos podem ser vistos na arquitetura local. Nas casas mais modestas estão presentes ainda características da arquitetura do período colonial, influência dos emigrantes mineiros, enquanto os grandes casarões, de proprietários com mais posses, já apresentavam características do chamado “momento revivalista”, com características do neoclássico, neogótico e também do eclético (MANGILI, 2013). A principal tipologia dos edifícios do século XIX, construídos para uso somente residencial, é geralmente formada por casas térreas e de pequenas dimensões, geminadas e alinhadas – as casas exclusivamente residenciais mas de porte maior geralmente são mais recentes, já datadas do final do século XIX ou começo do século XX. Em relação às casas de uso misto, ou seja, habitacional e comercial, a tipologia prevalente na cidade, variam entre gabarito térreo e de dois pavimentos. As construções eram na maioria feitas de alvenaria de pedra, de adobe e, em alguns casos, também eram feitas com estruturas autônomas de madeira (LEAL, 1978).



Imagem 39 e 40: Praça Horácio de Matos, mostrando parte da tipologia da cidade composta por sobrados. Fotos tiradas na década de 70 e 80. Fonte: IBGE e IPAC-BA.



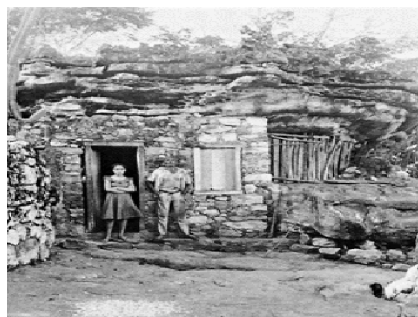
Imagem 41 e 42: Praça do Rosário (à esquerda) e Praça Otaviano Alves, atual sede da Prefeitura Municipal (à direita). Ambas as figuras mostram parte da arquitetura da cidade, como a arquitetura eclética. Fonte: LEAL, 1978.

Imagem 43: Fotografia aérea da cidade, tirada do Bairro de São Félix. Fotografia da década de 70-80. Fonte: IPAC-BA.



A cidade de Lençóis, assim como Mucugê e outras cidades da Chapada Diamantina, também acomodava em seu território abrigos gerados como fruto da geografia acidentada e da economia da região, um “tipo de habitação transitória, semelhante à de um troglodita” (LEAL, 1978, p. 132). Conhecidos como “locas” ou “tocas”, esses abrigos são construídos a partir do espaço de cavernas ou “lapas”, e protegidos por alvenaria de pedra seca, deixando apenas um espaço aberto, o da porta, para entrada e saída. As paredes eram rejuntadas com barro na parte interior para estancar o ambiente interno e o teto, onde não era feito o rejunte, era responsável por garantir a ventilação e a iluminação do espaço, uma vez que a alvenaria de pedra permite a criação de pequenos espaços corridos. Geralmente possuem de um a dois ambientes.

Imagem 44 e 45: Tocas ou locas fotografadas na cidade de Igatu, à esquerda, em 1979, e à direita, nos anos 2000. Fonte: BRITO, 2013a e ArchDaily, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Rjq9ZA>



No final do século XIX e começo do XX, o mercado de diamantes começa a apresentar as suas primeiras fragilidades na região da Chapada, seguido de um constante declínio: primeiro, pela grande exploração dos recursos de maneira desenfreada, considerando que o recurso é finito; e segundo, porque a descoberta de reservas de diamantes no Cabo da Boa Esperança, na África do Sul, fez com que o preço do cristal baixasse no mercado internacional, principalmente o europeu, importante cliente da região. Com o declínio da atividade garimpeira e das lavras diamantinas, a cidade entrou em decadência social, com uma queda expressiva no número de habitantes, e econômica, uma vez que a atividade comercial não era mais tão rentável e muitos acabaram vendendo ou mesmo abandonando suas casas. Segundo Liliam Santos (2006), os poucos comerciantes que conseguiram se estabilizar e permanecer na cidade começaram a comprar dos imóveis abandonados as esquadrias, portas e telhados para comercialização, esquema que contribuiu com o cenário de arruinamento da cidade. Um dos poucos locais ditos “modernos”, o “único estabelecimento bancário é a agência do Banco do Brasil, instalada em prédio moderno; o banco possui terreno cercado por tapume, resultante da demolição de prédios antigos, na praça Horácio de Matos, esquina com a Av. Rui Barbosa”. (LEAL, 1978, p. 140). Sem nenhuma proteção do patrimônio, como vimos no trecho, alguns terrenos foram descaracterizados pela instalação desse novo prédio “de arquitetura duvidosa” para funcionamento da agência bancária; esse evento incentivou o tombamento preventivo da cidade para que outros terrenos não sofressem a mesma consequência. Em Mucugê, entretanto, o mesmo cenário causou outras consequências à comunidade, como veremos mais à frente.

Foi nesse momento de arruinamento que a cidade foi inscrita pelo prefeito da época, Olímpio Barbosa Filho, no programa de cooperação Aliança para o Progresso do Governo dos Estados Unidos da América, com o objetivo de promover ajuda ou amparo a projetos comunitários. Segundo a pesquisa de Liziane Mangili³³, três representantes

Imagem 46: Prédio do Banco do Brasil em Lençóis. Fonte: IPHAN. Disponível em: <https://bit.ly/2qt7vD9>



33. Liziane Mangili é doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Em sua defesa de doutorado, apresentou a tese “Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)” onde relata, com detalhes, sobre o processo de tombamento da cidade de Lençóis, sendo importante referência no assunto. Ver mais em: MANGILI, Liziane (2015).

foram enviados à cidade entre os anos de 1969 e 1973 e cada um desenvolveu projetos dentro de suas áreas de conhecimento. Um deles foi Steve Horman, que envolveu a população para pensar em projetos relacionados à economia local com o intuito de recuperar a cidade nesse quesito. Horman teve muito mérito em mobilizar a população a fim de organizá-la comunitariamente e conseguir alcançar objetivos comuns em prol do desenvolvimento social e econômico. Seu movimento, chamado de Movimento Criatividade Comunitária (MCC), dividiu a comunidade em catorze categorias sociais que incluíam áreas como saneamento, saúde e educação. Entre elas, uma organizou-se em uma ação de restauração dos antigos lampiões da cidade, devolvendo-os às fachadas dos edifícios do conjunto urbano. Desses projetos, surgiu a ideia de levantar análises sobre o patrimônio da cidade e solicitar o tombamento ao IPHAN.

(...) vimos ao encontro de Vossa Excelência rogar o amparo do Ministério da Educação e Cultura para a campanha que estamos empreendendo no sentido da restauração histórica da antiga capital do diamante da Bahia e da recuperação econômica do seu povo que, após a Revolução de 1930, entrou em desoladora decadência.” (Processo de tombamento da cidade de Lençóis, nº 847-T-71, p. 2 *apud* MANGILI, 2013)

O grupo integrante era bastante heterogêneo, o que pode justificar a avaliação positiva do projeto pela maioria da população, sendo fundamental para garantir seu apoio, apesar de existir uma pequena parte que não concordava com essa nova política. Essa mistura de vivências ajuda a entender e identificar os valores das diferentes culturas da cidade que justamente surgiu da mistura de várias regiões e possibilitou a formação desse olhar visionário do grupo, que conseguiu compreender o patrimônio não só pelos fatores materiais e imateriais, mas principalmente conseguiu identificar valores de diferentes grupos sociais, “antecipando em algumas décadas mudanças tipológicas no campo patrimonial” (MANGILI, 2013, p. 12).

“É bem possível que existe pessoas da cidade que consideram seu Tombamento como Monumento Histórico nacional, um grande passo para traz. Mas gostaria de responder a eles que Len-

çóis com suas paisagens deslumbrantes, seu conjunto neo-colonial, suas festas e tradições e a hospitalidade do seu povo consta uma verdadeira riqueza praticamente incomparável no Estado da Bahia.” (Carta de Steve Horman enviada à Câmara Municipal de Lençóis. In ARAÚJO, NEVES, SENNA, 2002, p. 207 *apud* MANGILI, 2013, p. 11)

O texto elaborado pelo grupo para o tombamento apresenta diversos pontos relacionados à evolução da cidade e sua importância histórica como capital do diamante, abordando uma narrativa de importância nacional e também citando o grande valor da história do povo, ou seja, o valor regional e cotidiano da cidade para aquele lugar. Além disso, outros bens são enaltecidos no relatório, incluindo a própria paisagem natural da Chapada Diamantina, as festas tradicionais, eventos católicos e também o “Jarê”, uma prática religiosa de matriz africana muito presente na região. Todos esses pontos levantados já mostram a preocupação em abordar diversas crenças, materialidades e classes da cidade. É possível observar que, pelo caráter inovador da solicitação, alguns detalhes não são esclarecidos no processo como “o que e para que se pede” o tombamento, mas apenas solicita, principalmente, o amparo do governo para proteger a cidade e patrocínio para sua realização (MANGILI, 2013); além disso, o pedido foi diretamente encaminhado ao MEC e não ao IPHAN. Esses detalhes, fora do padrão dos processos de solicitação de tombamento realizados pelos membros do IPHAN desde a criação do órgão, mostram como foi pouca a abertura e a comunicação com a sociedade civil para participação da seleção do patrimônio nacional.

“O Poder Executivo de Lençóis, que abaixo assina a presente, ao tomar conhecimento da iniciativa que um grupo abnegado de cidadãos, filhos desta terra uns, e outros residentes, leva a efeito no sentido de que sejam preservados, resguardados, mantidos e apropalados todos os faustos de nosso passado pleno de heroísmo, cultura e labor, e, considerando ser um dever precípua do poder público apoiar, incentivar e aplaudir, de todas as formas, as medidas que a própria Constituição Federal (parágrafo único do art.º 180 da emenda n.º 1) considera, estatui norma que visa, com justiça, esta preservação” (Anais do II Encontro de Governadores em Salvador, 1971, p. 291)

Mesmo que a população tenha sido organizada pela comissão americana, a elaboração da solicitação foi creditada ao grupo formado por “elementos da mais nova geração com uma imensa esperança do futuro” (Processo de tombamento da cidade de Lençóis, nº 847-T-71, p. 1 *apud* MANGILI, 2013). Essa identificação é bastante positiva pois coloca as comunidades em um espaço que antes era ocupado apenas pela classe intelectual.

A industrialização e o novo cenário econômico internacional colocaram em pauta outro uso para o patrimônio: o econômico e o turístico. Reforçado pelas Normas de Quito, cabia aos conjuntos históricos explorar esse setor como forma de auto sustento do patrimônio local. Em Lençóis, a estratégia, apesar de não ser o principal motivo, não poderia ser diferente senão a abertura ao setor turístico. O material criado também contou com narrativas para mostrar a contribuição turística que a cidade poderia gerar à EMBRATUR e também ao órgão de turismo do estado da Bahia, a BahiaTursa. A relação entre patrimônio e turismo estreitou-se de maneira que a cidade oficializou a criação, em 1962, de um Conselho Municipal de Turismo de Lençóis, que tinha como objetivo “a preservação de todo patrimônio histórico e cultural da terra”, e foi destacada no II Encontro de Governadores, em Salvador, na apresentação de Lençóis à comissão.

“É inegável o acervo cultural e riquezas naturais que fazem da nossa cidade e mesmo da nossa região - Chapada Diamantina - um Centro Turístico por excelência, atualmente bem servido pela BR-242 (Salvador- Brasília).” (Anais do II Encontro de Governadores em Salvador, 1971, p. 292)

I Mucugê

A partir do caso da cidade de Lençóis, marco para tombamento de sítios urbanos da Chapada Diamantina, outras cidades também entraram no cenário das políticas de patrimônio e turísticas nacionais. Mucugê foi a terceira cidade a ser tombada na Chapada Diamantina, depois de Rio das Contas e, apesar do pedido de seu

tombamento ter sido solicitado na década de 1970, foi concluído apenas em 1980. A evolução da cidade é muito parecida com a de Lençóis, formada e desenvolvida pela descoberta, extração e grande comercialização de diamantes na região, e também sofreu as consequências sociais e econômicas com seu declínio, no século XX. Por conta disso, o cenário da cidade, na época do tombamento, era composto de diversas edificações em ruínas devido ao abandono da emigração de grande parte da população para a capital baiana e para outros estados mais próximos.

Um dos elementos que justificaram o tombamento de Lençóis e que foi muito presente no processo de tombamento de Mucugê foi a inclusão da paisagem natural da Chapada Diamantina como um dos valores presentes no patrimônio da cidade. A inclusão desse valor foi um dos novos conceitos, fruto dos debates internacionais sobre o patrimônio cultural que surgiram na década de 60 e que passa a entender a paisagem como uma resultante da ação cultural do homem com os elementos naturais. A ocupação urbana motivada pela mineração ajudou a formar essa paisagem da Chapada, ao mesmo tempo que a paisagem foi fator fundamental para moldar a cidade como ela é hoje, criando essa mistura de arquitetura vernacular regional adaptada à paisagem rochosa. Esse reconhecimento da relação entre ambiente natural e ambiente construído ajuda o patrimônio cultural a alcançar uma grande expressividade de seus valores (BRITO, 2013a). “Um conjunto muito harmonioso de arquitetura espontânea em que o homem apenas completa a obra da natureza, [Mucugê] des-



Imagens 47 e 48: Praça Coronel Propércio (à esquerda) e Rua Rodrigues Lima (à direita) na década de 70. Fonte: IPAC-BA.



Imagens 49 e 50: Praça Coronel Douca, atual Praça 15 de Novembro (à esquerda) e Rua Rodrigues Lima (à direita) na década de 70. Nelas, é possível ver a presença da paisagem da Chapada Diamantina na cidade.
Fonte: IPAC-BA.

perta a atenção do visitante por dar a impressão de estar encravada entre as rochas” (Processo sobre o tombamento de Mucugê, 1977, p. 7 *apud* BRITO, 2013a, p. 84).

O processo de tombamento de Mucugê também apresenta um tom de preocupação com a preservação da paisagem da Chapada, como relatado no próprio documento, que é ameaçada pela “destruição sistemática de paisagem natural [...] função direta das facilidades de acesso, de tal modo que nas zonas próximas à capital praticamente só restou aqueles monumentos formalmente tombados” (Processo do tombamento de Mucugê, 1977,

p. 4 *apud* BRITO, 2013a, p. 88). Assim, além da exaltação da beleza da paisagem exótica com a formação da cidade, também há a preocupação de protegê-la de possíveis destruições pelo acesso facilitado da rodovia nacional, mesmo que a cidade estivesse acomodada em uma estagnação econômica. Vemos que, em comparação com as primeiras décadas dos processos de tombamento, nos quais um dos critérios de seleção das cidades era seu afastamento de grandes centros urbanos, o órgão teve que adaptar sua percepção às novas dinâmicas.

Como bem previsto, esse acesso facilitado foi de agrado à instalação de comércios e outros equipamentos na região, com destaque especial à instalação da agência do Banco do Brasil na cidade de Mucugê. O espaço de interesse para sua construção seria um terreno onde já estavam construídos dois casarões abandonados do

século XIX e a proposta do banco era destruí-los para dar espaço à construção de um novo edifício, na justificativa de que a disposição do antigo casarão dificultava as operações do banco. Tendo em vista que o serviço em questão transformaria um edifício em estado de abandono em um novo edifício reconstruído e também tornaria-se um símbolo tanto de infraestrutura turística quanto de desenvolvimento da cidade, a vinda agradou a população no primeiro momento.

A ameaça de destruição desses casarões oitocentistas para construção de uma agência bancária alertou o órgão para impedir que o processo se iniciasse, uma vez que a experiência com a cidade de Lençóis, que de fato teve um de seus casarões destruídos antes do tombamento da cidade, não foi positiva no aspecto da preservação. O IPHAN, querendo prevenir isso, entrevistou na cidade para impedir a demolição do edifício e iniciar o processo de tombamento o quanto antes. Além do fator histórico dos casarões em si, a justificativa era que, no caso de Lençóis, o novo edifício construído destoava do conjunto arquitetônico da cidade, desprovido de qualquer valor de patrimônio (LEAL, 1978, p. 116). Segundo Brito (2013a) o banco atendeu aos pedidos do IPHAN³⁴ em relação às demandas de restauro e readequação do edifício ao invés da demolição, e propôs construir “uma edificação dentro do padrão das demais, com recursos do município e utilizá-la como uma espécie de “mercado de artesanato” para valorizar o trabalho dos moradores da região” (PEREIRA, 2010, p. 104). Entretanto, o órgão não aprovou o projeto, o que desagradou tanto a gestão pública quanto os próprios moradores da cidade.

“Denunciando a “destruição sistemática da paisagem natural a cultural” da Chapada Diamantina, a mais particularmente, no presente caso, do aspecto tradicional da cidade de Mucugê - venho - solicitar de V.S., com justificado empenho, suas eficazes e urgentes providências junto ao senhor Presidente do Banco do Brasil, - para a salvação do aspecto externo tradicional de dois sobrados - ora da aludida cidade desapropriados pelo aludido Banco para fins de demolição e surgimento, no local, de novas edificações que os substituem. Ocorre que os sobrados em causa são dos mais significativos de Mucugê incorporados a sua tradi-

34.

“A ameaça de perda de dois prédios importantes, alertada pelo Diretor Regional, devia-se ao fato de que o Banco do Brasil os havia adquirido com a finalidade de demolição e posterior edificação da sede e residência do gerente. Não havendo amparo legal para o órgão impedir a destruição desses sobrados, o então diretor do IPHAN encaminhou à presidência do Banco do Brasil sugestão de restauração e adaptação daqueles imóveis para as necessidades previstas. A anuência por parte do Banco do Brasil ao pedido do IPHAN afastou o perigo.” (SPHAN/ Pró-Memória nº 29, 1984). Vemos também nesse trecho do Boletim do IPHAN que o tombamento como instrumento reativo à ameaça que o banco representou aos sobrados.

ção arquitetônica e constituído, dentro de um critério relativo, é verdade, mas altamente válido, dois documentos dignos de preservação." (Processo do tombamento de Mucugê, 1977, p. 4 *apud* BRITO, 2013a, p. 89)

Esse descontentamento pode ser visto em uma declaração do prefeito de Mucugê em exercício no período ao jornal Folha de São Paulo, Antônio Carlos Medrado, e que representou o pensamento de parte da população de que de nada adiantaria preservar o casario e investir no turismo se, assim como em cidades próximas, o crescimento econômico for pequeno. Assim, a retirada do Banco representou à população um impeditivo ao desenvolvimento local, uma vez que o tombamento foi entendido como congelamento da cidade e restrição para futuros novos comércios.

"Conheço algumas cidades tombadas, pelo Patrimônio Histórico, como Lençóis e Cachoeira, aqui na Bahia, que pararam no tempo. O turismo não lhes deu nada e elas economicamente estão falidas. Agora pergunto: quem seria capaz de viajar 450 quilômetros, de Salvador, 92 deles em estrada de barro, para visitar esses casarões velhos e feios? Se o número de turistas, em Lençóis e Cachoeira, que são mais próximas e mais importantes, é insignificante, imagine o que sobrá para nós." ("O inútil fim das antiguidades". Folha de São Paulo, 07 de setembro de 1980)

É válido destacar que por trás da afirmação do prefeito existiam interesses econômicos e políticos, uma vez que a família Medrado, da qual o prefeito faz parte, era bastante imponente na política da cidade, relação que surgiu do forte coronelismo em Mucugê principalmente no período das lavras diamantinas. Entretanto, o discurso não deixa de refletir um pensamento bastante comum entre poder público regional e sociedade civil de que o tombamento e a preservação cultural estão em lados opostos do desenvolvimento de atividades econômicas. Apesar da falsa culpa atribuída ao IPHAN como responsável por causar um cenário de estagnação, uma vez que a própria cidade passou anos estagnada economicamente, dependendo apenas da atividade pecuária e sem ter tido contato com o órgão de preservação até então, essa interpretação tem certa legitimidade quando levado em conta alguns padrões de tombamento das cidades desde o início da década de 30, onde

as cidades, entendidas como monumentos, eram regulamentadas com políticas que tentavam congelar o espaço urbano, mantendo-o como uma obra de arte e não um lugar de vivência e convivência.

Segundo Brito, o órgão realizou um evento, ainda durante o processo de tombamento, com a população para esclarecer o objetivo de reconhecer a cidade como patrimônio nacional. Os técnicos teriam apontado os benefícios que a preservação traria à cidade, dentre elas a restauração dos casarões e a melhoria na infraestrutura urbana, tanto para transformá-la em atrativo turístico quanto para a manutenção do próprio patrimônio em si. Apesar desse contato inicial, a falta de iniciativa do órgão com o edifício abandonado fez com que a população abarcasse o discurso do prefeito e, em resposta a essa atitude, os moradores a próprio punho derrubaram o casarão onde iria ser instalada a agência do Banco do Brasil, em uma ação simbólica de mostrar a priorização do desenvolvimento econômico em prol da preservação do edifício.

“Então – provavelmente, de raiva – os administradores locais ou regionais exercem o seu dinamismo ordenando que as picaretas do progresso desabem sobre aquelas velharias que, com a sua presença acintosa, estão impedindo que ali se estabeleçam o desenvolvimento e a riqueza. A curto, médio e longo prazo.” (“O inútil fim das antiguidades”. Folha de São Paulo, 07 de setembro de 1980)

Atualmente, o espaço demolido continua vazio e em processo de embargo pela justiça, mas acabou por tornar-se um espaço simbólico à população sobre essa revolta perante as ações do IPHAN. Hoje, no local, ocorrem atividades temporárias, como feiras. A rua lateral do imóvel também foi batizada em sua homenagem, Travessa do Banco

Imagens 51 e 52: O sobrado em questão, antes da demolição (à esquerda) e o lote atual (à direita). Fonte: BRITO, 2013a, p. 90 e Google Street View.



do Brasil, mostrando como a dinâmica da cidade também faz parte da construção do patrimônio do lugar.

É inegável a importância do tombamento da cidade pelo IPHAN e dos projetos de preservação e revitalização elaborados para garantir a sobrevivência da arquitetura oitocentista da cidade. A presença do IPHAN até hoje é vista pelos moradores como uma salvação que ajudou a reerguer as dinâmicas social e econômica da cidade na época (PEREIRA, 2010). Entretanto, vemos que a falta inicial de um contato mais próximo com a população e a falta de clareza sobre outras medidas que relacionem o desenvolvimento econômico e social com a preservação cultural acabaram transformando o discurso do órgão de patrimônio muito mais impositivo e menos participativo para e com a comunidade. Ou seja, sob o ponto de vista dos moradores, o tombamento, desacompanhado de outras políticas de planejamento, acaba reforçando ainda mais o pensamento que o instrumento “congela” a cidade e não “preserva”.

• • •

Apesar de na década de 70 os discursos de seleção do patrimônio proporem “leituras mais abrangentes, que não se limitem aos conceitos tradicionais de história e de arte” (FONSECA, 2007, p. 242), é possível perceber que as cidades do ciclo de ouro mineiro continuaram servindo de critério para seleção e tombamento de novas cidades também no caso da Chapada Diamantina: mesmo apresentando características inovadoras em relação ao padrão de seleção do IPHAN das primeiras décadas, o valor de excepcionalidade e estético em relação ao estilo mineiro foi soberano no discurso de seleção dessas cidades históricas. “O discurso patrimonial além de paradoxal, se mostra homogeneizador, produzindo muitas vezes uma determinada representação exclusiva de uma nação, estado ou região, preterindo demais processos socioculturais” (BRITO, 2013b, p. 126).

A cultura mineira foi um dos componentes que ajudou a formar e a moldar as cidades da Chapada Diamantina, então sua influência e seu reconhecimento são válidos na justificativa do tombamento

das cidades. Entretanto, vemos que essa componente ganhou mais destaque na responsabilidade de ocupar a região e moldar sua formação sociocultural do que as outras influências ali presentes, apagando o grande pluralismo e hibridismo cultural da região. A própria geografia foi descrita como “o prolongamento no Estado da Bahia do sistema orográfico do Espinhaço” (AZEVEDO, 1980 *apud* BRITO, 2013a), ou seja, a própria Chapada Diamantina foi entendida como uma continuidade da cultura mineira em outro estado³⁵.

Vemos, portanto, que há a constante comparação com as cidades mineiras nos processos de tombamento, seja pelo estilo ou pelo valor histórico, uma vez que ambas regiões tiveram origens semelhantes, frutos da atividade de mineração. “As pesquisas para o tombamento das cidades oitocentistas da Chapada Diamantina buscaram, a princípio, um padrão [...] como aquele encontrado nas cidades mineiras. Não encontrando, passou a se valorizar outros elementos de valor histórico e paisagístico” (BRITO, 2013a, p. 82).

Em relação ao valor estético, a arquitetura colonial ganha destaque nos textos sobre o patrimônio dos sítios urbanos da Chapada por conta da proximidade com a arquitetura mineira, apesar de existirem outras expressões arquitetônicas no local. Como o estilo mineiro é considerado o padrão e, a partir dele, são definidos os critérios dos valores do patrimônio, constantemente vemos que a comparação estética entre ambas as arquiteturas acaba reduzindo o valor regional do colonial baiano apenas como uma vertente da arquitetura mineira ou não a reconhecendo como valor estético. Em Mucugê, “alguns edifícios ou igrejas [apresentavam] “pouca expressividade estética de suas igrejas [...] em detrimento ao suntoso padrão mineiro de arquitetura religiosa”” (BRITO, 2013a, p. 82); em Lençóis, “com relação à arquitetura religiosa, para onde convergiam os maiores esforços de embelezamento, muito pouco temos a dizer [...] é de importância secundária” (Processo de tombamento de Mucugê, p. 6-7 *apud* BRITO, 2013a, p. 82).

35.

Amesma comparação foi feita com a cidade de Goiás, antiga capital do estado de mesmo nome, tombada em 1978. Vemos que, mesmo com a busca de uma valorização regional e ampliação dos valores reconhecidos no patrimônio cultural nacional, o acervo ainda estava bastante ligado ao padrão das cidades mineiras, que no caso baiano e goiano, partilham da mesma origem. “Goiás adquire visibilidade quando sua conformação urbana é aproximada (...) a outras “cidades históricas” já consagradas” (DELGADO, 2005, p. 118)

“Porque Lençóis deve ser conhecida como um nobre e raro modelo de cidade feita, refeita, contrafeita ao sabor do povoamento ambicioso, repetindo no século romântico (o XIX) a aventura mineira do século barroco (o XVIII) [...] Não deram para estabelecer uma civilização, como a do ouro. Deram contudo para criar à sua imagem uma sociedade adventícia em transição para uma cultura agarrada ao solo, isolada nas alturas, [...] com aquela amorável desarumação do acampamento que se transformaria em vila, conservando, na irregularidade do traçado e na improvisação do casario, a história da conquista. Há por isso uma inevitável semelhança panorâmica com as velhas cidades mineiras.” (Pedro Calmon, parecer de tombamento. Processo sobre o tombamento da cidade de Lençóis, n. 847-T-71, p. 23 *apud* MANGINI, 2015, p. 101. Grifo nosso).

“O padrão arquitetônico [de Mucugê] é o mineiro: construções mais leves e coloridas, onde os vazios prevalecem sobre os cheios. A estrutura é geralmente em madeira, independente da vedação, que pode ser de pau-a-pique ou adobe. As construções mais antigas são térreas, semelhantes às das zonas auríferas. Os sobrados surgem logo a seguir e seus vãos já denotam influências ora do Neo-Clássico ora do Neo-Gótico, que ali se difundiu muito cedo. [...] Muito frequentes na região, são também os vãos em forma de mitra, uma simplificação do arco ogival, que são encontrados também em Minas Gerais, especialmente em Ouro Preto e Diamantina” (Processo de tombamento da cidade de Mucugê. AZEVEDO, 1980 *apud* BRITO, 2013b, p. 122. Grifo nosso).

Essa diferença entre a arquitetura mineira e baiana, que aqui entendemos como a expressão regional da Chapada Diamantina, mostra que estéticas que fujam do padrão mineiro ainda não são percebidas também por seu valor artístico, apenas por sua característica de diferenciar-se do padrão estabelecido. Além disso, a inscrição de Mucugê e Lençóis foi realizada apenas no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico e não no Livro do Tombo de Belas Artes como as cidades do ciclo de ouro mineiro, sugerindo que o valor estético das construções não foi considerado.

Outro padrão valorizado nesses processos de tombamento é a característica de homogeneidade e harmonia dos conjuntos urbanos, como um padrão a ser valorizado pela cidade. Essa tipologia foi atribuída à estagnação econômica e o isolamento que a cidade sofreu durante décadas e que, de certa forma, garantiu uma “conservação espontânea” da cidade. Ambos fatores foram critérios no tombamento das cidades de Minas Gerais e o padrão se repete na Chapada: no relatório de tombamento de Mucugê, por exem-



Imagem 53: Praça Horácio de Matos, na cidade de Lençóis-BA. Fonte: IPHAN. Disponível em: <https://bit.ly/2qt7vD9>



Imagem 54: Rua Coronel Reginaldo Medrado, na cidade de Mucugê-BA. Foto: Reprodução. Disponível em: <https://bit.ly/3uCoaWC>

plo, a cidade foi descrita como “cidade esquecida”, “semi-arruinada”, sem acesso à infraestrutura básica para uma população em constante declínio (BRITO, 2013a), e que, por conta disso, a cidade “conservou-se melhor que qualquer outra cidade da região” (Processo de tombamento de Mucugê, 1977, p. 6-7 *apud* BRITO, 2013a); já a cidade de Lençóis é descrita pela sua característica “que **conjuga harmoniosamente** os remanescentes setecentistas com a predominância arquitetônica do séc. XIX” (Análise de Lygia Martins Costa, chefe da seção de arte IPHAN, sobre a cidade de Lençóis *apud* MANGILI, 2013, p. 23-24. Grifo nosso).

Assim, vemos que a escolha do que seria preservado foi bastante

limitada pela percepção dos técnicos. Mesmo nos processos em que a seleção foi feita pela própria comunidade a respeito do próprio patrimônio, como foi o caso de Lençóis, houve uma grande diferença na atribuição de valores pelos moradores e pelos técnicos: enquanto os moradores exaltaram diversos níveis de tradição, técnicas e festejos, no caso dos técnicos do IPHAN, apenas o conjunto arquitetônico e seu aspecto material foi mencionado e reconhecido. Isso reflete como o patrimônio era pensado, uma vez que esses valores “intrínsecos” do patrimônio são ditados por regras e estabelecidos sem discussões: mesmo que a percepção do patrimônio tenha mudado ao longo do tempo, ainda há um fator muito forte de excepcionalidade e de autenticidade que reforça um discurso de patrimônio “lógico”, elaborado a partir de um determinado grupo, mas que dita a seleção de muitos outros.

“A questão da atribuição de valor – que hoje nos aparece em toda sua complexidade – não parecia ser, no entanto, até há algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: como já mostramos, a conservação constitui durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por experts, que decidiam o que era (ou não) patrimônio.” (CASTRIOTA, 2009, p. 100 apud MANGILI, 2013, p. 16).

Capítulo 6

A homogeneidade e o hotel moderno: Ouro Preto e Penedo

Outro padrão observado nos tombamentos das cidades históricas é consequência da forte ligação entre o projeto de preservação no Brasil e o movimento modernista. Além da exaltação do estilo colonial mineiro como uma vertente capaz de simbolizar a autêntica arquitetura brasileira do passado, a escolha desse símbolo foi fundamental para estabelecer um discurso associativo entre essa arquitetura e o estilo modernista, que era predominante entre os intelectuais e membros do SPHAN. A integração de ambas as vertentes ajuda a legitimar a corrente modernista como autêntica expressão brasileira do futuro, como se fosse herdeira da arquitetura colonial do passado. Essa iniciativa permitiu que a vertente possuísse o controle de dividir e julgar o universo do patrimônio.

“No estrangeiro, quem gosta de arquitetura moderna detesta tradição e vice-versa. Aqui [no Brasil] foi diferente – o moderno e a tradição andavam juntos. Eu chefiava a Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN. Achava que a arquitetura moderna não devia contradizer nossa tradição” (COSTA, 1997, apud BRENDLE, 2016).

Esse contexto ajuda a entender o padrão de seleção de tombamentos nas primeiras décadas de funcionamento do SPHAN. Além da dualidade estética colonial e moderna, o capítulo refletirá sobre o impacto da inserção dela em “tecidos urbanos fortemente historicizados”: quais foram as preocupações com a inserção de edifícios modernos nas cidades históricas a partir da prévia análise de como ela era entendida nas primeiras décadas, como o caso do Grande Hotel de Ouro Preto; qual a reação da população e, prin-

principalmente, entender qual a estética moderna que representou o imaginário dos membros do patrimônio, uma vez que, a partir do caso do Hotel São Francisco em Penedo, vemos que ele foi muito influenciado pelo regionalismo carioca-mineiro.



Imagem 55: Vista da cidade de Ouro Preto.
Fonte: IPHAN.t



Imagem 56: Vista da cidade de Penedo.
Fonte: Wikipédia. Disponível em: <https://bit.ly/3ysf3bZ>

I Ouro Preto

A cidade de Ouro Preto foi uma das primeiras cidades do país a ser alvo de políticas de patrimônio. Fundada por volta de 1698, em decorrência de uma expedição bandeirante em busca de ouro e diamantes, a ocupação foi elevada à Vila Rica em 1711 e nove anos depois foi escolhida como capital da capitania de Minas Gerais, por conta de sua relevância econômica para o país pela descoberta do ouro. Retomando sua importância como palco de grandes momentos históricos nacionais, como a Inconfidência Mineira, a cidade conservou grande parte de seus edifícios e de sua morfologia principalmente após o declínio da atividade de extração e, em 1933, foi a primeira a ser elevada a nível de monumento nacional por sua importância de “ter sido teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade” (Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933).

Com a criação do SPHAN, em 1937, a cidade, como outras do ciclo de ouro mineiro, tornou-se uma das principais referências nacionais. A cidade, descrita por Motta (1987) como um “laboratório experimental”, espelhava os valores procurados pelos membros do SPHAN na busca de um passado puramente nacional e, por isso, foi uma das que recebeu grande atenção do órgão de patrimônio. Em 1938, um ano após a criação do órgão, a cidade é tombada e inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes.

Ouro Preto, em suas primeiras décadas de tombamento, sofreu poucas alterações em sua estrutura urbana, consequência do cenário de estagnação econômica que facilitou um grande controle do SPHAN sobre a materialidade do espaço. As principais ações de preservação, já vistas anteriormente, baseavam-se em proje-

Imagem 57: Vista parcial da cidade de Ouro Preto, entre as décadas de 30 e 40. Fotografia de Luiz Fontana. Fonte: Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <https://bit.ly/3ysf3bZ>



tos de restauração e conservação do estilo colonial e barroco dos edifícios, metodologia marcante dos primeiros anos de funcionamento do órgão. Entretanto, apesar da restrição às novas construções com estilos diferentes do presente na cidade, a construção do Grande Hotel Ouro Preto teve grande atuação participativa e decisiva do SPHAN. Sua solicitação partiu de uma iniciativa do governo local, com apoio do órgão de preservação, para a construção de um novo edifício moderno que atendesse às demandas do turismo que crescia, principalmente após o tombamento, sem que o hotel interferisse na morfologia da cidade do século XVIII.

O primeiro arquiteto indicado a elaborar o projeto foi Carlos Leão, que se preocupou principalmente em seguir as linhas da arquitetura local assim como sua materialidade, sugerindo um edifício de estilo neocolonial e que não se destacasse em relação às construções e à paisagem. “Utilizou cobertura inclinada em telhas cerâmicas tipo capa/canal, pátio interno, janelas e portas em arco, fachadas com revestimento em pedra no térreo e caiadas de branco no restante de sua extensão” (CAVALCANTI, 2006 *apud* LISBOA, 2008, p. 715).

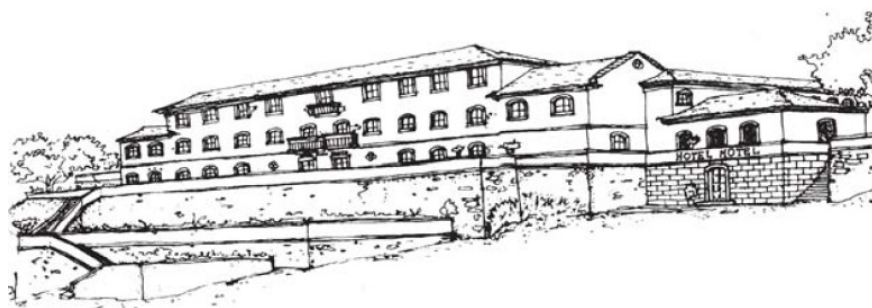


Imagem 58: Desenhos de perspectiva do projeto de Carlos Leão. Fonte: COMAS, 2002.

Entretanto, após tomar conhecimento, Lucio Costa, um dos principais defensores do movimento modernista e amigo próximo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do órgão nacional na época, defendeu a troca do projeto para que Oscar Niemeyer desenhasse outro edifício com traços modernos. Em teoria, o arquiteto entendeu o projeto de Carlos Leão como “uma inconveniência”

para a arquitetura moderna, uma vez que construir um projeto de arquitetura neocolonial, como símbolo, representaria um “retrocesso” (LISBOA, 2008).

O projeto de Niemeyer foi construído no mesmo terreno idealizado por Carlos Leão, próximo à Casa dos Contos, grande edifício e grande atrativo local. Foi projetado como um grande bloco sustentado por pilotis em toda sua maior extensão, características marcantes do estilo modernista³⁶. Na primeira versão, a cobertura foi projetada como uma laje plana onde pudessem colocar um tapete de grama, com o intuito de que o hotel fosse confundido com a vegetação do solo quando olhado de cima pela estrada de acesso à Ouro Preto. Com pedido de alteração de RMFA, a cobertura é substituída por um telhado inclinado construído de telhas de barro, tal como os edifícios coloniais da cidade. Diferentemente do projeto de Carlos Leão, que se preocupou com a utilização de materiais semelhantes aos utilizados na construção da cidade, parte da justificativa do partido de Niemeyer baseava-se no discurso

36. Para mais detalhes de ambos os projetos, ver: “COMAS, Carlos Eduardo Dias. O Passado mora ao lado: Lucio Costa e o projeto do Grande Hotel de Ouro Preto (1938-40). 2002”

Imagens 59 e 60: Desenhos de Oscar Niemeyer para o projeto do Grande Hotel Ouro Preto, já com a solução de telhado de uma água. À esquerda, o corte, e à direita, as plantas do edifício. Fonte: Mindlin, 1956 e Goodwin, 1943. Disponível em: <https://bit.ly/3NNc8QU>

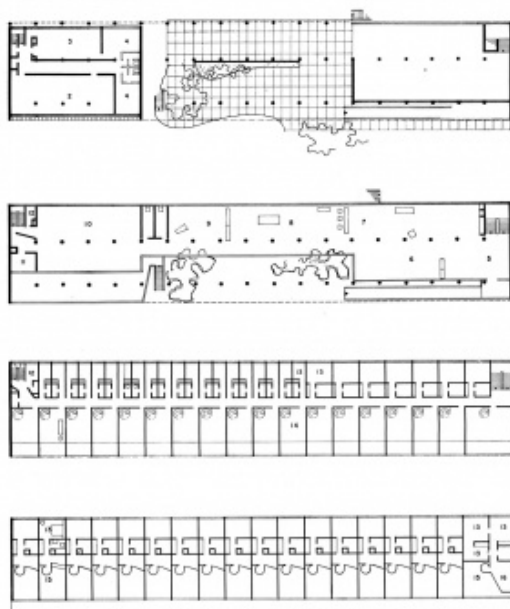
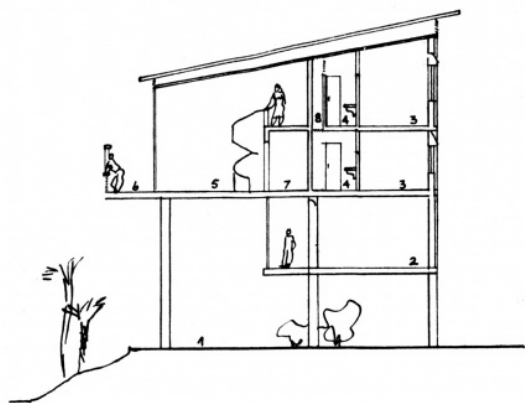




Imagem 61: Detalhe dos pilares de seção quadrada. Foto: Sérgio Jatobá. Disponível em: <https://bit.ly/3bWtHRg>

adotado pelos modernistas pela semelhança dos métodos construtivos do colonial, o pau-a-pique, com o moderno, feito em concreto armado. Um exemplo dessa concepção pode ser visto no molde dos pilares de seção quadrada, formato de como são moldadas as colunas de pau-a-pique. O objetivo era “acentuar, dentro dos limites impostos pela boa arquitetura e sem recorrer a nenhum processo de simulação, a semelhança entre as duas técnicas” (Texto de Niemeyer à Rodrigo Melo Franco de Andrade em 30 de setembro de 1979 *apud* LISBOA, 2008, p. 717).

O projeto foi bastante defendido por Lucio Costa. Segundo uma carta do arquiteto enviada à Rodrigo Melo Franco de Andrade, transcrita por Lia

Motta (1987)³⁷, podemos ver que ele entende que a existência da arquitetura moderna, nomeada como “boa arquitetura”, é harmônica nas cidades históricas, uma vez que a nova construção ajuda a marcar espaços temporais. Além disso, como o próprio arquiteto afirma, a arquitetura moderna também é entendida como uma obra de arte, tal qual o conjunto de edifícios coloniais da cidade e, por isso, convivem harmonicamente em um mesmo espaço.

“De excepcional pureza de linhas, e de muito equilíbrio plástico, é, na verdade, uma obra de arte e, como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer outros período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura.” (COSTA, 1949 *apud* MOTTA, 1987)

37. Lia Motta transcreve na íntegra a carta de Lúcio Costa enviada a Rodrigo Melo Franco de Andrade em seu texto “O SPHAN em Ouro Preto: Uma história de conceitos e critérios” escrito para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, entre as páginas 108 e 122.

Costa ainda comenta na carta como seria difícil para o projeto do hotel adaptar-se ao estilo das casas de Ouro Preto pois, além de exigir muito artifício técnico, correria o risco do edifício ou se tornar uma imitação e os turistas confundirem “um dos principais monumentos da cidade como uma farsa” ou, se essa tentativa falhasse, o edifício tornaria-se um “remendo neocolonial” na cidade.

Assim, parece entender que a presença daquele novo volume não alteraria a cidade e seu aspecto “turístico-sentimental”, pois além de agregar à cidade uma boa arquitetura, também ajudaria a deslocar as antigas construções em um tempo mais distante ainda, como forma de reviver o passado no espaço. Em teoria, o hotel também não “abriria um precedente perigoso” pois todas as futuras edificações seriam controladas e aprovadas pelo SPHAN, a fim de proteger “fingimentos coloniais”.

“E [o projeto de Niemeyer] não constituirá um precedente perigoso – possível de ser imitado com má arquitetura – porquanto Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, uma ou outra vez, lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelos SPHAN que terá mesmo, de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, de proibir em Ouro Preto os ‘fingimentos coloniais’” (COSTA, 1949 apud MOTTA, 1987, p. 110).

A partir de seu relato, é possível observar a visão modernista sobre os centros históricos e como a cidade era um objeto idealizado a ser mantido sob seus próprios critérios. Ao mesmo tempo que o SPHAN escolhia, na época, os bens que seriam preservados, como no caso das cidades mineiras, também definia outros estilos que poderiam ou não integrar o espaço. Além de ser uma visão puramente estética, esse critério também causa um estranhamento da população local, uma vez que, ao mesmo tempo que eram proibidas novas alterações nas residências para não agredir visualmente a paisagem da cidade histórica, era permitido a construção de um edifício diferente da arquitetura local. A marcação temporal, justificativa utilizada por Lucio Costa como um dos fatores positivos da construção do hotel modernista na cidade, não é válida para outras manifestações estéticas ou históricas, reforçando o entendimento do SPHAN de cidade-monumento (SANT’ANNA, 2014).

Analisando o projeto do edifício, é inegável que houve grande preocupação de Niemeyer em atender aos princípios da Carta de Atenas (1931) sobre intervenções do patrimônio. Muitos elementos usados no partido faziam referência a elementos marcantes da cidade mineira, sem os imitar. Assim, em relação aos elementos do

edifício, a referência é perceptível:

“que existe uma diferença de discurso, não há menor dúvida. Mas a pedra do Itacolomi, as venezianas, os muxarabis, os azulejos e as telhas coloniais, estão presentes em Ouro Preto – no discurso colonial e no modernista – para garantir que Niemeyer conhecia a história e o discurso colonial, mas que a sintonia proposta por ele não queria ser um fingimento colonial.” (LISBOA, 2008, p. 723).

A escolha de cor dos elementos também se relaciona com as construções da cidade: branco na alvenaria e outra cor, no caso azul, utilizada nas esquadrias. No caso do hotel, há ainda a presença da cor azul nas treliças e nos brises.

A maior parte das semelhanças compete às características do edifício como unidade. Em relação ao todo, ou seja, ao conjunto urbano, entretanto, vemos a presença de alguns fatores destoantes, principalmente em relação à morfologia da cidade. O hotel é a única construção que não é paralela ou perpendicular ao leito viário, uma vez que foi construído na direção das curvas de nível do terreno; também não tem uma volumetria de “bloco”, como o estilo colonial, mas sim de uma arquitetura composta de cheios e vazios. Por consequência dessa volumetria diagonal, recuada e complexa, o hotel quebra a tipologia padrão das vias da cidade, composta em grande parte de um ambiente fechado pelas construções rentes ao leito. A construção também se destaca pela sua altura efetiva, uma vez que foi construída em uma encosta, e acaba sendo mais alta do que as outras edificações do entorno – individualmente, o gabarito não se destoa tanto em relação a outros sobrados da cidade. A própria mudança do telhado do projeto original, antes feito para harmonizar com a paisagem, para um estilo que se adequasse aos telhados de duas águas da cidade, mostra como a visão estética também esteve presente na concepção do projeto, pensado a partir de unidades estilísticas e não refletindo outros valores de seu entorno, como o urbanístico e paisagístico.

O processo de construção do Hotel em si não representou uma ameaça à conservação do conjunto urbano como um todo, uma

vez que o edifício também é uma documentação da evolução natural dos anseios e da demanda da cidade, se assim por ela fosse coordenado. A questão é que casos como esse mostram as inconsistências que a cidade de Ouro Preto enfrentou, uma vez que o discurso do SPHAN se torna ambíguo, “ora permitindo a repetição estilística, ora fazendo a apologia seletiva do moderno e permitindo a cidade tombada oitocentista a desejável convivência com a “boa arquitetura”” (BRENDLE, 2016, p. 325).



Imagens 62 e 63:
Imagem do Grande
Hotel Ouro Preto na
década de 60-70 (à
esquerda) e nos anos
2000 (à direita). Fotos:
Reprodução e Maria
João C. Disponível em:
<https://bit.ly/3OSHYNm>
e <https://bit.ly/3uzlQQ8>

I Penedo

Imagens 64 a 66: Em ordem, fotografias da Avenida Floriano Peixoto, ainda sem o Hotel São Francisco, o Hotel já em construção, em 1961, e o Hotel atualmente. Fonte: SILVA, 1991 e Sílvia Oliveira.



Na década de 80, essa combinação entre moderno e tradição não foi considerada para o tombamento da cidade de Penedo, em Alagoas. As ações contemporâneas na cidade, mesmo que de origem modernista, foram consideradas como deméritos para o valor histórico e artístico da cidade e como consequência, o pedido de tombamento foi indeferido pelo órgão. O principal motivo foi o Hotel São Francisco, edifício de traços modernistas finalizado em 1962, que prejudicava a homogeneidade do conjunto urbano.

A região onde hoje se localiza a cidade de Penedo começou a ser ocupada na segunda metade do século XVI, às margens do Rio São Francisco, consequência de uma das expedições bandeirantes que saiu da cidade de Olinda e lá se instalou. Juntamente com outras ocupações, como a Vila de Bom Sucesso (atual Porto Calvo) e Santa Maria Magdalena da Alagôa (atual Marechal Deodoro), representaram o início da ocupação do sul do território alagoano. Em 1636 é elevada à 'Vila de São Francisco'; em 1842 é elevada à cidade 'Penedo do Rio São Francisco' e posteriormente, é renomeada apenas por 'Penedo'.

Sua evolução urbana e econômica foi marcada pela sua característica de transporte e comercialização de mercadorias devido a sua localização estratégica às margens do rio. Diferentemente de outras cidades da época, que concentravam majoritariamente atividades na zona rural, Penedo era uma das poucas que mantinha dependência de atividades agrícolas por conta da zona portuária. Segundo Silva (1991), a cidade ainda preserva em sua expressão a sua característica de comercialização de mercadorias, que atraiu e sustentou

a elite alagoana para a cidade e chega hoje com grande parte de sua expressão arquitetônica e urbanística preservadas.

Como já visto, a partir da década de 1950, mas com maior destaque nos anos 60 e 70, a região do Nordeste recebe diversas políticas públicas relacionadas ao incentivo do turismo. Perdendo apenas para a atividade industrial, o setor é uma importante parcela no desenvolvimento econômico da região, incentivado pela criação de infraestrutura hoteleira, comercial e de restauração. Penedo também contava com sua localização estratégica, às margens do Rio São Francisco, para fortalecer ainda mais o apelo turístico através das paisagens naturais disponíveis para apreciação.

“A ordenação da ocupação da orla marítima, preservando-se o patrimônio histórico e valorizando-se a beleza paisagística, com vistas ao desenvolvimento do turismo interno e internacional”
(BRASIL - II PND, 1974 *apud* PAIVA et al., 2016).

É nesse contexto de industrialização, da modernização das capitais e da tentativa de equilíbrio do desenvolvimento entre regiões através do turismo que acontece um grande crescimento no número de hotéis no Nordeste. Os edifícios eram predominantemente de linguagem moderna, tanto pela influência da construção de Brasília, que ajudou a consolidar o modernismo no Brasil, como também por ser um ícone da industrialização do país através das políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek. Diferentemente do “modernismo pragmático”, característico do movimento carioca e mineiro, no qual o Grande Hotel Ouro Preto se insere, as construções modernas do Nordeste “ocorrem em função do estágio de desenvolvimento das capitais dos diferentes estados e se relacionam em grande medida com criação de escolas de arquitetura, difusão de revistas de arquitetura, além dos deslocamentos dos “arquitetos nômades, migrantes e peregrinos” (SEGAWA, 2002 *apud* PAIVA et al., 2016, p. 6).”

Maria Angélica Silva (1991)³⁸ explica que o movimento moderno no Nordeste foi influenciado pelo chamado Regionalismo Tradicionalista. Segundo ela, a corrente modernista foi entendida no Nordeste como uma vertente de negação ao passado e “de valia” ao presen-

38. Maria Angélica Silva é professora titular da Universidade Federal de Alagoas e em sua carreira pesquisou sobre a arquitetura alagoana. Em seu livro, “Arquitetura moderna: a atitude alagoana (1950-1964)”, ela relata a evolução da corrente modernista no nordeste e descreve projetos expressivos do modernismo alagoano nas cidades do estado. Ver mais em: SILVA, 1991.

te, o que vai contra à organização e as concepções tradicionalistas do Nordeste, muito presente à tradição e pouco aberta a novas mudanças.

“O Nordeste, que foi berço da nacionalidade, conserva ainda intacto, nítido, o sentimento de brasilidade, o espírito tradicional da raça, que no sul, ao contato das massas imigratórias, já está quase desaparecido. É esse espírito, de tradição sadia, que a nossa macaquice copiadora ia deixando empalidecer, abafada pelas inovações caricaturais de pseudo-arquitetos e pelos reclamos de camelots dos jornais do Sul”. (MARROQUIM, Mário. Jornal de Alagoas, 29 de março de 1925, p. 3 apud SILVA, 1991)

Houve, na época, uma mobilização dos intelectuais da região em defesa da identidade cultural nordestina, conhecido como o movimento Regionalista, sucessor do Modernismo no Nordeste. “Foi o Regionalismo Tradicionalista, com suas raízes bem nordestinas e as suas preocupações renovadoras, que vacinou esta parte do Brasil contra o artificialismo do Movimento Modernista do Rio e São Paulo” (ROCHA, Tadeu. Modernismo e regionalismo, p. 14 apud SILVA, 1991, p. 31).

Dentre os hotéis modernistas construídos na década de 60, está o Hotel São Francisco, em Penedo. Finalizado em 1962, às margens do Rio São Francisco, é um desses ícones que representa a modernização e a regionalização em cidades do interior do país. A cidade, na época de sua construção, já contava com quatro fábricas têxteis (SILVA, 1991), consequência da ida da industrialização para o interior do país e escolheram Penedo por conta da proximidade com o rio. Além disso, aproveitando a oportunidade de atrair mais investimento e presença de outras atividades econômicas, é fundada a Companhia Melhoramentos por “famílias de expressão da cidade” (SILVA, 1991), que tinha como objetivo fazer investimentos em áreas como rede elétrica, telefônica e também no setor turístico, através da abertura de estradas e infraestrutura necessária, uma estratégia de atrair ainda mais pessoas e comércio para a cidade. “É neste sentido que se encaminha a proposta de construção de um luxuoso hotel, que fosse, simultaneamente suporte e razão de implementação dos negócios turísticos” (SILVA, 1991, p. 169).

Projetado pelo arquiteto Américo Campelo, que também projetou o Hotel Boa Viagem em Recife, o hotel é um marco na morfologia da cidade, assumindo a soberania da linguagem moderna, e causando grande contraste com a tipologia de casas térreas de arquitetura tradicional. Apesar de modernista, o edifício faz parte dessa vertente regionalista, fruto da mistura da modernização e de novas tecnologias com a regionalidade específica do Nordeste e, por isso, é uma vertente diferente da recém inaugurada Brasília, a mais expressiva materialização do modernismo no Brasil naquela época.

Ainda segundo Silva (1991), para sua construção, foi necessária a demolição de dois sobrados e a extinção de um beco, conhecido como Beco das Flores, sob justificativa de melhorar o acesso ao edifício e à obra. Não há relatos de manifestações contrárias à construção do edifício (SILVA, 1991), o que dá a entender que houve uma grande expectativa por parte dos moradores pelo progresso da cidade.

“O volume trabalhado de forma modulada sobressai, com o contorno do sistema estrutural, o bloco frontal das varandas. O acesso é marcado por colunas de fuste circular, que garantem a expressão de grandiosidade ao prédio. O partido, no setor referente ao hotel propriamente dito, tem a forma de um L com sua maior face voltada para o rio. Nesta ala estão dispostos os apartamentos, amplos e bem arejados, usufruindo, através de generosas esquadrias de vidro, da visão da paisagem do rio e suas velas” (SILVA, 1991, p. 173-174).

Afirmando seu simbolismo de chegada da modernização, além de hotel, o edifício também possuía outros programas como cinema, barbearia, salão de beleza, sorveteria, restaurante e bar (SILVA,

Imagem 67: Fotografia da fachada do Hotel São Francisco em 1962. É possível ver os diversos usos comerciais no térreo do edifício. Fonte: SILVA, 1991.

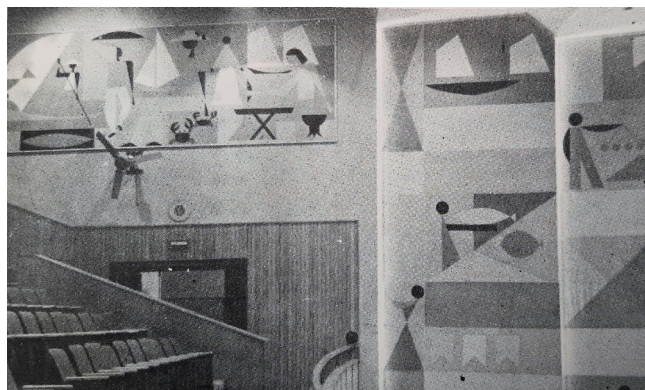


39. Projetos executados na cidade pelo PCH: Palácio Imperial de Penedo – Centro de Convenções (1980); Casa do Barão de Penedo – restauração e adaptação para centro comunitário e Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal (1980).

Imagens 68 e 69: Painéis e peças de tapeçaria expostos no hotel. Fonte: SILVA, 1991.

1991). Todos esses usos foram projetados nos primeiros pavimentos do edifício, enquanto os apartamentos têm vista superior da cidade. O cinema foi construído primeiro e em apenas três anos depois, o programa hoteleiro ficou pronto. Além disso, vemos que algumas características regionais foram incorporadas no projeto, como a instalação de um sistema de ar condicionado central, inovador para a época, devido às altas temperaturas da região, além da presença de elementos do cotidiano da cidade em painéis pintados a óleo e peças de tapeçaria feitos por artistas locais e expostos nas paredes do cinema. “Os motivos lembram a vida da região – são pescadores, na labuta com as canoas de tolda, a feira do bairro, os vendedores de caranguejo, as bandeirolas de festas fluviais, e outros personagens e elementos locais” (SILVA, 1991, p. 173).

O setor turístico também foi incentivado pela presença do órgão de patrimônio em Penedo. A cidade já possuía imóveis tombados pelo órgão nacional desde a década de 50 e alguns deles foram incluídos nos projetos de restauração do Programa de Cidades Históricas³⁹. Apesar de todo o investimento no setor turístico já mencionado, a cidade foi classificada no grupo de terceira prioridade, que diz respeito às cidades sem infraestrutura adequada para o turismo, mas em condições não tão precárias de conservação dos monumentos, podendo ser “restaurados e conservados tão logo seja instalada a infraestrut-



tura necessária” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1973, p. 7 *apud* CORRÊA, 2012, p. 132).

A valorização de Penedo como um patrimônio ambiental urbano foi oficializada em março de 1986, ano em que a cidade é tombada a nível estadual pelo Decreto nº 29.595 pelo Processo 1201-T-1986. No mesmo período, foi feita a solicitação de tombamento como Conjunto Histórico e Paisagístico a nível federal pelo Deputado Federal Hélio Lopes e o Rotary Club de Penedo. Segundo o relatório apresentado pelo deputado, o tombamento da cidade a nível estadual foi bem aceito pela população que “comemorou nas ruas e se concentrou na praça Floriano Peixoto [...] enaltecendo a decisão governamental que visa sobretudo preservar o valioso patrimônio arquitetônico e histórico de Penedo” (Processo de Tombamento de Penedo, 1986, p. 8). Afirma, ainda, que o processo de tombamento a nível federal seria o último passo para alcançar o objetivo de preservar a cidade como um todo.

A documentação do tombamento a nível estadual, o mesmo apresentado ao órgão federal, reforça a grande importância da arquitetura da cidade como legítima expressão nordestina. Apesar de “pouca originalidade e de seu caráter rude e provincial” (Processo de Tombamento de Penedo, 1986, p. 54), seu valor histórico sobressairia-se à grandiosidade dos edifícios de Minas Gerais (mais uma vez presente como comparação estética nas solicitações de tombamento), já que reflete duas tradições da arquitetura do Nordeste: “uma tendendo a imitar o estilo barroco das igrejas rurais das províncias portuguesas e outra a emprestar pormenores de construções e decoração [...] os solares ou sobrados que reproduzem os estilos regionais de Portugal provincial” (Processo de Tombamento de Penedo, 1986, p. 54). O valor histórico também é representado pela influência holandesa na cidade durante a ocupação entre 1637 a 1645 que, mesmo pouco expressiva, ainda pode ser vista pela marca do antigo forte construído nos calçamentos da cidade.

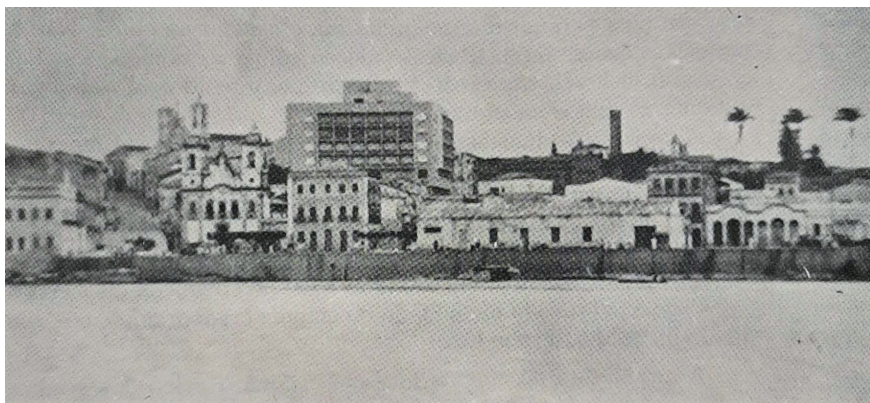
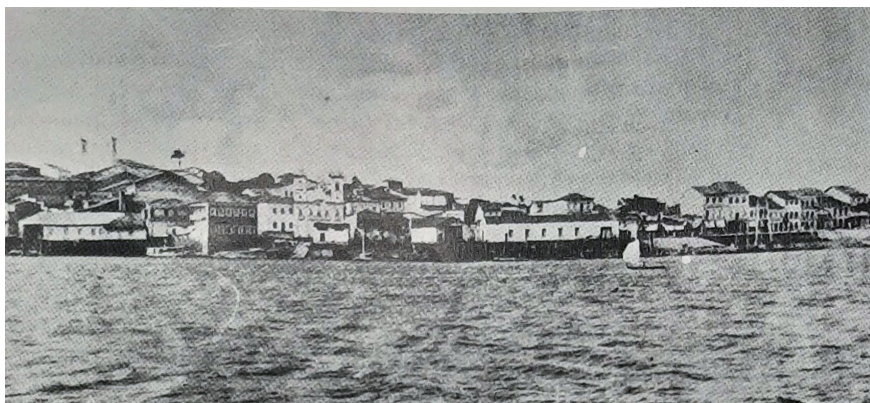
“Portanto, vamos encontrar em Penedo, uma variedade de estilos, convivendo lado a lado [...] Preservar significa a guarda de um patrimônio para as gerações que necessitam de uma memória de luta, de trabalho e sobretudo de beleza, salvaguardar o passado, não é simplesmente parar o tempo, mas fazer que esse tempo em sua dinamicidade ajuda a construir um presente, onde o passado se perenise como parte da vida, da história e da CULTURA de um povo” (Processo de Tombamento de Penedo, 1986, p. 56)

Entretanto, a solicitação não foi aceita no primeiro momento. Duas foram as justificativas: primeiro, a presença de algumas construções “de época mais recente”, que teoricamente perturbariam a harmonia do conjunto urbano; e segundo principalmente devido a construção do Hotel São Francisco, que foi apontado como principal fator descaracterizante da paisagem e, conseqüentemente, da homogeneidade da cidade como conjunto urbano.

Infelizmente, há a lamentar a construção do Hotel São Francisco, localizado num dos mais altos pontos da cidade, que, pela sua grande volumetria e traços arquitetônicos fere profundamente a ambiência, descaracterizando grosseiramente a paisagem, (sic) isto, além de inúmeras outras construções de época mais recente, perturbadoras das linhas específicas do conjunto urbano. (Resposta de Ayrton Carvalho, diretor da 4ª DR/SPHAN e responsável pelo parecer do tombamento da cidade de Penedo, 1986, p. 2)

A primeira justificativa apenas reforça o caráter estético e homogêneo na seleção de cidades tombadas, uma vez que, apesar da presença de novos edifícios, a formação urbanística e arquitetônica bastante preservadas foram desconsideradas como um valor histórico de ocupação da região alagoana.

De fato, em relação à paisagem e ao conjunto urbano de Penedo, o hotel apresenta grande contraste em relação ao restante do volume da cidade, caracterizada pelos sobrados baixos de influência barroca. O edifício “não procura relações de proporções, de escala e/ou de linguagem arquitetônica com as estruturas edificadas preexistentes e que rejeita qualquer exercício compositivo mimético com o ambiente construído tradicional da cidade” (BRENDLE, 2016, p. 333). Entretanto, diferentemente do Grande Hotel, o edifício alagoano se adapta melhor à malha urbana da cidade de



Imagens 70 e 71:
Fotografias da orla da
cidade de Penedo antes
e depois da construção
do Hotel São Francisco.
Fonte: SILVA, 1991.

Penedo, não causando tanto impacto em sua tipologia viária (ver imagem 75). Mesmo assim, é interessante ver a diferença de tratamento entre dois ícones modernos dentro de contextos de entornos parecidos: ambos são edifícios que rompem a homogeneidade da paisagem de cidades coloniais, mas enquanto um é justificado como “boa arquitetura”, como define Lúcio Costa, capaz de dialogar com os edifícios em seu entorno, como duas obras de arte, o outro foi interpretado de maneira oposta, sendo um problema para essa unidade homogênea que foi bastante almejada pelos critérios de seleção nas décadas de 70 e 80. Dentro dessa afirmação, é válido pontuar que o Grande Hotel Ouro Preto foi construído em uma cidade já tombada, enquanto o Hotel São Francisco já existia quando o processo de tombamento na cidade se iniciou.

Além da justificativa da homogeneidade, é possível observar um outro padrão de seleção estético do órgão federal. O Hotel São Francisco, apesar de aproximar-se da vertente modernista, apresenta traços diferentes da tradicional “escola carioca e mineira”, e talvez, por isso, essa ignorada vertente, expressa às margens do Rio São Francisco, não foi entendida como “boa arquitetura” e nem coberta pela política de escolhas do órgão como ocorreu nas duas cidades já descritas.

Um caso comparativo sobre a presença de um exemplar modernista construído em cidades históricas é o do Reservatório d’Água, em 1936, na cidade de Olinda. O edifício, que segue os padrões modernos da arquitetura carioca, não foi um empecilho para o tombamento da cidade em 1968. O caso é um dos diversos que mostra que a vertente modernista se afirmou como a principal corrente arquitetônica no país.

Imagens 72 e 73:
Fotografias da Caixa
d’Água de Olinda, pro-
jetado por Luiz Nunes
e construído em 1936.
À esquerda, o edifício
na década de 40 e à
direita, nos anos 2000.
Fonte: ArchDaily, 2018.
Disponível em: [https://
bit.ly/3uysdmw](https://bit.ly/3uysdmw)

“[...] do ponto de vista da história do nosso campo disciplinar, o conhecimento dessa produção abre novos horizontes para o entendimento da nossa arquitetura. Ela demonstra a difusão do ideário moderno, em suas diferentes vertentes, por todo o país e até mesmo em cidades bastante distantes dos grandes centros. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de se entender a arquitetura moderna brasileira não como homogênea, mas como um conjunto de vertentes, muitas vezes contemporâneas entre si.”
(Andrade Júnior, 2010, p. 26-27 *apud* BRENDLE, 2016)



O processo do tombamento de Penedo demorou 10 anos para ser encerrado, apenas em 1996, tempo que causou mais danos à cidade devido a falta de apoio de ferramentas adequadas à proteção. Vemos que mesmo que o órgão tenha reconhecido a presença de novos edifícios, isso não incentivou, num primeiro momento, o tombamento para evitar que a cidade sofresse ainda mais com ameaças de descaracterização do ambiente. A mudança de pensamento sobre a aprovação do tombamento da cidade aconteceu justamente por conta dessas ameaças ao patrimônio edificado ao longo do período desde seu primeiro pedido. Assim, vemos que a tendência do órgão de não perceber a cidade como ser vivo, ou seja, que constantemente se modifica, causou o fenômeno do tombamento tardio e não preventivo como forma de correr atrás do prejuízo causado para a cidade sem o devido amparo dos órgãos de preservação.

"[...] acho extremamente necessário a adoção de medidas urgentes para a preservação do que ainda resta naquele sítio histórico e opto pelo tombamento da cidade, como uma das únicas formas de tentar deter a sua destruição" (Declaração de Mário Aluísio Barreto Melo, Chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Maceió, ao Diretor Ayrton de Almeida, em 1988 *apud* BRENDLE, p. 337)

Concluindo, podemos ver que o que prevaleceu nos padrões de seleção do IPHAN foi, entre vários aspectos, uma grande apreciação do caráter estético das cidades, baseado nos preceitos da arquitetura moderna e sua dualidade do passado colonial e do futuro modernista. O mesmo se repetiu na cidade de Penedo, apesar da evolução do conceito de patrimônio e do discurso do órgão federal ao longo do tempo. Após 10 anos, a cidade de Penedo é tombada como Conjunto Histórico e Paisagístico, apenas inscrita nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sem inseri-lo no de Belas Artes, como forma indireta de não reconhecer seu valor artístico. Além disso, a contradição nos discursos também ajuda a enfraquecer o apoio institucional que o tombamento federal pode propiciar às cidades históricas, fortalecendo o distanciamento com a população, desde as primeiras décadas de preservação e podendo ainda gerar conflitos.



Imagens 74 e 75: Retratos do GHOP (à esquerda) e do Hotel São Francisco (à direita) visto pela cidade. Nota-se que a instalação do hotel mineiro abre um grande respiro na malha urbana na cidade, que tende a ser composta de ruas de fachadas rentes ao leito carroçável, enquanto o hotel alagoano se adequa melhor à malha viária. Fonte: Google Street View, 2021.



Imagens 76 e 77: Fotografias do Grande Hotel Ouro Preto (à esquerda) e do Hotel São Francisco (à direita), comparando a presença de ambos os edifícios no contexto da cidade em relação à sua morfologia. Fonte: Maria João, 2013 e Reprodução.





Considerações Finais

Conclusão

O trabalho apresentado teve como objetivo trazer uma outra perspectiva de análise sobre o conceito de cidade patrimônio no Brasil e como ele evoluiu ao longo do tempo, desde a criação do IPHAN em 1937. Tentando olhar para a cidade como patrimônio histórico, foram propostas quatro áreas de análise que pudessem contribuir para uma visão multidisciplinar do espaço urbano tombado: seus edifícios, sua morfologia, sua atividade econômica e, principalmente, a relação com os moradores ali presentes no cotidiano, os responsáveis por transformar o ambiente através da atribuição de valores.

Vimos que houve um primeiro período de grande valorização estética das cidades coloniais, consequência de um projeto político de criação de uma identidade nacional puramente brasileira sob o ponto de vista de um grupo intelectual específico: os modernistas. Essa priorização, em primeiro momento, ajudou a suprimir qualquer outro estilo arquitetônico no espaço tombado que não fosse compatível com os ideais modernistas, sejam expressões da arquitetura popular ou até mesmo outras expressões já conhecidas, como o ecletismo. O foco estético voltou as políticas de preservação para a manutenção da fachada das edificações, o que a nível de cidade causou conflitos em sua evolução morfológica, uma vez que o centro histórico sofria pressões para crescer sobre as rígidas políticas de preservação, enquanto no entorno, a sua falta causou um desenvolvimento desordenado e desconectado.

A partir da década de 60, o patrimônio passa a ter novos valores a serem identificados, mudando sua nomenclatura de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural. Junto a isso, novas discussões a respeito do espaço urbano ajudaram a moldar uma visão sobre as cidades históricas mais próxima de um documento

do que um monumento (SANT'ANNA, 2014). O turismo também passa a ser mais presente e incentivado nas cidades históricas, aumentando suas trocas culturais, sociais e econômicas. Entretanto, apesar da evolução individual de cada área, ainda é possível ver uma dificuldade em integrá-las, ou seja, de elaborar, conjuntamente, as políticas de preservação com o planejamento urbano e a atividade econômica.

Os cenários encontrados durante a pesquisa da trajetória nacional foram abordados mais a fundo pelos dois estudos de caso apresentados. No primeiro, vemos que, mesmo cidades com condições próximas como Lençóis e Mucugê, tiveram consequências diferentes devido à falta de comunicação com a população. No primeiro caso, a população foi mobilizada a fim de se aproximar da área da preservação, o que gerou o primeiro pedido de tombamento feito pela sociedade civil e não pelo IPHAN. No segundo caso, os reflexos do padrão de tombamento das cidades nas primeiras décadas fez com que a população de Mucugê associasse negativamente a iniciativa do órgão de patrimônio em tomba a cidade, consequência da percepção de que a preservação significava caminhar em caminho oposto ao desenvolvimento da cidade e que nem mesmo o turismo cultural traria os benefícios econômicos almejados. Ainda, o processo de tombamento das duas cidades baianas mostraram como o estilo colonial das cidades mineiras foi tomado como padrão de comparação para os outros tombamentos, mesmo que diferentes valores tenham sido catalogados pela população de Lençóis.

No segundo estudo, temos a comparação da existência de dois exemplares modernistas nas cidades de Ouro Preto e Penedo, mas que receberam diferentes visões em relação à sua permanência. A presença de ambos os hotéis, além de mostrar uma preferência estética e regional sobre o estilo modernista, ajudam a mostrar o entendimento sobre a cidade pelo órgão de patrimônio. No caso mineiro, o Grande Hotel Ouro Preto adequou-se diretamente com a estética dos edifícios coloniais presentes na cidade, mas não se adequou tanto ao conjunto urbano, em relação a suas característi-

cas tipológicas e morfológicas. Já o caso de Penedo mostra como a homogeneidade do espaço urbano foi uma característica muito prezada pelo órgão, mesmo que, em relação ao conjunto, a cidade ainda mantivesse grande parte de suas características do período colonial.

Referências

AGUIAR, José. *Cor e Cidade Histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio*. 1ª edição. Porto: FAUP. 2002.

AGUIAR, Leila Bianchi. *Os sítios urbanos como atração turística:: o caso de Porto Seguro*. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 1, p. 10-17, 2003. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/26>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

_____. *Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938-1975*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) [online]. 2016, v. 29, n. 57. p. 87-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100006>>. Acesso: 29 de abril de 2022.

_____. *O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979)*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]. 2016, v. 24, n. 1. p. 137-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0105>>. Acesso: 3 de março de 2022

ALLUCCI, Renata Rendelucci. *São Luiz do Paraitinga: a construção de imaginários e os desígnios pós tombamentos*. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2020. 338 p.

Anais do II Encontro de Governadores; Salvador, Bahia 1971. Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais_II_Encontro_Governadores%201971.pdf>. Acesso: 20 de fevereiro de 2022.

ANDRADE, Mário de. *Anteprojeto para criação do S.P.A.N.* 1936. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 30. 2002. Páginas 272-288.

_____. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com RMFA, 1936-1945*. Brasília: SPHAN: Fundação Pró-Memória, 1981.

ARAGÃO, Ivan. CARVALHO, Karoliny. *Turismo, Cultura e Memória: estudo sobre dois Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil*. In: Revista Turismo em Análise. Vol. 24. 2013. Páginas 694-719.

BANDEIRA, Manuel (1886-1968). *Guia de Ouro Preto*. 1938. Ilustrações de Luís Jardim. 8ª edição. São Paulo: Editora Global, 2015. 163 p.

BARBOUR, Vivian. *Mulheres e patrimônio: invisibilidade e subversão*. Instituto de Arquitetos do Brasil: Departamento de São Paulo. Curso online. Novembro de 2021. Material compartilhado pela autora.

BOHRER, Alex. *História da cidade de Ouro Preto*. Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Acesso: 29 de abril de 2022. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/historia#:~:text=A%20origem%20de%20Ouro%20Preto,deste%2C%20por%20volta%20de%201698>>.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>

_____. *Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional*. Diário Oficial da União, Seção 1. 17/7/1933, Página 14153. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>

_____. *Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>

_____. *Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências*. Diário Oficial da

União. Brasília, dezembro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6513.htm>

BRITO, Carolino Marcelo de Souza. *Ruínas sobre a Serra de Sincoará: A patrimonialização de Mucugê e do Cemitério de Santa Isabel (1970 - 2012)*. Orientador: Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana. 2013. 137 p. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/16977>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

_____. *Cidades históricas da Chapada Diamantina: patrimônio baiano ou mineiro?* Revista Espacialidades, v. 6, n. 05, p. 102-129, 23 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17601>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2022.

_____. *Os discursos preservacionistas do processo de patrimonialização de Mucugê e do Cemitério Santa Isabel*. Revista Outras Fronteiras, v. 4, n. 02, p. 41-57, 2 de julho de 2017. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/284>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2022.

BRITO, Mariana Vieira. *A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente*. Revista CPC, v. 13, n. 25. Setembro de 2018. p. 86-111. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p86-111>>

CADAVEZ, Cândida. *No princípio era o “patrimônio”: reflexões (possíveis) acerca dos significados e apropriações de patrimônio*. In: MAGALHÃES, Fernando; DA COSTA, Luciana Ferreira; HERNÁNDEZ, Francisca Hernández; CURCINO, Alan (coord.). *Museologia e Patrimônio: Volume 1*. Leiria, Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2019. v. 1, cap. 2, p. 57-94. ISBN 978-989-8797-35-3.

CASTELLS, Alicia; IINO, Fátima. *O patrimônio cultural sob a ótica do cotidiano*. In: “Patrimônio, suas matérias e imatérias”. Lisboa: Congresso Ibero-Americano, 2 e 3 de novembro de 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186393>. 24 p.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 1992. Tradução Teresa Castro. 1ª edição. Lisboa: Edições 70. 2014. 306 p.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1998.

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado*. Haia, 14 maio 1954. Disponível em: <<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/7%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20da%20Haia%20conflito%20armado%20-%20UNESCO%201954.pdf>>

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. 2012. 343 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/12372>>

_____. *O Programa de Cidades Históricas (PCH)*. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6

_____. *O Programa de Cidades Históricas: Por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]. 2016, v. 24, n. 1. p. 15-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0101>>. Acesso: 28 de fevereiro de 2022.

COSTA, Lucio. *Plano de trabalho para a divisão de estudos e tombamento do D.P.H.A.N.* Rio de Janeiro: Serviço Público Federal, 1949. 8 p.

DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, v. 11, n. 23, p. 113-143. Janeiro-junho de 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100007>>

ENCONTRO DE GOVERNADORES. *Compromisso de Brasília*. Brasília: 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>

_____. *Compromisso de Salvador*. Salvador: 1971. Disponível

em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas*. Atenas: 1931. In: Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1. Atenas: 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Ministério da Cultura. IPHAN, 2005. 269 p.

GONÇALVES, Cristiane Souza. *Experimentações em Diamantina. Um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967*. 2010. 224 p. Dissertação (Doutorado). Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. IPHAN, 1996. 156 p.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *A proteção dos bens culturais em tempos de guerra e de paz: A participação brasileira na Conferência de Haia, no Pacto de Röerich e na Convenção de Haia*. Anais do Museu Paulista: Estudos de Cultura Material, São Paulo, v. 26, ed. 19, p. 1-31, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WQHLPjncXQ3ndfVs9zBz4gk/?lang=pt>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022

INOUE, L.M. *O patrimônio urbano e as Cartas Patrimoniais*. Oculum Ensaio. Volume .15, nº 2. Páginas 271-286. 2018. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v15n2a4054>>

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). *Carta de Veneza*. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>

KÖHLER, André Fontan. *Patrimônio cultural, turismo e gestão pública: exploração turística predatória e desvalorização patrimonial*

em *Igarassu, Brasil*. Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Espanha, v. 9, n. 2, p. 265-278, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2011.09.024>. Acesso em: 6 de março de 2022.

_____. *As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro*. Revista Iberoamericana de Turismo, volume 9, n° 2, p. 138-163. Penedo: dezembro de 2019. Acesso em: 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/8358>>

KUHL, Beatriz. *Notas sobre a Carta de Veneza*. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, São Paulo, v. 18, ed. 2, p. 287-320, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>>

_____. [et al.]. *Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos*, Ateliê Editorial. 2017. p. 63-90

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *A cidade que não morreu: modernidade e tradição no Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira*. In: Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte. Vol. 6, n° 1, p. 48-58. Belo Horizonte: 2013. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/898/910>>

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. 344 p.

LEAL, Fernando Machado. *A Antiga Comercial Vila dos Lençóis*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.18, p. 115-160. 1978. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=898562&Pesq=Len%c3%a7%c3%b3is&pagfis=4633>>.

LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico*. 5ª. ed. rev. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116 p.

LEVY, Hannah. *Retratos coloniais*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, edição 9, p. 251-290. 1945. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2022.

LISBOA, Roberta Ilha. *A dialética da arquitetura modernista inserida em sítios históricos*. IV Encontro de História da Arte. Campinas: IFCH Unicamp, n. 4, p. 713-724, 2008. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3939>>. Acesso: 29 de abril de 2022.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2011. 227 p.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete)

MANGILI, Liziane Peres. *O Processo de tombamento da cidade de Lençóis/BA: Valores, envolvidos e seus discursos sobre patrimônio*. In: Encontro Internacional Arquivemória sobre Preservação do Patrimônio Edificado, nº 4. Salvador, 2013. 25 p.

MARTINS, Judith. Judith Martins [set. 1982]. Entrevistadoras: Lélia Coelho Frota e Teresinha Marinho. In: THOMPSON, A. [org.] *Memórias do Patrimônio: Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009. p. 29-54. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerMemPat_MemoriasPatrimonio_EntrevistaJudithMartins.pdf>

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais*. In: Turismo: espaço, paisagem e cultura. 1996. Páginas 88-99.

_____. *O campo do patrimônio cultural uma revisão de premissas*. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural Ouro Preto/MG, 2009. Anais, volume 2, t. 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MICELI, Sergio. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22, p. 44-47. Rio de Janeiro, 1987.

MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº

22, p. 108-122. Rio de Janeiro, 1987. 15 p.

_____. *Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990*. Rio de Janeiro, 2000. 168 p.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Normas de Quito*. Quito: OEA, 1967.

OLIVEIRA, Rodrigo. *O Pensamento de John Ruskin*. 2018. Acesso em: 07.01.2021. Recuperado de <<https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087>>

OSSANI, Taís. *Judith Martins Memória e reconhecimento do patrimônio através da História Oral*. Vitruvius, 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.245/7914>>. Acesso em 02.01.2022

PAES, Maria Tereza Duarte. *Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ)*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas, v. 23, ed. 30, p. 105-118, Julho/Dezembro de 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645810>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

PAIVA, Ricardo; PAULA, Paula Vale de; MACIEL, Vitor. *O turismo e o hotel moderno no Nordeste*. V Colóquio Internacional sobre o comércio e a cidade: uma relação de origem. São Paulo, 21-24 de março de 2016. 17 p.

PEREIRA, Gardênia Tereza Jardim. *Patrimônio arquitetônico e o desenvolvimento do turismo cultural: um estudo sobre Mucugê - Chapada Diamantina - Bahia*. Orientador: Marco Aurélio Ávila. 154 p. Dissertação (Mestrado). Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2010. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/200860137d.pdf>>. Acesso: 17 de março de 2022.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. *O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012. 178 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11381>>. Acesso: 15 de junho de 2022.

PEREIRA, Danilo Celso. *Cidades Patrimônio: uma geografia das po-*

líticas públicas de preservação no Brasil. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. 188 p. DOI: 10.11606/D.8.2015.tde-22122015-101754. Acesso: 27 de dezembro de 2021.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *A história da arquitetura brasileira e a preservação do patrimônio cultural*. Revista CPC, 1ª edição, p. 41-74. São Paulo, 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i1p41-74>

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 209 p. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1578409>>. Acesso em: 8 de abril de 2022.

SALA, Dalton. *Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*. Revista Inst. Est. Bras. p. 19-26. São Paulo, 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70041/72681>>

SANTOS, Liliam Margarida Andrade. *Do diamante ao turismo, o espaço produzido no município de Lençóis - BA*. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Creuza Santos Lage. Dissertação (Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006. 205 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19314>>. Acesso: 20 de março de 2022.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora, 2014. 456 p.

_____. *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990* [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, 503 p. ISBN: 978-85-232-1871-3. <https://doi.org/10.7476/9788523218713>.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS. *Histórico do município de Penedo: Histórico, Gentílico e Formação Administrativa do município de Penedo - Alagoas*. [S. l.], [20--]. Acesso: 27 de abril de 2022. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/municipios/historico-dos-municipios/historico-do-municipio-de-penedo>>.

SILVA, Adriana Pisoni da. *O turismo nos sítios históricos urbanos: o patrimônio para além dos monumentos*. In: Margarita Barretto (org.). *Turismo, Cultura e Sociedade* 1ª edição. Caxias do Sul: EDUSC, 2006. V. 1, p. 1-77.

SILVA, Maria Angélica da. *Arquitetura moderna: a atitude alagoana*. Maceió: SERGASA, 1991. 275 p.

_____; MUNIZ, Bianca Machado. *A cidade que abraça uma rocha: Histórias de Penedo do Rio São Francisco*. Revista Geonomos, Minas Gerais, v. 24, n. 2, p. 125-134, 31 dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistageonomos/article/view/11658>>. Acesso: 31 de março de 2022.

TAVARES, Denis Pereira. *O tombamento do conjunto urbano de São João Del-Rei: Negociação e conflito na construção do patrimônio cultural (1938-1967)*. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 4, ed. 10, p. 1-17, Janeiro/Junho 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9440>. Acesso em: 5 de abril de 2022.

TEIXEIRA, Luciano. *Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos*. Fortaleza: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_229349835f4faf5aec872b8272d92f9b.pdf>

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, CULTURAL ORGANIZATION; INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Recomendação de Paris*. Paris: Unesco, 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>.

XAVIER, Tatiana Paiva. *Entre a preservação e o progresso[manuscrito]: o palimpsesto urbano na formação da paisagem de São João del-Rei-MG*. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 2018. 173 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MMMD-BCGLLT>. Acesso: 5 de maio de 2022.

I Processos de tombamento

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Processo de tombamento da cidade de Diamantina-MG*. Acervo Digital do IPHAN. 1938-1985. 61 p. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4661?discover?rpp=10&etal=0&query=diamantina>

_____. *Processo de tombamento da cidade de Ouro Preto-MG*. Acervo Digital do IPHAN. 1938-1990. 149 p. Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4776?discover?rpp=10&etal=0&query=ouro+preto&filtertype_0=format&filter_relational_operator_0>equals&filter_0=textual

_____. *Processo de tombamento da Aldeia de Carapicuíba-SP*. Acervo Digital do IPHAN. 1939-1989. 149 p. Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/6083?discover?rpp=10&etal=0&query=s%C3%A3o+jo%C3%A3o+del+rei&filtertype_0=format&filter_relational_operator_0>equals&filter_0=-textual

_____. *Processo de tombamento da cidade de Congonhas do Campo-MG*. Acervo Digital do IPHAN. 1988-1979. 331 p. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4718?discover?rpp=10&etal=0&query=congonhas>

_____. *Processo de tombamento da cidade de Goiás-GO*. Acervo Digital do IPHAN. 1942-1990. 970 p. Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/34531?discover?rpp=10&etal=0&query=s%C3%A3o+jo%C3%A3o+del+rei&filtertype_0=format&filter_relational_operator_0>equals&filter_0=-Textuais

_____. *Processo de tombamento da cidade de Laguna-SC*. Acervo Digital do IPHAN. 1951-1982. 140 p. Disponível em:

I Notícias

TOMBAMENTO systematico de todos os monumentos e obras de arte disseminados pelo territorio nacional: A restauração da igreja de São Miguel da Missão dos Sete Povos Orientes. Diário de Notícias (RJ). Rio de Janeiro: Ano X, nº 5332. Primeira secção, p. 5. 15

de março de 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=tombamento&pagfis=758>

DEFESA de um patrimonio. Diário de Pernambuco. Recife: Ano 119, nº 245, p. 4. 17 de outubro de 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_12&Pesq=tombamento&pagfis=17115>

CASA de Cabangú: Vai ser reconstruido o precioso patrimonio historico do municipio. O Sol (MG). Minas Gerais: Ano XXI, nº 1018, p. 2. 28 de setembro de 1947. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=849952&pesq=SPHAN&pasta=a-no%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=1172>>

BAHIA estrutura seu turismo. Jornal do Brasil: Rio de Janeiro, ano LXXXV, n. 273, 8 de janeiro de 1976. Caderno do Turismo, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=mucug%c3%aa&pagfis=68945>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BANCO do Brasil agora também presente em. Propaganda disponível no Jornal do Brasil: Rio de Janeiro, ano LXXXVIII, n. 62, 9 jun. 1978. 1º caderno, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=mucug%c3%aa&pagfis=126870>. Acesso: 17 de abril de 2022.

BRUNO, Ernani Silva. *O inútil fim das antiguidades.* Folha de São Paulo, São Paulo, ano 59, n. 18785, 7 set. 1980. Caderno Ilustrada, p. 41. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7427&keyword=Lencois&anchor=4261162&origem=busca&originURL=&pd=21093885703d8702961f30d4d5ba2acb>>. Acesso: 13 de fevereiro de 2022.

_____. *Paisagem e cultura do sertão baiano.* Folha de São Paulo, São Paulo, ano 59, n. 18883, 14 dez. 1980. Caderno Ilustrada, p. 56. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7525&keyword=Mucuge&anchor=4277183&origem=busca&originURL=&pd=774f2bbb8908abdd8ed6414fe190181e>>. Acesso: 13 de fevereiro de 2022.

Lista de Siglas

ACM	Antônio Carlos Magalhães
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
GHOP	Grande Hotel Ouro Preto
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa das Cidades Históricas do Nordeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
RMFA	Rodrigo Melo Franco de Andrade
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

Lista de Tabelas

Tabela 1	Cidades tombadas e inscritas nos Livros do Tombo pelo IPHAN até 1967
Tabela 2	Cidades tombadas e inscritas nos Livros do Tombo pelo IPHAN até 1985

Lista de Mapas

Mapa 1	Mapa das cidades tombadas pelo IPHAN até 1940.
Mapa 2	Mapa das cidades tombadas pelo IPHAN até 1960.

Mapa 3 Mapa das cidades tombadas pelo IPHAN até 1980.

Mapa 4 Mapa das cidades tombadas pelo IPHAN até 1990.

Lista de Figuras

Figura 1 Fotografia da Avenida Central, na altura da Rua do Ouvidor e da Rua Miguel Couto, tirada por Marc Ferraz em 1906.

Figura 2 Decreto 22.928 de 12 de julho de 1933, que eleva a cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional.

Figura 3 Cidade de Ouro Preto, elevada a Monumento Nacional, na década de 30.

Figura 4 Carta de Mário de Andrade a Gustavo Capanema, encaminhando suas sugestões sobre o anteprojeto.

Figura 5 “Evolução da Fenestração na arquitetura civil brasileira” por Lúcio Costa.

Figura 6 Capa da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 1.

Figura 7 Capa da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 9.

Figura 8 Trecho da reportagem feita com Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre as ações feitas pelo órgão de patrimônio.

Figura 9 Registro da Casa de Contrato com intervenção da platibanda.

Figura 10 Casa de Contrato com o beiral colonial reconstruído.

Figura 11 O edifício do Liceu de Artes e Ofícios antes da reforma.

Figura 12 O edifício do Liceu de Artes e Ofícios depois da reforma.

- Figura 13 Projeto proposto para a nova sede dos Correios em Diamantina
- Figura 14 Vista da cidade de Ouro Preto.
- Figura 15 Vista da cidade de Diamantina.
- Figura 16 Vista da cidade de Alcântara.
- Figura 17 Vista da cidade de Paraty.
- Figura 18 Vista da cidade de Goiás.
- Figura 19 Vista da cidade de Lençóis.
- Figura 20 Vista da cidade de Porto Seguro.
- Figura 21 Vista da cidade de Laguna.
- Figura 22 Cidade de Olinda e, ao fundo, a capital Recife.
- Figura 23 Loteamento Rua Alvarenga: o terreno.
- Figura 24 Loteamento Rua Alvarenga: a proposta da Santa Casa.
- Figura 25 Loteamento Rua Alvarenga: o projeto aprovado.
- Figura 26 Rua Alvarenga atualmente.
- Figura 27 Vista parcial da cidade de São João del-Rei.
- Figura 28 Edificações ecléticas da Rua Hermílio Alves na cidade de São João del-Rei.
- Figura 29 Planta do plano de Viana de Lima para a cidade de Ouro Preto.
- Figura 30 Representação do plano para o centro histórico de Paraty em vista.
- Figura 31 Representação do plano para o centro histórico de Paraty em corte.

- Figura 32** Áreas e edifícios previstos para demolição no Plano de Viana de Lima.
- Figura 33** Áreas e edifícios previstos para demolição no Plano de Viana de Lima.
- Figura 34** Áreas e edifícios previstos para demolição no Plano de Viana de Lima.
- Figura 35** Imagem da primeira versão do Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira, publicado pelo IPHAN em 1938.
- Figura 36** Cidade de Cachoeira, na Bahia, uma das primeiras que recebeu investimentos do PCH.
- Figura 37** Escrita na cidade de Ouro Preto.
- Figura 38** Recorte do Jornal do Brasil retratando o investimento de três estados do Nordeste na atividade turística.
- Figura 39** Praça Horácio de Matos, mostrando parte da tipologia da cidade composta por sobrados.
- Figura 40** Praça Horácio de Matos, mostrando parte da tipologia da cidade composta por sobrados.
- Figura 41** Praça do Rosário em Lençóis-BA.
- Figura 42** Praça Otaviano Alves, atual sede da Prefeitura Municipal de Lençóis-BA.
- Figura 43** Fotografia aérea da cidade de Lençóis-BA, tirada do Bairro de São Félix.
- Figura 44** Tocas ou locas fotografadas na cidade de Igatu em 1979.
- Figura 45** Tocas ou locas fotografadas na cidade de Igatu nos anos 2000.
- Figura 46** Prédio do Banco do Brasil em Lençóis.
- Figura 47** Praça Coronel Propércio em Mucugê-BA na década de 70.

- Figura 48 Rua Rodrigues Lima em Mucugê-BA na década de 70.
- Figura 49 Praça Coronel Douca em Mucugê-BA na década de 70.
- Figura 50 Rua Rodrigues Lima em Mucugê-BA na década de 70.
- Figura 51 Sobrado em Mucugê antes da demolição.
- Figura 52 O lote atual do sobrado demolido.
- Figura 53 Praça Horácio de Matos, na cidade de Lençóis.
- Figura 54 Rua Coronel Reginaldo Medrado, na cidade de Mucugê.
- Figura 55 Vista da cidade de Ouro Preto.
- Figura 56 Vista da cidade de Penedo.
- Figura 57 Vista parcial da cidade de Ouro Preto, entre as décadas de 30 e 40.
- Figura 58 Desenhos de perspectiva do projeto de Carlos Leão.
- Figura 59 Corte de Oscar Niemeyer para o projeto do Grande Hotel Ouro Preto, já com a solução de telhado de uma água.
- Figura 60 Plantas de Oscar Niemeyer para o projeto do Grande Hotel Ouro Preto, já com a solução de telhado de uma água.
- Figura 61 Detalhe dos pilares de seção quadrada.
- Figura 62 Imagem do Grande Hotel Ouro Preto na década de 60-70.
- Figura 63 Imagem do Grande Hotel Ouro Preto nos anos 2000.
- Figura 64 Fotografia da Avenida Floriano Peixoto sem o Hotel São Francisco.

- Figura 65** Fotografia da Avenida Floriano Peixoto com o hotel em construção.
- Figura 66** Fotografia da Avenida Floriano Peixoto e do Hotel São Francisco atualmente.
- Figura 67** Fotografia da fachada do Hotel São Francisco em 1962.
- Figura 68** Painéis e peças de tapeçaria expostos no hotel.
- Figura 69** Painéis e peças de tapeçaria expostos no hotel.
- Figura 70** Fotografias da orla da cidade de Penedo antes da construção do Hotel São Francisco.
- Figura 71** Fotografias da orla da cidade de Penedo depois da construção do Hotel São Francisco.
- Figura 72** Fotografias da Caixa d'Água de Olinda na década de 40.
- Figura 73** Fotografias da Caixa d'Água de Olinda nos anos 2000.
- Figura 74** Retrato do GHOP visto da cidade.
- Figura 75** Retrato do Hotel São Francisco visto da cidade.
- Figura 76** Fotografia aérea de Ouro Preto com vista para o Grande Hotel.
- Figura 77** Fotografia aérea de Penedo com vista para o Hotel São Francisco.





Anexos

Anexo A: Tabela de questões identificadas nas análises

Universo	Eixo	Questão
Padrão estético na seleção dos conjuntos urbanos	Excepcionalidade	O valor histórico e estético eram necessariamente ligados à valores listados pelos modernistas (excepcional, estético, memorável e homogeneidade)
		Conjuntos urbanos eram reconhecidos pelo seu valor excepcional, mas não como valor estético (Livro do Tombo de Belas Artes)
		O valor histórico se sobrepôs ao valor homogêneo ou estético
	Arquitetura colonial mineira	Grande influência da presença ou influência da arquitetura colonial mineira para a escolha dos conjuntos históricos
	Homogeneidade	O conjunto deveria manter um padrão homogêneo das construções, considerando volumetria, gabarito e estética (novas casas não poderiam ser criadas de maneira diferente)
Entendimento da cidade como patrimônio	Cidade como local estático	Criação de problemas urbanos relacionados ao tombamento estético
		Necessidade da cidade ser economicamente estagnada e longe de grandes centros urbanos
		Maior ocorrência de tombamentos tardios do que tombamentos preventivos
	Relação da cidade com seu entorno	Projetos de integração do patrimônio com políticas urbanas enxergam o centro histórico como um conjunto a parte do restante da cidade
		Planos diretores com participação popular têm mais êxito na preservação do que cidades sem esse planejamento conjunto
Conflito de interesses entre Estado, órgão e sociedade civil nos discursos e prática de tombamento	Do Estado para a população	Surgem conflitos de interesse entre órgão e sociedade que leva a questionamentos sobre o patrimônio pelas duas perspectivas
		Homogeneização cultural de diferentes povos por conta de seu aspecto material
		Falta de contato com a população gera um afastamento das pessoas tanto pelo processo de reconhecimento do patrimônio quanto pela própria noção de pertencimento da cidade
	Da população para o Estado	Da população para o Estado: Participação local durante o processo de tombamento da cidade
Turismo	Alteração de dinâmicas sociais em decorrência do turismo	Incentivo apenas do turismo como forma de desenvolvimento econômico gera uma estagnação ainda maior da cidade
		Projetos turísticos voltados apenas para o desenvolvimento econômico geram o fenômeno de cenarização do centro histórico e perda da presença da cultura local como principal protagonista

Anexo B: Tabela das cidades tombadas pelo IPHAN até 1985

Localização do processo	Localização do bem tombado			Processo de tombamento					Livros do tombo				Processos disponíveis para consulta online
	Região	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas	
ARQUIVO	SE	MG	Diamantina	Conjunto Urbano	Diamantina, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	64	1938	TOMBADO			mai/38		https://bit.ly/3AFiMWr
ARQUIVO	SE	MG	Serro	Conjunto Urbano	Serro, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	65	1938	TOMBADO			abr/38		
ARQUIVO	SE	MG	Tiradentes	Conjunto Urbano	Tiradentes, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	66	1938	TOMBADO			abr/38		
SUPERINT	SE	MG	São João Del Rei	Conjunto Urbano	São João del Rei, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	68	1938	RERRATIFIC			mar/38		
ARQUIVO	SE	MG	Mariana	Conjunto Urbano	Mariana, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	69	1938	TOMBADO			mai/38		
ARQUIVO	SE	MG	Ouro Preto	Conjunto Urbano	Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	70	1938	TOMBADO	set/86	set/86	abr/38		https://bit.ly/3NWm8qY
ARQUIVO	SE	RJ	Rio Claro	Conjunto urbano	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos - Itaverá - Cidade de São João Marcos	183	1938	TOMB. CANCEL.		cancelado			
ARQUIVO	SE	SP	Carapicuíba	Conjunto Urbano	Aldeia de Carapicuíba, SP: conjunto arquitetônico e urbanístico	218	1939	TOMBADO	mai/40				https://bit.ly/3uCh8B5
ARQUIVO	SE	MG	Congonhas	Conjunto Urbano	Cidade de Congonhas do Campo	238	1941	TOMBADO	mar/41				https://bit.ly/3ABkOC4
ARQUIVO	NE	MA	Alcântara	Conjunto Urbano	Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico	390	1948	TOMBADO	out/74	dez/48	out/74		
SUPERINT	CO	GO	Pilar de Goiás	Conjunto Urbano	Pilar de Goiás, GO: conjunto arquitetônico e paisagístico	458	1952	RERRATIFIC		mar/54	mar/54		
ARQUIVO	SE	RJ	Paraty	Conjunto Urbano	Município de Paraty (nome original: Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa)	536	1957	TOMBADO	fev.-58 mar.-74		fev.-58 mar.-74		
ARQUIVO	NE	SE	São Cristovão	Conjunto Urbano	São Cristovão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	785	1967	TOMBADO	jan/67	jul/14			
ARQUIVO	SE	RJ	Cabo Frio	Conjunto Urbano	Cabo Frio, RJ: conjunto paisagístico	757	1965	TOMBADO	abr/67				
ARQUIVO	NE	PE	Olinda	Conjunto Urbano	Acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda	674	1962	TOMBADO	abr/68	abr/68	abr/68		
ARQUIVO	NE	BA	Porto Seguro	Conjunto Urbano	Município de Porto Seguro, em especial o Monte Pascoal (Obs: Inclui o Conjunto arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro)	800	1968	TOMBADO	jul/68	jul/68			
ARQUIVO	CO	GO	Goiás	Conjunto Urbano	Goiás, GO: conjunto arquitetônico e urbanístico	345	1942	TOMBADO	set/78	set/78	set/78		https://bit.ly/3Azkp86
ARQUIVO	NE	BA	Cachoeira	Conjunto Urbano	Cachoeira, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico	843	1971	TOMBADO	set/71				
ARQUIVO	NE	PE	Igarassu	Conjunto Urbano	Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico	359	1945	TOMBADO	out/72				
SUPERINT	NE	BA	Lençóis	Conjunto Urbano	Lençóis, BA: conjunto arquitetônico e paisagístico	847	1971	TOMBADO	dez/73				
ARQUIVO	NE	MA	São Luís	Conjunto Urbano	São Luís, MA: conjunto arquitetônico e paisagístico	454	1951	TOMBADO	mar/74		mar/74		
ARQUIVO	NE	BA	Rio de Contas	Conjunto Urbano	Rio de Contas, BA: conjunto arquitetônico	891	1973	TOMBADO	abr/80				
ARQUIVO	NE	BA	Itaparica	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	973	1978	TOMBADO	abr/80	abr/80	abr/80		https://bit.ly/3nQs6Px
ARQUIVO	NE	BA	Mucugê	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê	974	1978	TOMBADO	set/80				
ARQUIVO	S	SC	Laguna	Conjunto Urbano	Laguna, SC: centro histórico	1122	1984	TOMBADO	abr/85	dez/85			https://bit.ly/3O1ccfU
ARQUIVO	NE	AL	Penedo	Conjunto Urbano	Penedo, AL: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico	1201	1986	TOMBADO	out/96	out/96			